

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLISE DE IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE ALTERNATIVAS
AGROENERGETICAS EM MOÇAMBIQUE:
O CASO DA PROVÍNCIA DE MANICA**

José Maria do Rosário Chilaúle Langa

Orientação: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Co-Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente (SP), Agosto de 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus Presidente Prudente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**ANÁLISE DE IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE ALTERNATIVAS
AGROENERGETICAS EM MOÇAMBIQUE:
O CASO DA PROVÍNCIA DE MANICA**

José Maria do Rosário Chilaúle Langa

Geógrafo

Orientação: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Co-Orientação: Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Dissertação elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP-FCT/PP para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente (SP), Agosto de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Langa, José Maria do Rosário Chilaúle.

L26a Análise de impactos da produção de alternativas agroenergeticas em Moçambique : o caso da província de Manica / José Maria do Rosário Chilaúle Langa. – Presidente Prudente: 2012

164 f.

Orientador: José Gilberto de Souza

Coorientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1.Mercados de Terra. 2. Agronegócio. 3. Propriedade privada. I. Souza, José Gilberto de. II. Hespanhol, Rosângela Aparecida de Medeiros. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. JOSÉ GILBERTO DE SOUZA
ORIENTADOR

PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
(UNESP/FCT)

PROF. DR. JULIO CESAR SUZUKI
(USP)

JOSÉ MARIA DO ROSÁRIO CHILAÚLE LANGA

Presidente Prudente (SP), 20 de agosto de 2012.

RESULTADO:

APROVADO

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTAS DE QUADROS	10
EPÍGRAFE	11
DEDICATÓRIA.....	12
AGRADECIMENTOS	13
SIGLAS	16
RESUMO	18
ABSTRACT	19
INTRODUÇÃO.....	20
I. CAPÍTULO	25
FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE	25
1.1 Contexto histórico, e político de Moçambique.....	25
1.1.1. Penetração portuguesa.....	27
1.1.2. O Sistema dos Prazos	27
1.1.3. Comércio de Escravos.....	28
1.1.4. Conferência de Berlim	30
1.1.5. Companhias Majestáticas.....	31
1.1.6. Início da resistência moçambicana.....	32
1.1.7. Formação da Frelimo e o início da Luta Armada.....	34
1.1.8. O fim do Socialismo e a abertura ao Neoliberalismo.....	39
1.2. Localização e caracterização da área de estudo.....	42
1.3. Divisão político-administrativa de Moçambique	43
II. CAPÍTULO.....	68
A QUESTÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO MUNDO E EM MOÇAMBIQUE.	68

2.1. A Questão dos Agrocombustíveis no Mundo.....	68
2.2. Os agrocombustíveis em Moçambique	71
III. CAPÍTULO	80
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TEÓRICA.....	80
3.1. Objetivos.....	80
3.2. Problema.....	80
3.3. Procedimentos Metodológicos	82
3.4. Fundamentação Teórica.....	86
IV.CAPÍTULO	96
OS AGROCOMBUSTÍVEIS E A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE	96
4.1. Os agrocombustíveis em Manica e a questão agrária em Moçambique.....	96
4.2. Agrocombustíveis na Província de Manica	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. ÁREA CULTIVADA (HA) COM CULTURAS DE RENDIMENTO EM MOCAMBIQUE (2000-2010)	66
GRÁFICO 2. NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS POR CULTURAS DE RENDIMENTO EM MOCAMBIQUE (2000-2010).....	67
GRÁFICO 3. FORMAS DE OBTENÇÃO DA TERRA EM MANICA	103
GRÁFICO 4. MERCADO DE TERRA EM MANICA	105
GRÁFICO 5. PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DOS PROJETOS	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. PINTURA RUPESTRE – CHINHAMAPERE – MANICA.....	26
FIGURA 2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA PROVINCIAL DE MOÇAMBIQUE...	47
FIGURA 3. PROVÍNCIA DE MANICA.....	48
FIGURA 4. DISTRITO DE SUSSUNDENGA	50
FIGURA 5. DISTRITO DE MANICA	51
FIGURA 6. DISTRITO DE GONDOLA.....	52
FIGURA 7. MAPIRA (SORGO)	54
FIGURA 8. MEXOEIRA	54
FIGURA 9. CAMPO DE MINHO	62
FIGURA 10. CAMPO DE AMENDOIM	62
FIGURA 11. CAMPO DE FEIJÃO NHEMBA	62
FIGURA 12. FEIJÃO MANTEIGA.....	63
FIGURA 13. FEIJÃO JUGO.....	63
FIGURA 14. LOCALIZAÇÃO DE PROJETOS E CULTURAS DE AGROENERGIAS EM MOÇAMBIQUE.....	75
FIGURA 15. JATROPHA.....	107
FIGURA 16. CANA DE AÇÚCAR.....	107
FIGURA 17. PROPOSTA DE EXPANSÃO DAS PARCELAS DA SUNBIOFUEL	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS DA SUPERFÍCIE DO TERRITÓRIO MOÇAMBICANO	43
TABELA 2. NÚMERO DE EXPLORAÇÕES POR ÁREA CULTIVADA (HA) SEGUNDO O TIPO DE EXPLORAÇÃO.....	61
TABELA 3. NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS COM CULTURAS ALIMENTARES – MOÇAMBIQUE, 2010.....	64
TABELA 4. NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS COM CULTURAS DE RENDIMENTO. MOÇAMBIQUE, 2000.....	65
TABELA 5. ÁREAS DISPONÍVEIS POR DISTRITO NA PROVÍNCIA DE MANICA, 2008.....	109
TABELA 6. ÁREAS E CAPITAL DAS EMPRESAS AGROENERGÉTICAS.....	110

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1. EXTENSÕES DAS PROVÍNCIAS DE MOÇAMBIQUE	45
QUADRO 2. PROJETOS DE AGROCOMBUSTÍVEIS E SEU NÍVEL DE ANDAMENTO EM MOÇAMBIQUE, 2012.	76

SIGLAS

CNB - Comissão Nacional de Biocombustíveis

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

COP- Conferências das Partes

DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

DNENR - Direção Nacional de Energias Novas e Renováveis

DNTF - Direção Nacional de Terras e Florestas

DPA - Direção Provincial de Agricultura

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IIAM - Instituto de Investigação Agronômica de Moçambique

INE - Instituto Nacional de Estatística

UCAMA - União de Camponeses de Manica

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UNAC - União Nacional de Camponeses

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique

OLE - Órgãos Locais de Estado

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

MAE – Ministério da Administração Estatal

MINAG - Ministério da Agricultura

MIC - Ministério de Indústria e Comércio

MICOA - Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental

ME - Ministério de Energia

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MF - Ministério das Finanças

MOPH - Ministério das Obras Públicas e Habitação

MTC - Ministério de Transporte e Comunicação

MPE - Mozambique Principale Energy

PAE - Programas de Ajustamento Estrutural

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PERS - Programa de Reabilitação Económica e Social

PEB - Política e Estratégia de Biocombustíveis

SEDAE - Serviços Distritais de Actividades Económicas

SPGC-Gaza - Serviços Provincias de Geografia e Cadastro de Gaza

TMU - Tempo Médio Universal

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

MANU - União Africana Nacional de Moçambique

EPÍGRAFE

“Em nome de África se cometem os maiores crimes contra África. O nosso continente é feito de passado e tradição, sim Mas é feito de modernidade. É feito de mudança. Como todos os outros continentes.”

Mia Couto - Aula inaugural da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (11/03/2012).

DEDICATÓRIA

Em memória de Albertina Chilaúle, razão da minha existência.

Aos meus pais, Maria Inocência e Benedito Langa, pelo exemplo de amor, educação e luta.

Aos meus Irmãos: Mano Xexe, Mana Nininha, Mana Bela, Mano Linho, Nucha “Ngoras”, Melquisedec, aos meus Sobrinhos, Didi, Paloma, Thandy, Lanay, Principe e Cillelle, pelo amor, incentivo, apoio incondicional, companheirismo e suporte emocional, além dos sacrifícios e concessões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que nos momentos de grandes desafios estiveram ao meu lado, a todos que sinceramente puderam estar presentes direta ou indiretamente durante mais dois anos. Passado este período destacamos o contributo de todos com vista a culminação desta pesquisa.

Em primeiro lugar:

Agradecer ao Eterno Pai Celestial, pela saúde e proteção durante todo este tempo.

As minhas palavras de agradecimento têm de ir, para os meus pais Maria Inocência e Benedito Langa. Sem o amor, carinho e todo o apoio que sempre me deram, possivelmente não estaria aqui. Além, de todo o vosso apoio, sempre me disponibilizaram o necessário para que o meu aproveitamento escolar dependesse apenas de mim, inculcando-me, ao mesmo tempo, um grande sentido de responsabilidade desde a mais tenra idade. Se por um lado me davam liberdade de escolher o meu caminho, simultaneamente mostraram-me bem cedo que essa liberdade tinha de acarretar sentido de responsabilidade. Por estas razões tenho orgulho de vocês e penso que também sentem o mesmo por mim. Obrigado, vossa luta chegou ao fim e hoje somos VENCEDORES.

Em seguida e de forma muito especial, quero agradecer aos orientadores desta pesquisa, Prof. Dr. José Gilberto de Souza e Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela amizade, o acompanhamento académico e incentivo intelectual neste vasto campo do saber que é geografia.

Para as Bancas Examinadoras desta pesquisa, meu muito obrigado aos professores Bernardo Fernandes, Julio Suzuki e Luís Barone pelas contribuições e apontamentos pertinentes sobre a pesquisa.

À Érica Bernardes, minha namorada, pelo companheirismo, atenção e afeto.

À família Silva, vai meu muitíssimo obrigado, pela simplicidade, carinho e especial saudação a Dona Cleide.

Ao pessoal da Secção da Pós-Graduação – UNESP/FCT-PP, Cinthia, Ivonete, Marcia, André e Erynat, pela atenção dada durante esse percurso académico neste programa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos conhecimentos, acolhimento e orientação necessária.

Ao Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique e CNPq, pela concessão da bolsa de estudo.

Às Irmãs Franciscanas de Maristela em Moçambique, meu muito obrigado para Irmã Sol.

Aos meus tios, Helena e Diniz Banze, pela motivação, atenção, entregas e conselhos de vida durante este percurso.

Aos Vicentinos, Ada, Vitor, Botega e Path pelo contributo para que encontrasse no Brasil enquadramento social enquanto longe de minha família. Ao Conselho Metropolitano de São Carlos, Conselho Central de Presidente Prudente, que sem eles este trabalho não seria possível. Ao Gilmar, Agnaldo, Hamilton “Meu Vó”, Tânia, Gih, Silvia, Renata, Carla e demais Confrades e Consóciais. Obrigado pelos muitos anos de vida e aprendizado para a construção do “Homem Novo”, onde a fraternidade se tornaram bases do dia a dia.

Sem economizar, o meu obrigado agora vai as Professoras, Rosita Alberto e Inês Macamo da UEM, sem o vosso compromisso não poderia ter conseguido o titulo de Mestre.

Agradeço também pelo compromisso e apoio de António Saíde, Diretor Nacional de Energias Novas e Renováveis, pela abertura e disponibilidade de tempo no inicio como no fim desta pesquisa.

À Direção Provincial de Agricultura de Manica, aos Serviços Distritais de Atividades Econômicas de Manica, Gondola, Sussundenga, e em particular ao Técnico Rafael, meu guia e facilitador de campo pela paciência e agilidade no trabalho de campo.

À Whitney Povo e Katia Ferrari, pela confiança e motivação para que continuasse com meus estudos. Vocês não só me mostraram a luz, como também me ajudaram a superar obstáculos do dia a dia.

Aos meus Amigos, Magu, Isildo, Achimo, Tiva-Tiva, Edy, Lola e Mano Beto, pela força, que mesmo longe conseguiram fazer-me perceber que as minhas lutas eram vossas e vice-versa. Meu KHANIMAMBO¹!

Aos meus colegas da Pós-Graduação, Simão, Juliana, Martin, Oscar, Silvinha e Ugeda Jr, pelos convívios, companhia e inumeros debates acadêmicos.

Aos amigos e companheiros Mozucas, com especial atenção para os Mestres Alexandre Timbane, Cheila António, Nirza Fumo, Lito Malia, Francisco Cabo, Joaquim Malua, Chico Faria e Lourenço Manuel obrigado pela amizade, nossas ambições acadêmicas nos fizeram iguais neste vasto, lindo e inesquecível país (Brasil).

Às famílias Neves, Guarda e Almeida que procuraram estar presente durante esse percurso, abriram as portas de suas famílias para que eu com eles pudesse conviver harmoniosamente. Obrigado pelo carinho, a Maria e Ivo Neves, Tania e Livio Guarda, Nubia e Messias Almeida e filhos.

¹ Obrigado em linguajar local (Changana – Língua Bantu falada no Sul de Moçambique)

RESUMO

***Análise de impactos da produção de alternativas agroenergéticas em
Moçambique: o caso da província de Manica***

A utilização do agrocombustível é vista como alternativa energética face a demanda dos combustíveis fósseis no mundo, porém, a que salientar os problemas da produção deste combustível cujo mecanismo de obtenção baseia-se em sistemas de “monoculturas”. Uma análise da totalidade de processos de produção pode deixar claro todos os aspectos que podem advir do exercício do agronegócio. Neste contexto, para obtenção deste combustível em Moçambique tem-se em conta a produção as seguintes matrizes produtivas: *Pinhão Manso* ou *Jatropha curcas L*, *Cana-de-açúcar* e *Mandioca*. Todavia, o agronegócio como em outras atividades ligadas ao capitalismo, o *poder* é quem dita as formas de apropriação e seus sentidos, sendo possível perceber sua multiplicidade de relações nos confrontos socioespaciais. Neste sentido, esta pesquisa apresenta uma visão, sobre o processo de produção de agrocombustíveis em Manica, província do centro de Moçambique e tem como principal objetivo, analisar as transformações no uso, ocupação e aproveitamento da terra, como dinamismo da homogeneização dos sistemas produtivos com enfoque na concentração fundiária, o mercado de terras e as relações de trabalho. Para tal, usou-se *Estado, Território e Desenvolvimento Local* como conceitos basilares para a pesquisa. Através da nossa análise foi possível perceber mudanças nos sujeitos sociais produtivos que alteram essencialidades camponesas por conta da inserção destes nas lógicas produtivas capitalistas, o que precipitou a origem de pequenos e médios latifúndios onde o mercado de terra ganha forma e extensão pese embora a lei não permita a venda de terra em Moçambique. Em Manica o setor de agrocombustível é responsável pela redução na oferta de emprego aos camponeses, como também é responsável pelas mudanças nas formas de uso e aproveitamento de terra, avanço/crescimento da agricultura comercial, exclusão dos camponeses nos processos de produção e a consolidação em Moçambique a propriedade privada da terra.

Palavras Chaves: Manica, Mercados de Terra, Agronegócio, Agrocombustíveis, Propriedade da terra.

ABSTRACT

Analysis of impacts of alternative agro-energy production in Mozambique: the case of Manica province

The use of biofuel is seen as an alternative to energy to the demand fossil fuels worldwide, however, to emphasize that the problems of producing this fuel whose mechanism of obtaining were a basis of systems "monoculture." An analysis of all production processes can clarify all aspects that may arise from the exercise of agribusiness. In this context, to obtain this fuel in Mozambique has regard to the following production matrices productive: *Jatropha* or *Jatropha curcas* L, cane sugar and cassava. However, as in other agribusiness activities linked to capitalism, power is who dictates the forms of ownership and your senses, and you can realize its multiplicity of socio-spatial relations in the clashes. In this sense, this research provides insight into the process of agrofuel production in Manica Province in central Mozambique and its main objective, to analyze the changes in the use, occupation and enjoyment of land, such as dynamic homogenization of production systems with emphasis the concentration of land ownership, land markets and labor relations. We used State, Territory and Local Development as basic concepts for research. Through our analysis we could perceive changes in social subjects that change essentialities productive farmers on account of insertion of the productive capitalist logic, which precipitated the rise of small and medium estates where the land market takes shape and extent although the law does not allow the sale of land in Moçambique. In Manica the agrofuel industry is responsible for the reduction in jobs to the peasants, but also is responsible for changes in the forms of land use and benefit, advancement / growth of commercial agriculture, exclusion of peasants in production processes and consolidation in Mozambique private ownership of land.

Key Words: Manica, Earth Markets, Agribusiness, Biofuels, Land ownership.

INTRODUÇÃO

Os agrocombustíveis são produtos conhecidos como etanol, álcool etílico e álcool de biomassa e podem ser obtidos a partir de qualquer tipo de matéria orgânica que contenha açúcar, amido ou material com teor de celulose. Este combustível é considerado um produto renovável e energia limpa que contribui para a redução do efeito estufa, não só, como também diminui substancialmente a poluição do ar reduzindo seus impactos na saúde pública. É neste contexto que a utilização de agrocombustíveis tem sido vista como solução de alguns problemas relativos à oferta de outros tipos de combustíveis. Por sua vez, a produção deste combustível tem gerado inúmeros problemas decorrentes do modelo de agricultura adotado em seu processo produtivo o que leva a precariedade no processo das relações de trabalho e mudança nas estruturas de ocupação familiar por um lado, por outro lado, temos a utilização de máquinas em substituição da mão de obra. No entanto, uma análise da totalidade destes processos pode deixar claro todos os aspetos que advém do exercício do agronegócio, pois, demonstrará suas externalidades negativas ao tratarmos da trajetória de “*commoditização*” da agricultura (SOUZA, BORGES, TEIXEIRA NETO, 2010). Estas externalidades são como refere SILVA (2004)² algo “longe dos olhos” na medida em que ao se tratar deste fenômeno, recorre-se somente para os ganhos econômicos e não aos efeitos inerentes a atividade em causa. Muitos estudos analisam o produto final do agronegócio, entretanto poucos são os estudos que se centram nos processos de relações de trabalho, impactos ambientais ligados a produção dos agrocombustíveis. Deste modo, o mercado global de agrocombustíveis é visto como uma grande oportunidade para o desenvolvimento dos países pobres, sendo Moçambique destino de muitas empresas estrangeiras para a produção deste combustível, sendo algumas dessas empresas as seguintes: (Petrobrás e Açúcar Guarani S/A) de capital brasileiro, Português (Galp), Inglês (SunBiofuels) e Italiano (Bioenergy). Estas companhias inseriram-se no mercado moçambicano com objetivo de introduzir culturas para a produção de agrocombustíveis visando o mercado internacional.

No contexto Moçambicano, a produção de agrocombustíveis inicia em 2007 e tem promovido mudanças na estrutura produtiva local concorrendo deste modo para a

² In: “A face oculta dos *agribusiness* do açúcar e álcool no Brasil” (SILVA, 2004:29).

substituição de culturas agrícolas familiares em detrimento de culturas energéticas o que muda o processo de uso, ocupação e aproveitamento da terra. Por conseguinte, a territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis dá-se pelo fato dos países signatários do Protocolo de Kyoto, considerarem os agrocombustíveis como energia limpa e alternativa energética, face, a demanda do combustível fóssil; dando-se ênfase a contribuição do mesmo para a redução dos gases poluentes na atmosfera³.

Segundo o Protocolo de Kyoto assinado em 1997, o mundo terá que reduzir 5,2% das emissões de dióxido de carbono pela queima de motores à gasolina até 2012, tendo em conta os níveis de emissão do carbono do Mundo em 1990 (ONU, 1997:6).

Uma das alternativas para essa redução é a utilização do álcool combustível que sendo anidro substitui o uso de combustíveis fósseis, o que faz com que os agrocombustíveis sejam considerados como solução aos problemas ambientais fundamentalmente na redução de emissão de gases estufa. É nesta perspectiva que a procura por uma matriz energética limpa que possa substituir o uso do petróleo tem sido um desafio travado por muitas nações. Portanto, na lógica atual do mercado dos combustíveis, ainda não nos deparamos com uma fonte energética adequada que possa suprir as necessidades energéticas e que não engendre grandes impactos ao ambiente.

Segundo VOLPATO (2007: 5-6):

“os principais fatores que estimulam o interesse de diversos países pela produção de etanol e consequentemente o aumento da demanda deste combustível no mercado internacional são: as consecutivas altas no preço do barril de petróleo no mercado internacional; o declínio das reservas mundiais de petróleo, um combustível não renovável; a demanda crescente por petróleo, tanto nos países desenvolvidos, como nos países emergentes, [...] que estão alavancando seu desenvolvimento”.

Este posicionamento surge em contraponto à redução de consumo de energia não renovável, que segundo Hespanhol (2007), o consumo de energias limpas são sem dúvida a melhor alternativa para que os problemas ambientais do Planeta sejam amenizados. Deste modo, o estilo de vida ocidental caracterizado pelo elevado consumo

³ Tratado assinado na cidade de Kyoto, no Japão, após uma série de negociações que se iniciaram concretamente com a adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em Nova York, nos Estados Unidos, em 1992. O documento foi apresentado com propostas concretas em 1997, quando foi aberto à adesão dos países.

de bens e energia baseado no uso excessivo de combustível fóssil não poderá ser expandido para o conjunto da população mundial, pois o planeta não tem capacidade de suporte a estas demandas. Entretanto, o atual processo de acumulação de capital assenta-se nesse estilo de vida insustentável porém não generalizada se considerarmos a qualidade de vida dos países periféricos.

Para HESPANHOL (op.cit), pensar na busca de fontes de energia menos poluentes é extremamente necessário e urgente, mas para a efectivação deste objectivo é necessário o desenvolvimento de tecnologias com vista a se utilizar outras fontes energéticas. Atualmente com a produção e investimentos dos agrocombustíveis podemos afirmar que o Mundo está vivendo a (re)produção de novos espaços económicos tendo em conta a nova matriz energética onde o petróleo começa a perder importância significativa, principalmente pelo seu preço no mercado global.

Sendo assim, vai desenhando-se uma nova geopolítica com vista a dar suporte a produção desses agrocombustíveis tendo em conta os diferentes autores sociais, isto é, quem produz; quem transforma e quais as perspectivas de mercado para esse combustível.

Na atualidade, Moçambique está a desenvolver culturas para a produção de agrocombustível, tais como: Pinhão Manso ou *Jatropha curcas L*, Cana de Açúcar e muito recentemente a Mandioca.

Destaca-se, como referimos a ampliação das atividades de exploração agrícolas por empresas de investimento brasileiro, português, inglês e italiano com perfil mercantil visando exportar tais produtos para o mercado Europeu. Para o efeito, estas explorações vão alterando questões relativas à demanda por terra, seu valor e forma de utilização o que pode deformar a tradição de uso de terra por parte da população local criando novos valores económicos e fazendo surgir latifúndios. Por sua vez, este processo está articulado a uma estratégia de capitais agrários brasileiros e internacionais que visam ampliar a oferta mundial de etanol o que consequentemente fortalecerá o incipiente mercado exportador de álcool do Brasil.

Segundo estudos desenvolvidos por RAMOS, SOUZA e BORGES (2010), indicam que, o Brasil exportou em 2007, apenas 3,5 milhões de litros de combustível, de uma produção total que atingiu cerca de 20 bilhões de litros o que evidencia a

demanda interna daquele produto e a incapacidade do país em atender a uma demanda internacional. Os dados retro-mencionados justificam a atual procura de zonas para o cultivo de agrocombustível com vista a consolidar este negócio, isto é, impele a que o país como Brasil pense numa matriz energética mundial tendo em conta a escassez do combustível fóssil e as metas do protocolo de Kyoto.

Esta estratégia do setor sucroenergético brasileiro, visivelmente internacionalizado ou tendo a internacionalizar-se, tem em vista a política de desnacionalização produtiva das usinas e destilarias no Brasil que actualmente espacializa-se em diversas áreas do globo, nomeadamente na América Latina e em África. Muitos países como Moçambique estão inseridos neste sistema tendo em conta o estatuto de parceria estratégica com quem investe.

No caso de Moçambique a questão da terra se coloca como ponto central, assim acontece por conta do país ter uma lei de terra (número 19/97, de 1 de Outubro “Lei de Terra) que regulamenta o uso e a ocupação da terra no país. Este dispositivo legal refere em seu *Princípio Geral* que “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada” (MOÇAMBIQUE: 1997, 2)⁴.

Devido a este novo aparato referente à entrada de investimentos do agronegócio e a falta de acompanhamento em políticas públicas e leis que possam regulamentar este novo modelo de produção, o país entra para um cenário de lutas por terra, o que neste trabalho este fenómeno poderá ser descrito e entendido como dinâmicas territoriais sobre uso, ocupação, posse de terra, mercado, e relações de trabalho em espaços onde gravitam as culturas para a produção dos agrocombustíveis.

Por conseguinte, a investigação apresenta uma visão sobre o processo de lavoura de culturas para a produção de agrocombustíveis em Manica, província localizada no centro de Moçambique.

No cômputo geral, a presente pesquisa intitulada *Análise de impactos da produção de alternativas agroenergéticas em Moçambique: o caso da província de Manica* tem como principal objetivo analisar as transformações do uso, ocupação e

⁴ Disponível em:
<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/agricultura/LEI%20DE%20TERRAS.pdf>
Novembro de 2010.

aproveitamento da terra como mecanismos para a homogeneização dos sistemas produtivos.

No primeiro capítulo, denominado *Histórico de Moçambique*, está contida a caracterização física de Moçambique e Manica como também a contextualização econômica, histórica e política do país com maior enfoque na estrutura agrária do país em estudo.

O segundo capítulo; *A Questão dos Agrocombustíveis no Mundo e em Moçambique*, tem por objetivo discutir a partir de uma abordagem histórica o processo de implantação e desenvolvimento deste setor.

No terceiro capítulo; *Fundamentação Metodológica* apresenta-se todo o percurso da pesquisa desde a sua concepção até ao trabalho de campo, destacando os objetivos específicos, o problema da pesquisa e os procedimentos metodológicos realizados. Entrementes, no mesmo capítulo apresentamos a *Fundamentação Teórica*, trabalhando os conceitos chave da pesquisa: o Estado, Território e Desenvolvimento local. Através destes conceitos serão estabelecidas relações referentes ao processo de produção de agrocombustíveis.

O quarto capítulo; *Agrocombustíveis e a questão de terra em Moçambique*, apresenta o setor de agrocombustíveis face à legislação da terra vigente em Moçambique, como também apresenta os mecanismos de aquisição do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), e as condições existentes para o uso da terra e a questão da concentração fundiária. *A produção dos agrocombustíveis em Manica* é a proposta que fecha a pesquisa, reunindo-se neste capítulo uma caracterização dos agentes sociais e econômicos vinculados no possível “conflito” de exploração da terra, dado o avanço do cultivo de agrocombustíveis, suas operações e relações, como consequências do agronegócio em Manica onde se incide o valor da terra, da produção, concentração fundiária e as relações de trabalho dos camponeses que atuam em suas terras e, ou, nas terras das empresas produtoras dessas culturas.

I. CAPÍTULO

FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE

1.1 Contexto histórico, e político de Moçambique

Com o presente texto pretendemos trazer o panorama histórico geral de Moçambique, desde o período pré-colonial até ao período atual. Todavia, a história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses em fins do século XV, pois, os primeiros habitantes da África Austral onde Moçambique se insere eram bosquímanos, caçadores e coletores. A estes povos se juntaram os Bantu, povos oriundos da floresta densa da região congoleza.

Um terço da população negro-africana é Bantu, povos que não possuem características antropológicas comuns e definidas. Essa população está dividida em vários grupos, no entanto uma divisão mais pormenorizada distingue-os com características geográficas e traços culturais diferenciados, sempre acidentais em muitos aspectos, tendo: Bantu do noroeste, do sudeste, do equatorial, do nordeste, semi-bantu dos Camarões, central, dos Grandes Lagos, do sudoeste, do ciclo zambeziano, do Zambezi médio, Bantu com traços camitas (ALTUNA, 1985).

Essas diferenças podem ser facilmente explicadas quando a história faz referência a grupos populacionais que migraram para o sul da África na chamada “Migração Bantu”. Os KHOI-KHOI e SAN, estes povos antigos, também chamados KHOISAN, já apresentavam uma organização social e de desenvolvimento que os Bantu já tinham ultrapassado há muitos séculos. Eles foram os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique. Os tais, já estavam organizados em uma estrutura pequena onde a caça, a pesca, a colheita de frutos e vegetais selvagens eram as atividades básicas destes povos. Os seus instrumentos de trabalho eram muito rudimentares, como se pode observar nos desenhos e pinturas encontrados nas rochas em algumas zonas do país (Região central de Moçambique – Chinhamapere - Manica). Este último, local sagrado para os habitantes locais onde se pode admirar as pinturas rupestres que atestam a ocupação humana desde tempos imemoriais (Idem).



FIGURA 1. Pintura Rupestre – Chinghamapere – Manica

Fonte: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2010/01/manica.html>

Os árabes-suahilis chegaram à costa de Moçambique antes do século VII, onde estabeleceram entrepostos para troca com produtos do interior, sobretudo ouro e marfim por artigos de proveniência diversa (NEWIT, 1997).

Nesse mesmo período, os Árabes sempre se preocuparam com a questão comercial em África, aliás, este foi o primeiro propósito que Portugal definiu quando se fez a Moçambique, como veremos mais adiante.

Em Moçambique já existiam algumas estruturas de organização são elas os Estados do Grande Zimbábwe e Monomotapa. Nestes Estados, a população já desenvolvia a agricultura, atividade que era base de sustentação para a população que não estava envolvida com o comércio. Deste modo, os portugueses chegaram em Moçambique nos fins do século XV, onde encontram os Bantu organizados em pequenas estruturas sociais. Neste período o foco de Portugal era ocupar e controlar o comércio embora a agricultura fosse a base de sustentação econômica da população

1.1.1. Penetração portuguesa

Os portugueses iniciaram a sua fixação em certos pontos do litoral, nomeadamente: Sofala em 1505 e Ilha de Moçambique em 1507. Todavia, não era objetivo destes ocuparem esses territórios, foi Vasco da Gama liderando a sua embarcação que descobriu as regiões de Sofala e Ilha de Moçambique quando ia para Índia em 1498, onde pretendia controlar as vias de escoamento do ouro e marfim. Com a construção de defesas militares pelos portugueses, foram se estabelecendo feitorias (Sena e Tete em 1530, Quelimane em 1544). Nesta altura o propósito não era só de controlar o escoamento do ouro, mas fundamentalmente, dominar o próprio acesso às zonas produtoras do ouro e marfim (NEWIT, 1997).

Segundo este autor, os portugueses pelo fato de encontrarem em Moçambique algumas estruturas comerciais gerenciadas por Islâmicos e Indianos, numa primeira fase, tiveram que passar por comerciantes para entrar e desfazer as estruturas já existentes para posteriormente através do uso da força militar, estabelecer a estrutura de dominação pretendida, principalmente depois de reconhecerem as zonas de produção do ouro e marfim. Deste modo, inicia o processo de penetração dos portugueses em Moçambique.

1.1.2. O Sistema dos Prazos

Os Prazos nasceram com a penetração portuguesa no vale do rio Zambéze, a partir de 1530, onde tiveram seu pico em 1600. Os prazos foram inicialmente constituídos por terras conquistadas por aventureiros, soldados e mercadores de missangas e tecidos baratos. Depois de encontrar as zonas de produção de ouro e marfim, inicia um processo de afirmação dessa penetração, que em Moçambique se deu a partir do sistema de Prazos. Todavia, segundo a (UEM, 1983), os Prazos foram a primeira forma de dominação portuguesa em Moçambique, onde a principal atividade era o comércio de ouro e de marfim. Este sistema não vingou pelo fato dos senhores prazeiros se sentirem dependentes da coroa portuguesa. Por outro lado, prevalecia ainda a visão de que Moçambique dependia administrativamente de Portugal, pois, instituíam-se a prática de conceder terras mediante uma renda anual com a obrigação do prazeiro

nelas viver e ter sempre prontos soldados sinal da presença do estado Português. Este mecanismo de gestão do território através dos prazos não constituía em si uma forma tranquila e pacífica de gestão do território de colonial em Moçambique.

Findo o prazo a terra voltava para a coroa portuguesa, podendo, contudo a família herdeira do prazeiro continuar na posse da terra por novo prazo de três vidas desde que nas terras vigorasse o Sistema de Prazo e fosse garantida a sucessão por linha feminina onde a filha mais velha ou neta, pudesse gerir a terra sob a condição de que esta contrairasse laço matrimonial com um português nascido em Portugal, para garantir o processo contínuo de apuramento da raça, na óptica do colonizador. No entanto, era o Vice-Rei português na Índia quem concedia as terras moçambicanas em nome do Rei de Portugal, concessões que posteriormente Lisboa confirmava, principalmente por a maioria de prazeiros serem de origem indiana. (UEM, 1983).

Por conseguinte, o declínio dos Prazos ocorre na segunda metade do século XVIII. Neste contexto, o processo de desagregação dos Prazos deu origem ao surgimento de alguns estados territorialmente mais extensos que conservaram muitas características dos Prazos, é o caso do estado de Gaza. Os Prazos foram totalmente extintos em 1832 pela coroa portuguesa que estava neste período buscando estrutura para comercialização de escravos.

1.1.3. Comércio de Escravos

Todos os novos senhores de terras estavam envolvidos com o comércio de escravos. Durante todo o século XIX o panorama político e econômico do norte de Moçambique foi completamente dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos. A população de origem macúá-lomué foi a principal sacrificada. Dezenas de milhares deles foram exportadas para as Ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zamzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba (UEM, 1983).

Desde o sistema de prazos até ao comércio de escravos a questão da terra ser propriedade privada era inquestionável.

Até cerca de 1850, Cuba foi o principal mercado de escravos saídos da Zambézia, não obstante o tráfico oficial ter sido proibido em 1836 e a interdição ter sido reforçada em 1842 UEM (1983). No século XIX, a resistência anti-colonial já tinha iniciado, sendo que esta era feita de várias formas. No período em causa essas manifestações aumentaram e, em 1831, Manicusse assaltou o comércio de escravos.

Manicusse, também conhecido por Sochangane (1821 - 1858), chegou a Moçambique e fundou o estado de Gaza, tendo este fugido através do movimento conhecido por “Mfecane”, devido ao grande conflito despoletado entre os Zulus na África do Sul.

Mfecane foi nome que se deu a maior revolta entre guerreiros no sul de África por consequência do assassinato de Shaka (ou Chaca)⁵ em 1828, que culminou com a invasão de grandes áreas da África Austral por exércitos Nguni (UEM, 1982).

Sochangane não fazia comércio de escravos – os seus guerreiros eram principalmente da sua linhagem nem devolia aos portugueses os escravos que fugiam para a sua guarda, daí ter assumido o protagonismo de assaltar o comércio de escravos. Com a sua morte, sucedeu-lhe o seu filho Mawewe que decidiu, em 1859, atacar os seus irmãos para ganhar mais poder. Apenas um irmão, Mzila (ou Muzila) conseguiu fugir para o Transvaal (sul da África do Sul), onde organizou um exército para atacar o seu irmão Mawewe. A guerra durou até 1864 e, entretanto, a capital do reino de Gaza mudou-se do vale do rio Limpopo para Mossurize, a norte do rio Save, na atual província moçambicana de Manica (UEM, 1982).

Em Mossurize, em 1884 ascendeu ao trono Nguni, Gungunhana, filho de Muzila. Este, para além de lutar contra alguns guerreiros africanos se destacou como sendo um dos líderes de resistência colonial.

Deste modo, Moçambicanos que até esta época estavam submetidos aos regimes políticos portugueses entraram em revolta, destacando alguns líderes de resistência moçambicana contra os portugueses nomeadamente; Maueva, Muzila, Gungunhana,

⁵ **Shaka Zulu** (às vezes escrito como Tshaka, Tchaka ou Chaca, Chaka) 1773?-22 de setembro de 1828) foi um chefe tribal zulu e estrategista militar, que transformou os zulus de uma etnia com pouca expressão territorial a um império que ensombrou os desígnios coloniais britânicos. Shaka foi assassinado em 1828, por pelos os seus meio-irmãos Dingane e Mhlangana, sucedendo-lhe Dingane. In: Angus McBride, *The Zulu War*, Osprey (Men at Arms Series), 1992 - [ISBN 0-85045-256-2](https://www.ospreypublishing.com/Books/9780850452562)

Komala, Kuphula, Marave, Molid-Volay e Mataka. Os tais opuseram-se aos militares portugueses, chefiados por Mouzinho de Albuquerque, Caldas Xavier, Paiva Coceiro, entre outros, que vieram a derrotar os indígenas nas batalhas de Marracuene, Magul, Coolela e Chaimite a sul do território (UEM, 1982).

Nesse período, muitas foram as formas que os povoados moçambicanos organizados em pequenos grupos apresentaram resistência ao colono português, mas segundo a história, poucos foram os resultados alcançados. Primeiro, pela falta de união e estrutura militar para fazer frente as tropas portuguesas. Em consequência disto, o que aconteceu foram revoltas separadas com muita pouca intensidade. Segundo, pela falta de objetivos comuns nessas resistências. O reinado do Ngungunhane no estado de Gaza foi quem se destacou nas lutas de resistência nacionais, pelo fato deste estar mais organizado e ter maior extensão e número de guerreiros que os outros reinados.

1.1.4. Conferência de Berlim

A Conferência de Berlim, realizada em 1884, em que participaram, além da Alemanha (anfitriã), a Áustria-Ungria, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Países Baixos, Portugal, Noruega e a Turquia, teve como pressuposto a ocupação militar, administrativa, econômica e a delimitação de fronteiras de territórios controlados pelas potências coloniais com objetivo de evitar futuros conflitos armados entre as diversas potências concorrentes. Este marco no entender dos historiadores, promoveu mudanças no contexto colonial mundial, na medida em que abre espaço a exploração efectiva do território africano.

Portugal, débil economicamente no século XIX, não lhe permitia realizar o seu projeto colonial à revelia das potências expansionistas mais desenvolvidas. No entanto, Portugal com base unicamente com seus poucos recursos financeiros domésticos, tentava colmatar as próprias necessidades internas. Sendo assim, estes apresentaram projetos de colonização política e não econômica, uma vez que Portugal nesta altura debatia-se com a crise de capital o que tornava insustentável um investimento directo às suas colônias, deixando em aberto a quem melhores propostas apresentaria para suas colônias.

1.1.5. Companhias Majestáticas

As companhias majestáticas, surgem basicamente deste projeto que Portugal apresentou na Conferência de Berlim, assim chamadas porque tinham direitos quase soberanos sobre essas parcelas de território e seus habitantes sendo elas: a Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique (UEM,1982).

A entrega da soberania e de poderes as companhias majestáticas, foi a solução encontrada por Portugal com vista a suprir as insuficiências financeiras de que padecia. Este acontecimento facilitaria a ocupação militar e política que teria de realizar e permitiria a instalação do aparelho Administrativo tendo em vista a ocupação efetiva das fronteiras coloniais estabelecidas na Conferência de Berlim.

As "companhias" de colonização, como também eram conhecidas, foram largamente utilizadas por quase todas as potências coloniais para quem transferiam poderes públicos, nomeadamente: a administração civil e judiciária, a cobrança de impostos, a realização de obras públicas, etc. (UEM, 1982).

O Governo português exigiu o direito de receber 10% dos dividendos distribuídos e 7,5% dos lucros líquidos totais e a garantia de recuperação do território pelo estado, uma vez expirado o prazo do contrato. A Companhia obrigava ainda a manter estatutariamente a nacionalidade portuguesa e a sua sede em Lisboa.

Em contrapartida, as Companhias Majestáticas beneficiava-se dos seguintes direitos: monopólio do comércio; direito de coletar impostos e taxas; direito de construir e explorar pontes e vias de comunicação; privilégio de emitir moeda e selos; monopólio da atividade bancária e postal; direito de transferir terras para pessoas individuais e coletivas (UEM, 1982).

O Governo português impunha igualmente que o corpo administrativo fosse da maioritariamente de nacionalidade portuguesa e exigia o privilégio de ratificar as leis e regulamentos a serem aplicados no território sob a jurisdição da Companhia.

Depois das companhias de Moçambique e Niassa, surgiram as seguintes companhias Majestáticas: Companhia da Zambézia (1898), Companhia do Borrar e a

Companhia do Luabo (1904), Societé du Madal, Empresa Agrícola do Lugela (1906) e a Sena Suger Estates (1920) (UEM,1982).

Outras formas de colonização adotadas pelos portugueses, foram as Companhias Arrendatárias. As províncias do centro-norte, Tete e Zambézia, foram submetidas a uma administração conjunta do Estado português e das "Companhias Arrendatárias de Prazos". A província de Nampula, a norte, e os territórios a Sul do Save (Inhambane, Gaza e Maputo), ficaram sob a administração direta do Estado português, porém no sul é onde se encontrava o poder administrativo e político do Governo Português.

1.1.6. Início da resistência moçambicana

A explanação anterior demonstra que sempre existiu em Moçambique movimentos de resistência colonial em vários lugares e conduzidos por diferentes pessoas. No período de 1495-1961, a luta anti-colonial, foi desenvolvida de várias formas, destacando-se, dentre elas; a resistência contra a exploração econômica, a formação de movimentos políticos no interior do país com caráter clandestino e a formação de organizações políticas no exterior, encorajadas pelas lutas de resistência desenvolvidas em países vizinhos.

Em Moçambique estas organizações intensificaram suas atividades políticas em Cabo Delgado no início de 1960, ano conhecido como o “*Ano das independências Africanas ou ano de Africa*”, onde se apresentaram reclamações modestas, entre as quais o fim do trabalho forçado. A confrontação entre os camponeses do planalto de Mueda, liderada pelas organizações Makonde face as autoridades coloniais, culminou com o massacre de Mueda ocorrido a 16 de Junho de 1960.

Segundo UEM, (1982), o que deveria ter sido uma reunião para discutir a relação entre o povo moçambicano e o governo português, transformou-se em revolta popular tendo o governador ordenado a abrir fogo contra a população do que resultou a morte de cerca de 500 pessoas, a tiro e a baioneta.

Este fato, Massacre de Mueda levou a que os vários grupos nacionais de resistência a se organizarem em movimentos de libertação nacional, com vista a

buscarem forças pensando em lutas focalizadas com vista a dar mais poder e extensão as suas múltiplas formas de resistência.

A intensificação da opressão registrada em Moçambique contribuiu para a mobilização política dos nativos. Com este efeito, logo a seguir em 1961, um grupo significativo de estudantes ligados à "Casa dos Estudantes do Império" em Portugal, deixou em massa Lisboa, Porto e Coimbra, para encontrar melhor posição no exílio com intuito de lutar pela independência dos seus países. Ainda nos finais de 1960, na Rodésia do Sul, moçambicanos formaram a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), sob a liderança de Adelino Gwambe. Esta organização reclamava a independência de Moçambique. Surgiu igualmente, em 1960, outra organização a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique), liderada por Baltazar Chagonga (UEM,1982).

Neste período o que mais aflorava era o Pan-africanismo, sob lema Independência para todas as nações africanas defendidos por “políticos, sindicalistas e estudantes, muitos vindos das colônias inglesas. Estes reivindicavam a independência imediata e incondicional sob a corrente do nacionalismo dos anos 60 , como já referimos Ano de África (HERNANDEZ, 2005).

Nesse mesmo período, reunidos sob o fóruns da Negritude, destacaram os precursores do *pan-africanismo* tal como: Kwame Nkrumah de Gana, Wallace Johnson, da Serra Leoa, e Jomo Kenyatta do Quênia.

Os debates havidos sobre a negritude fizeram com que movimentos aumentassem sua força e se unirem-se como base primordial para atingir de objetivos de independência, não só em Moçambique, mas em toda África, detalhe político e organizacional que faltava nos movimentos de resistência em Moçambique.

E neste contexto que em Fevereiro de 1961 em Mombaça no Quênia é fundada a MANU (União Africana Nacional de Moçambique). No entanto, as organizações moçambicanas que se encontravam no Tanganyika em 1961 eram: MANU, UDENAMO e UNAMI.

O processo de união desses movimentos veio a ser acelerado com passagem do Dr. Eduardo Mondlane por Moçambique, ainda em 1961, como emissário das Nações

Unidas onde trabalhava pela ação das organizações anti-coloniais radicadas na Europa. Por este fato, Mondlane é chamado “Arquiteto da Unidade Nacional”. Outro apelo à unidade dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo português veio da "Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), convocada por Kwame Krumah, presidente do Gana, realizada em Casablanca (Marrocos) em 1961, na qual participou a UDENAMO, MANU e UNAMI , onde foram aconselhados a constituírem uma Frente comum para enfrentar o colonialismo (UEM,1982).

1.1.7. Formação da Frelimo e o início da Luta Armada

Estando todos os movimentos cientes da união de pequenas organizações que lutavam contra o colonialismo, em Moçambique, em 1962, os três movimentos mencionados UDENAMO, MANU e UNAMI, fundiram-se para formar a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), sendo Eduardo Chivambo Mondlane (Presidente) ;Uria Simango (vice-presidente) entre outros.

A FRELIMO depois de várias tentativas com vista a dialogar e formular acordos com o Governo Português, sem resultados positivos, optou pela luta armada para alcançar a independência nacional. A luta armada contra o governo colonial teve início a 25 de Setembro de 1964, tendo os guerrilheiros da FRELIMO atacado vários postos militares e administrativos do Governo Português na província de Cabo Delgado. Em novembro do mesmo ano a luta tinha sido estendida às províncias de Niassa, Zambézia e Tete. No início da luta, a FRELIMO tinha apenas 250 homens treinados e equipados na Argélia, que atuavam em pequenas unidades de 10 a 15 homens (estratégia militar de guerrilha).

Em1967, o efetivo dos guerrilheiros tinha atingido 8000 homens amestrados e apetrechados, sem contar com as milícias populares ou os recrutas que não estavam ainda armados. A guerra foi intensificada em todo território nacional. Eduardo Mondlane foi assassinado a 3 de fevereiro de 1969, sucedendo-lhe na presidência da FRELIMO Samora Moisés Machel, que passa a dirigir a luta armada progressivamente estendida a novas áreas. (UEM, 1982).

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 1975, independência essa que foi conseguida depois de uma forte luta armada. A FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique, que havia conduzido a insurreição correlação ao domínio português durante 10 anos; formou o primeiro Governo com um programa de trabalho orientado para a construção de uma sociedade socialista.

Esta posição de construir uma sociedade socialista, pode ser explicada se olharmos aos apoios que a FRELIMO recebeu da China, Ex-URSS e Cuba durante a guerra de libertação colonial.

Segundo MOSCA (1999), JOSÉ (2005) citado por NICOLAU (2008) , o socialismo foi pensado como projeto político, econômico e social, seguido pelo governo logo após a independência. Nesse período, os objetivos do programa socialista de governação pressupunha a eliminação das estruturas econômicas de interdependência colonial e de todas as formas de discriminação que o sistema se assentava.

Para estes autores, três características podem ser apontadas como chaves deste período:

a) existência de uma economia dualista, tradicional e moderna, extremamente dependente de Portugal e África do Sul;

b) desenvolvimento industrial incipiente, descapitalizado, com maquinaria obsoleta e concentrar sua economia de transformação primária de produtos para exportação e;

c) apresentar um crescimento econômico colonial assentado sobre uma sociedade com uma forte estratificação social e racial.

Para conseguir mudar este cenário e tornar possível este projeto político, o Estado fez uma forte intervenção na economia com a nacionalização dos principais serviços e bens (terra, saúde, educação, habitação, setor bancário, seguros, fábricas) e promoveu acesso amplo aos cidadãos a esses serviços, mudando assim a realidade social do país (MOSCA,1999; JOSÉ, 2006; SILVA, 2006).

Este processo permitiu a construção do Moçambique “Novo” onde o Povo era base na tomada de decisão segundo Samora Machel primeiro Presidente de Moçambique independente. A metodologia para tornar efetivo a unidade nacional idealizada por Machel foi crucial para construção da *nova sociedade* e da educação do *homem novo*. O depositário e beneficiário desse processo seria uma entidade homogênea, o *Povo*, cuja experiência comum de "exploração" nasceu durante o colonialismo. Nesse processo, a unidade deve eclipsar e neutralizar toda tentativa particularista, localista e tribal. (MACAGNO, 2009). Por outro lado, segundo NEGRÃO (2001: 6)

“Samora questionava-se, em primeiro lugar, a si próprio, na medida em que o que tinha como dado adquirido passaram a ser motivo de inquietação, sobre dois tópicos que na altura lhe eram particularmente grato: o Estado e o mercado. A concepção leninista do Estado, enquanto exercício do poder por uma classe ou grupo social em detrimento de outros, foi contestada. Esta bandeira cobre todos os moçambicanos, eu também sou Presidente dos ladrões, dizia Samora em Xipamanine (bairro suburbano) em 1984. O Estado como instituição reconhecida por todas as classes e grupos sociais que tem por função estabelecer os padrões de comportamento através do seu poder legislativo, que tende a preservar as relações sociais pelo poder executivo e a exercer o controlo social recorrendo ao poder judicial, começava a desenhar-se no pensamento de Samora Machel. O carácter institucional do Estado em lugar da afirmação da sua natureza de classe saía reforçado sempre que Samora criticava a inoperância dos ministros, a corrupção de influências e o nepotismo. Mercado sim, capitalismo não este era o pensamento de Samora”.

Mercado sim, capitalismo não, poderia ser a sùmula do pensamento de Samora durante a ofensiva com vista a estabelecer uma sociedade nova. Por outro lado, a medida que ia reconhecendo o papel do mercado na eficiência econômica, Samora ia-se distanciando da linear leitura do mercado como sinónimo de capitalismo. Quando se apercebeu que a ineficiência da economia Estatal não era uma questão funcional, mas sim estrutural, abriu as portas do seu pensamento à possibilidade da existência de um empresariado honesto e nacionalista (NEGRÃO, Idem).

Esta forma de pensar retrata e faz grande este homem, pouco escolarizado, mas com capacidades de gestão governamental sem comparação.

Segundo NEGRÃO (2002), Samora Machel era demasiado honesto para consigo próprio e comprometido com o seu povo. Por outro lado, enquanto uns defendiam a acumulação de capital, Samora sempre defendeu a modernização e inclusão em todas as

classes sociais, incluindo a camponesa. Dentro deste quadro é necessário salientar que a colonização portuguesa foi de 1885 até 1974, ano de assinatura dos acordos de Lusaka, onde se preconizou o cessar fogo e a criação de um Governo de transição que durou até 1977, marcou o fim a presença efetiva do governo português em Moçambique já datado da segunda metade do século XIX. É neste contexto que os sinais do fim da opressão colonial foram vistos em 7 de setembro de 1974, o chamado dia da vitória⁶, onde Moçambique organiza-se de modo a que o governo de transição conseguisse no dia 25 de Junho de 1975 proclamar a independência total e completa. Segundo SILVA (s/d: 6) :

“o novo governo, deveria não só organizar o funcionamento da administração, mas também garantir a produção e os mecanismos necessários para manter uma economia operacional. Utilizando a sua experiência das zonas libertadas e guiadas por um programa de transformação socialista, a FRELIMO traçou as suas estratégias para mudar a estrutura econômica e social do país”.

As mudanças radicais preconizadas pelo novo governo passavam necessariamente pelo exercício de um controle estatal nas zonas rurais e por uma política de intervenção nos setores econômicos e sociais. Todavia, para SILVA⁷

“A estratégia econômica preconizada pela FRELIMO assentava na transformação social baseada na modernização do campo através da criação de aldeias comunais com facilidade de acesso a infra-estruturas sociais como a saúde e educação, aumento da produtividade através de um programa de introdução de uma agricultura mecanizada nas machambas⁸ estatais, uma tentativa para inverter o processo de exploração colonial dos camponeses, e onde o Estado passava a fazer a acumulação. Caberia também às machambas estatais o fornecimento de alimentos às zonas urbanas, antes abastecidas pelos camponeses portugueses. Esta estratégia foi aprovada pelo III Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo, em Fevereiro de 1977, e era conhecida como a ‘estratégia de socialização do campo’. Neste Congresso, a FRELIMO também declarou a sua passagem de Frente para um ‘Partido de Vanguarda Marxista-Leninista’, com a missão de liderar, organizar, orientar e educar as massas, visando destruir as bases do capitalismo e construir uma sociedade socialista” (SILVA, s/d: 6).

Neste contexto, o socialismo passa a ser projeto de sociedade e de economia, sendo destacada a agricultura como base do desenvolvimento, a indústria o fator

⁶ Dia dos Acordos de Lusaka, assinado em Tanzânia entre os representantes da FRELIMO e Governo Português.

⁷ *Ibidem*

⁸ Espaços destinados a prática da agricultura (parcela) INE (2011).

dinamizador e a indústria pesada definida como setor determinante para a independência econômica (MOSCA, 2005).

Segundo MOSCA (2005); ARAÚJO (1983) para materializar os objetivos de desenvolvimento do novo Estado, optou-se pela socialização do meio rural⁹ tendo em conta duas bases: as cooperativas e empresas estatais que originaram as aldeias comunais.

Neste período criam-se as empresas estatais, lojas do povo, cooperativas e aldeias comunais que foram importantes para assegurar a continuidade da produção agrícola, industrial e da comercialização dos produtos, assim como, promover a participação popular no processo produtivo. Este marco fez parte de um processo que se chamou socialização do campo assumida como centro para o desenvolvimento rural e para a articulação estreita com o meio urbano. (NICOLAU, 2008: 60).

Sob o regime político da FRELIMO, a Nação conseguiu alguns feitos positivos, mas a cada momento ficou clara a fragilidade econômica e, por conseguinte, longe estava o alcance pela independência econômica de Moçambique.

Com sinais de desestabilização, por conta da economia frágil, Moçambique experimenta novas dinâmicas políticas o que levou a uma guerra civil alargada a todo o país, na década de 80, opondo o Governo que era da FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique - RENAMO.

A guerra civil provocada por este conflito interno foi agravada por agressões militares que a Rodésia investe a Moçambique conjuntamente com o regime de *apartheid* da África do Sul. No entanto, em 1992, com a assinatura do *Acordo Geral de Paz* entre a FRELIMO e a RENAMO, cessam-se as hostilidades e inicia-se um processo de paz e reconciliação em Moçambique depois de 16 anos de conflito (SILVA, s/d: 2).

A década de 80 marca a transição de uma economia centralmente planificada para uma economia de mista, nos anos 90, consolida-se a transição política anteriormente iniciada, nomeadamente; a passagem do socialismo para a abertura do

⁹ Nacionalização da Terra para ARAÚJO e considerar as aldeias comunais como coluna vertebral do desenvolvimento do campo para MOSCA.

mercado, onde se destacou a introdução de uma constituição pluralista e a emergência de um processo de descentralização política e administrativa.

1.1.8. O fim do Socialismo e a abertura ao Neoliberalismo

A década 80 foi em Moçambique, o ano que mexeu com a história política e econômica do país, neste período, a guerra civil intensifica-se, o país é assolado por seca, subida no preço do petróleo, ligado a isto, a falta de divisas para importações colapsaram a economia Moçambicana (HERMELE, 1990; MOSCA, 2005).

Diante do cenário de desestabilização política e econômica, o Governo de Moçambique abre-se ao apoio da comunidade internacional que segundo MATOS (2011:52) *“esta fez pouco para evitar e solucionar o problema de crise na qual Moçambique estava”*.

Ainda segundo MATOS (2011: 53), pelo que se viveu depois década 80, a comunidade internacional na primeira oportunidade impôs a que o país abandonasse o sistema socialista e virasse para o ocidente, isto é, que passasse a ser “capitalista”, e de mercado livre. Com a aderência de Moçambique as políticas das instituições da Bretton Woods, Moçambique introduz em 1987 os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) conhecidos por Programa de Reabilitação Econômica (PRE) como primeiros sinais de mudanças política e econômica.

Segundo (MATOS, 2011: 54) citando Mosca (2005), o PAE teria as seguintes prioridades,¹⁾ a estabilização econômica, 2) substituição do plano das importações e a priorização das exportações. No entanto, como solução da crise o país aplicou o modelo pensado pelas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial). O PRE não foi muito para além dos anos 90¹⁰, onde por não apresentar resultados práticos, é reajustado e, ou, transformado, passando de PRE para PRES - Programa de Reabilitação Econômica e Social, tendo como centro, a incorporação do setor social no plano de desenvolvimento do país.

¹⁰ A década é marcada pelo fim da guerra Civil entre o Governo Moçambicano e a RENAMO e pelas primeiras eleições legislativas do País.

As políticas sociais neste período foram: implementação de programas de ajuda alimentar, intervenção direta do Estado na saúde e educação. Como impacto direto de adesão de Moçambique as instituições da Bretton Woods, o país fica dependente das potências econômicas ocidentais que ditavam como e onde alocar os fundos da ajuda, deixando o Governo sem margem de manobra para adotar uma estratégia endógena de desenvolvimento (MATOS, 2011).

Como solução Moçambique passou a aplicar a risca as receitas do Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Mundial¹¹, passando a ser designado de “menino bonito do FMI”¹².

Em 1984 a ajuda foi concedida e o governo assinou um acordo com o Banco Mundial, do qual resultou na disponibilização imediata de 45 milhões de dólares para Moçambique (FRANCISCO, 2003; SILVA, 2006).

Para NICOLAU, BORGES, SOUZA (2001: 181)

“O modelo de desenvolvimento (socialista e capitalista-neoliberal) adotados no país desde a independência em 1975, afetaram a atividade avícola. A transição da economia planificada para a economia aberta de mercado na década de 1980 e a sua consolidação nos anos 1990 fez o Estado retirar-se da gestão das empresas e iniciar as privatizações que também atingiram o setor avícola. Produzindo assim alterações técnicas, produtivas, comerciais e de gestão que passaram a ser implementadas no setor, caracterizando um novo arranjo, em substituição ao modelo estatal”

Segundo estes autores, com o fim da economia centralizada em Moçambique a semelhança do que aconteceu com o setor avícola, houve privatizações em quase todos os setores de atividade econômica no país consolidando-se deste modo a abertura do mercado ao setor privado e em consonância a este fato o capitalismo ganhava as suas múltiplas formas .

O que de princípio pareceu uma ajuda externa, levou Moçambique a ficar dependente; pois, se durante o período da colonização o país já se encontrava dependente sem que assinasse nenhum acordo, depois de o ter feito ficou mais

¹¹ Aumentando a sua dívida e deixando-se mais frágil para impor suas políticas

¹² Ganhando destaque e reconhecimentos a nível internacional por aderir às políticas de abertura de mercado

dependente, sem possibilidade nenhuma de negociação. Este processo marcou uma nova fase na história o “*neocolonialismo*”.

E neste contexto que em Moçambique o Governo adota um conjunto de medidas de reajustamento estrutural que visava à redução gradual do papel do Estado na economia, dando espaço para intervenção de outros agentes econômicos de modo a conferir maior dinamismo e operacionalidade à atividade econômica no país (PALE, 2006; FRANCISCO, 2003; JOSÉ, 2005).

Este fenómeno como refere NICOLAU (2008), marcou o início do novo processo político que não só abarcou a privatização propriamente dita das unidades empresariais, como também, favoreceu o investimento privado como forma de fortalecer a economia. É necessário salientar que a alteração da Constituição da República foi a primeira de muitas mudanças com vista a criação de leis como forma de ajustar a nova face de desenvolvimento.

Os programas de reajustamento estrutural seguidos pelo Governo Moçambicano, segundo STIGLIZ (2002), obedeceram ao mesmo leque de medidas colocadas em curso em outros países em desenvolvimento. Sendo que, em alguns mercados desses países, por exemplo, da Ásia Oriental, a liberalização dos mercados foi feita lentamente e por etapas, (remoção de barreiras protecionistas), enquanto que em Moçambique as privatizações e a liberalização do mercado, foram feitos de forma rápida e total. Este processo acarretou custos sociais ao longo dos anos devido ao elevado número de trabalhadores desempregados em consequência do largo número de empresas privatizadas num curto espaço de tempo, o que promovia a diminuição de mão-de-obra como forma de reduzir os custos de produção, associada (ou não) às dificuldades financeiras dos investidores.

As reformas econômicas introduzidas em Moçambique, nas duas últimas décadas apesar de terem revitalizado a economia, não puderam, infelizmente, ser traduzidas em uma redução da pobreza. Segundo a PNUD (1996) *apud* SILVA (2006, p.78), “[...] a pobreza, entendida como ausência das condições para uma vida longa, instrução e um padrão de vida aceitável, afeta a esmagadora maioria da população de Moçambique”.

Na atualidade em Moçambique, o desenvolvimento do agronegócio, não marca uma nova era, mas sim, a continuação do plano de desenvolvimento e séries de medidas com vista a fazer este país um mercado aberto, ora mais agressivo por conta do país ter aderido as mudanças estruturais que o permite “*viver e sobreviver*” nesse jogo econômico, onde só ganha quem tem”.

1.2. Localização e caracterização da área de estudo

A República de Moçambique situa-se no *Hemisfério Meridional* entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' Sul. Pertence também ao *Hemisfério Oriental* entre os meridianos de 30° 12' e 40° 51' Este (MUCHANGOS, 1999: 9).

Para este autor, o país apresenta condições climáticas do tipo tropical, enquadrando-se no fuso horário 2, possuindo assim duas horas de avanço relativamente ao Tempo Médio Universal – TMU. Devido a esta localização astronômica, é mínima a diferença da duração entre o dia e a noite ao longo do ano, o que explica uma constância relativamente grande nas suas condições térmicas (Idem).

Com relação à distribuição dos oceanos e continentes a República de Moçambique fica situada na costa sudeste do continente Africano, defronte a Ilha de Madagascar, da qual se separa através do Canal de Moçambique¹³. Pela sua extensão em latitude e pela configuração dos seus limites que dividem elementos da paisagem geográfica como rios, lagos, montanhas e oceano, é considerada na literatura geográfica internacional, como fazendo parte de três grandes regiões naturais de África, nomeadamente: África Oriental, África Central e África Austral (MUCHANGOS, 1999:11).

Segundo MUCHANGOS (1999: 12), a superfície continental de Moçambique é de 786.380km², mais de 78 milhões de hectares correspondente á cerca de 2,6% da superfície do continente africano que tem aproximadamente 30 milhões de km². (tabela 1).

¹³ Canal de Moçambique (quente) é uma depressão cuja origem está relacionada com as ações tectônicas de dobramento acompanhadas por fraturas sem deslocamentos, mas que provocam o afundamento do espaço compreendido entre Moçambique e Ilha de Madagascar. A cor das águas é predominantemente azul, excetuando as zonas de desembocadura dos rios, onde elas tomam a cor castanha, esverdeada a cinzenta. Com salinidade entre 30-35% e temperatura nunca inferior a 18° C e sendo que a maior não passa 36° C registradas em áreas com água pouco profundas. A principal corrente do Canal de Moçambique é a *corrente de Moçambique*, forma-se mais ou menos à latitude 12° no noroeste da Ilha de Madagascar. (MUCHANGOS, 1999:66-68).

Devido a esta localização, Moçambique é importante para muitos países no que concerne aos transportes e comunicações ,pois, garante ligações ao *interland* (interior) com muitos países localizados na região sul e ocidental do continente que não tem contato com o oceano. Nas águas interiores estão inclusas lagos, lagoas, rios e albufeiras, por essa razão, a extensão das águas poderá aumentar frente a construção de novas barragens e por conseguinte o surgimento novas albufeiras¹⁴

Tabela 1. Valores absolutos e relativos da superfície do território Moçambicano

Superfície	Km²	%
Terra firme	786.380	85,5
Águas interiores	13.000	1,5
Superfície marinha	120.000	13
Total	919.380	100

Fonte: Muchangos, 1999:12

1.3. Divisão político-administrativa de Moçambique

De acordo com a Constituição da República de Moçambique, as unidades políticos administrativas designam-se por: província, distrito, posto administrativo, localidade e povoações (MOÇAMBIQUE, 2004: 3)¹⁵.

Esta forma de organização define as áreas de jurisdição de poder, desde o nível nacional, provincial, distrital, localidades e povoados. Moçambique é do tipo de “Estado Unitário”. Todavia, Darcy Azambuja (2008) disserta com clareza sobre o assunto em sua obra *Teoria Geral do Estado*:

“Estado Simples ou Unitário é aquele em que somente existe um Poder Legislativo, um Poder Executivo e um Poder Judiciário, todos centrais, com sede na Capital. Todas as autoridades executivas ou judiciárias que existem no território são delegações do Poder Central. Este tira dele sua força; nomeia e lhes fixa as atribuições. O Poder Legislativo de um Estado Simples é único onde nenhum outro órgão terá atribuições de fazer leis nesta ou naquela parte do território” (2008: 37).

Em Moçambique é notória esta forma de apresentação do Estado; o Presidente da República é escolhido por meio de eleições, este, depois de eleito nomeia todo o governo desde o nível central (Ministros, Composição do Poder Judicial e Executivo).A

¹⁴ Lago artificial resultado da construção de barragens

¹⁵ Disponível em: <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf> acessado em Janeiro de 2012.

nível provincial o presidente da República nomeia Governadores provinciais, e estes por sua vez fazem nomeações para sua área de jurisdição.

O país está dividido em 11 Províncias: ao Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, ao Centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, e a Sul; Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, como um Distrito Federal, a capital do país, sendo que a Cidade de Maputo tem estatuto de província.

Segundo FARIA e CHICHAVA (1999: 11) em alusão ao (artigo 185) da constituição da república refere que:

[...] “a emenda constitucional de 1996 consagra a existência dos órgãos locais do Estado, cujo objetivo é a representação do Estado ao nível local para a administração e desenvolvimento do respectivo território, contribuindo assim para a integração e unidade nacional”.

Sendo assim, os Órgãos Locais de Estado (OLE) são governos provinciais, administrações distritais, dos postos administrativos e das localidades. Estas transformações são resultados ou fazem parte do processo de descentralização do poder que o país tem vivenciando desde a década 1990.

Dentro dos OLE, encontram-se as Autoridades Tradicionais que segundo Faria e Chichava (1999:15) “*são uma expressão social e política das formas de organização local em África, cujo papel e funções foram sofrendo alterações em função do Régulo e do Induna*¹⁶”.

Para FARIA e CHICHIVA (1999: 25)

“as Autoridades tradicionais foram transformadas e instrumentalizadas para reforçar a autoridade e controle da administração colonial no passado. Após a independência e com a emergência do Estado Novo, as Autoridades Tradicionais foram marginalizadas, ignoradas [...], contudo o espaço de organização política e social foi deixando um vazio pela ausência ou incapacidade do Estado em se afirmar junto as comunidades locais, permitindo muitos chefes tradicionais; bem como organizações religiosas e ONGs a firmarem-se como autoridades locais à margem do Estado”.

Um dos objetivos da descentralização do Poder era chegar ou estar mais próximo das comunidades locais. Sendo assim, na atualidade “o papel da autoridade tradicional no processo de descentralização é a mobilização da participação comunitária no desenvolvimento” (FARIA e CHICHAVA, 1999: 15). O grau de representatividade, legitimidade e influência de um régulo (*Autoridade Tradicional*) varia de comunidade

¹⁶ s. m. (África Port.) espécie de ministro do Régulo.

Régulo são personagens sociais, que fazem parte integrante da estrutura da organização do poder tradicional.

para comunidade. Há, no entanto, aspectos do seu funcionamento que podem ser melhorados e adaptados à evolução político-organizacional do país.

O trecho acima ilustra que mesmo havendo autoridades tradicionais em todo país, falta algo que possa reger este personagem no sistema de gestão territorial, fundamentalmente no tange aos seus poderes, deveres, direitos e até funções. Este fato pode ser explicado na medida em que seu grau de representatividade, legitimidade e influência depende das diferenças entre as comunidades matrilineares e patrilineares, algo muito presente em Moçambique.

Regiões	Província
Sul 170.682 km ²	Cidade de Maputo¹⁷, com 602 km² cidade de Maputo, capital do país e da região sul Maputo com 25.756 km², com capital a Cidade da Matola Gaza com 75.709 km², com capital a Cidade de Xai-Xai Inhambane com 68.615 km², com capital a Cidade de Inhambane
Centro 335.411 km ²	Sofala com 68.018 km², com capital a Cidade da Beira, também capital da região centro Manica com 61.661 km², com capital a Cidade de Chimoio Tete 100.724 km² cidade de Tete Zambezia / 105.008 km², com capital a Cidade de Quelimane
Norte 293.287 km ²	Nampula, com 81.606 km², com capital a Cidade de Nampula, também capital de região norte Cabo Delgado / 82625 km², com capital a Cidade de Pemba Niassa / 129056 km², com capital a Cidade de Lichinga

QUADRO 1. Extensões das províncias de Moçambique

Fonte: Muchangos (1999: 14-16). Adaptado pelo autor

¹⁷ Com estatuto de província

Segundo MUCHANGOS (1999: 14), o fundamento para esta divisão administrativa esta relacionada com os interesses nacionais e a função do Estado, tendo em conta as particularidades das unidades regionais, a composição étnica da população, os órgãos administrativos, número e densidade populacional, aspectos ligados a defesa da soberania e integridade nacional.

As províncias estão agrupadas geograficamente em três regiões: Região Norte que corresponde a 36,6% do total de superfície, e compreende as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; a Região Central com 41,9 % da superfície nacional, que agrega as províncias de Zambézia, Tete, Sofala e Manica; e a Região Sul com 21, 4% do total da superfície, formada pelas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e a Cidade de Maputo (INE, 2006).

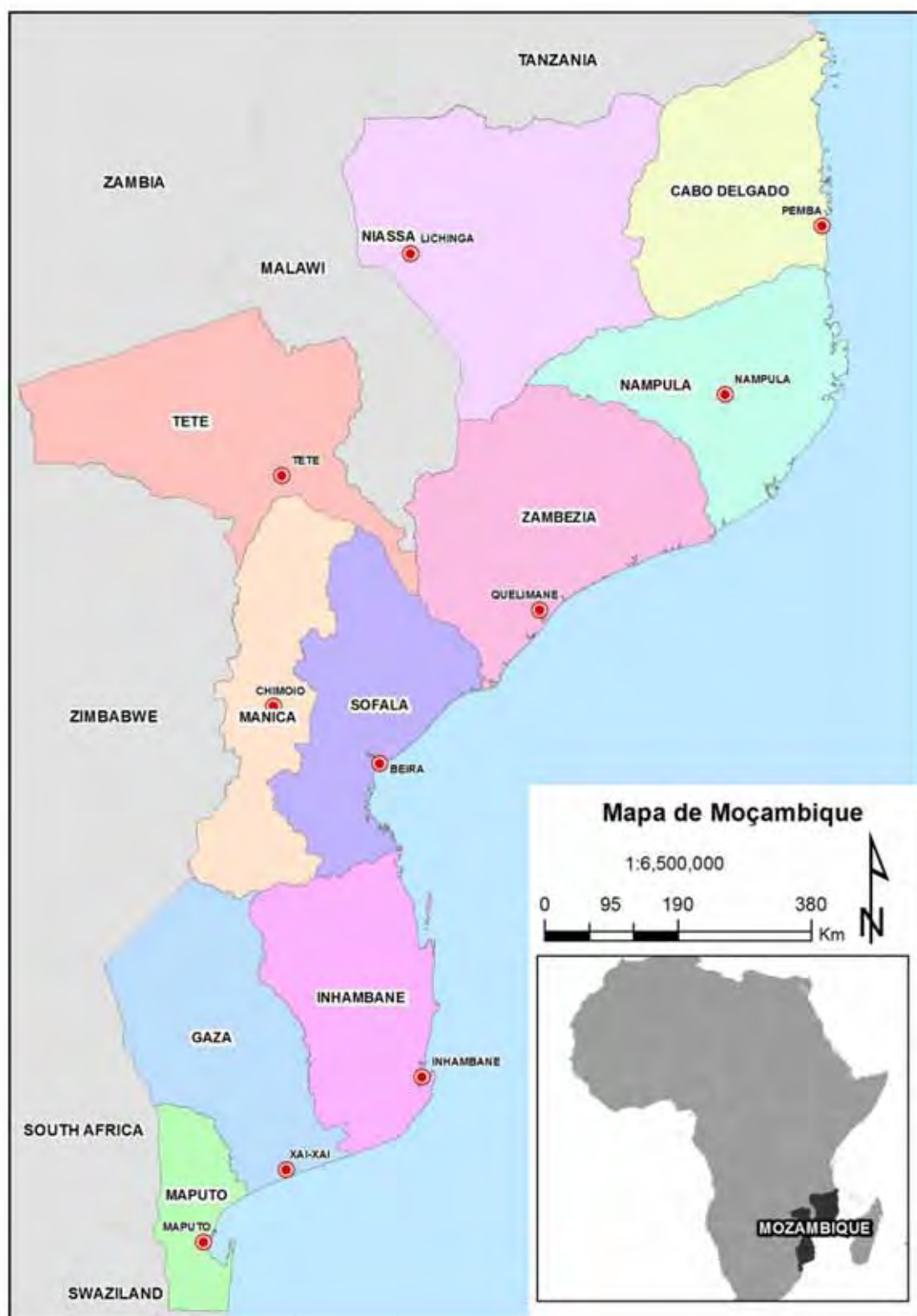


FIGURA 2. Divisão Administrativa de Moçambique

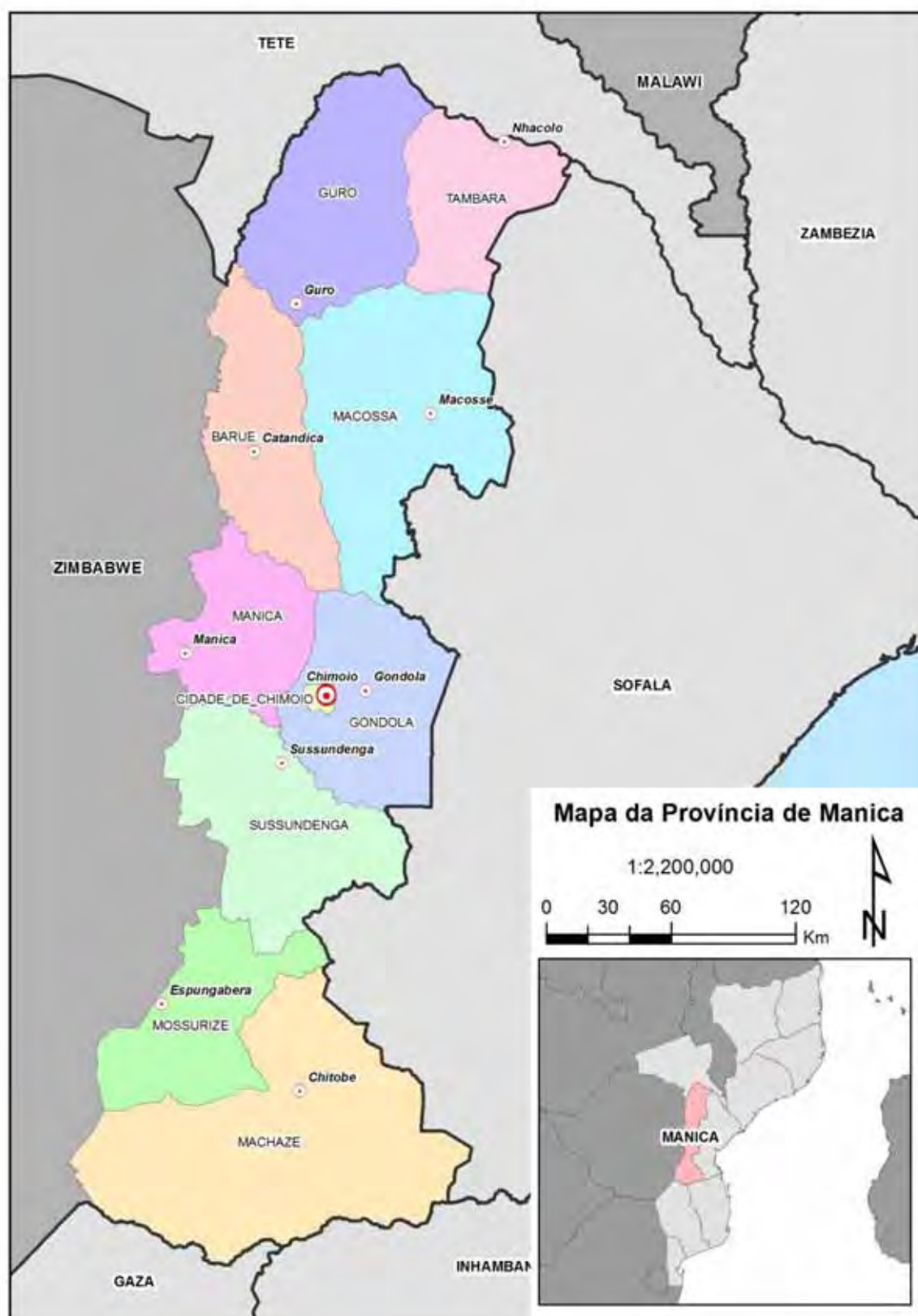


FIGURA 3. Província de Manica

Manica encontra-se no centro do país (figura 1) e ocupa uma superfície de 61.661km² o que corresponde a 7,7% da superfície total de Moçambique. A sua capital é Chimoio (figura 2), situado no planalto com mesmo nome (MUCHANGOS, 1999: 15).

Esta província apresenta os seguintes limites:

- Norte - Província de Tete;
- Sul – Rio Save, separando das províncias de Gaza e Inhambane;
- Este - Província de Sofala;
- Oeste – República do Zimbabué.

Segundo INE (2011), Manica tem uma população de 1.672.038 habitantes, onde a maioria encontra-se nas zonas rurais e é praticante de agricultura, o que representa mais de 75% da população. Esta província também é conhecida como a terra dos milagres por se desenvolver com facilidade a agricultura e responder aos investimentos estrangeiros

Com a crise agrária no Zimbábue, muitos farmeiros¹⁸ na impossibilidade de voltar as suas terras¹⁹ decidiram investir nas terras moçambicanas. Nos primeiros anos a produção foi explosiva, aumentaram os postos de trabalho e esta província testou a utilização de técnicas e tecnologias na agricultura. Entretanto, como Manica não estava preparada para receber este impulso produtivo, deparou-se com o problema da ausência de mercado para o consumo da produção e agravado pela inexistência de indústrias para o processamento agrícola.

Para o Governo de Moçambique na voz de Roberto Albino²⁰ “o fracasso dos zimbabuenos se prendeu com a má escolha das culturas e porque Manica *não estava preparada para as culturas que os agricultores zimbabuenos sabiam produzir*”. Por conseguinte Albino salientou que “o Governo de Moçambique tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento da agricultura comercial”.

Referiu-se ainda que a aposta continua a ser no investimento em infraestruturas, porque a irrigação, a investigação e a formação são as prioridades das políticas do Governo. Pelas condições naturais de Manica, esta província apresenta condições para

¹⁸ **Sub. Mas.** Regionalismo Moçambique proprietário ou trabalhador de fazenda (Dicionário Português: <http://www.dicionario10.com.br/farmerio/> acessado em Abril de 2012)

¹⁹ Terra de seus antepassados, pois muitos já tinham nascido em Zimbábue.

²⁰ Porta voz do Ministério de Agricultura em entrevista (Maputo, Sexta-Feira, 26 de Maio de 2006; *Notícias*)

ser ponto focal na agricultura de Moçambique, talvez por essa razão as empresas produtoras de culturas para agroenergias estão a demandar terra naquela província do centro de país.

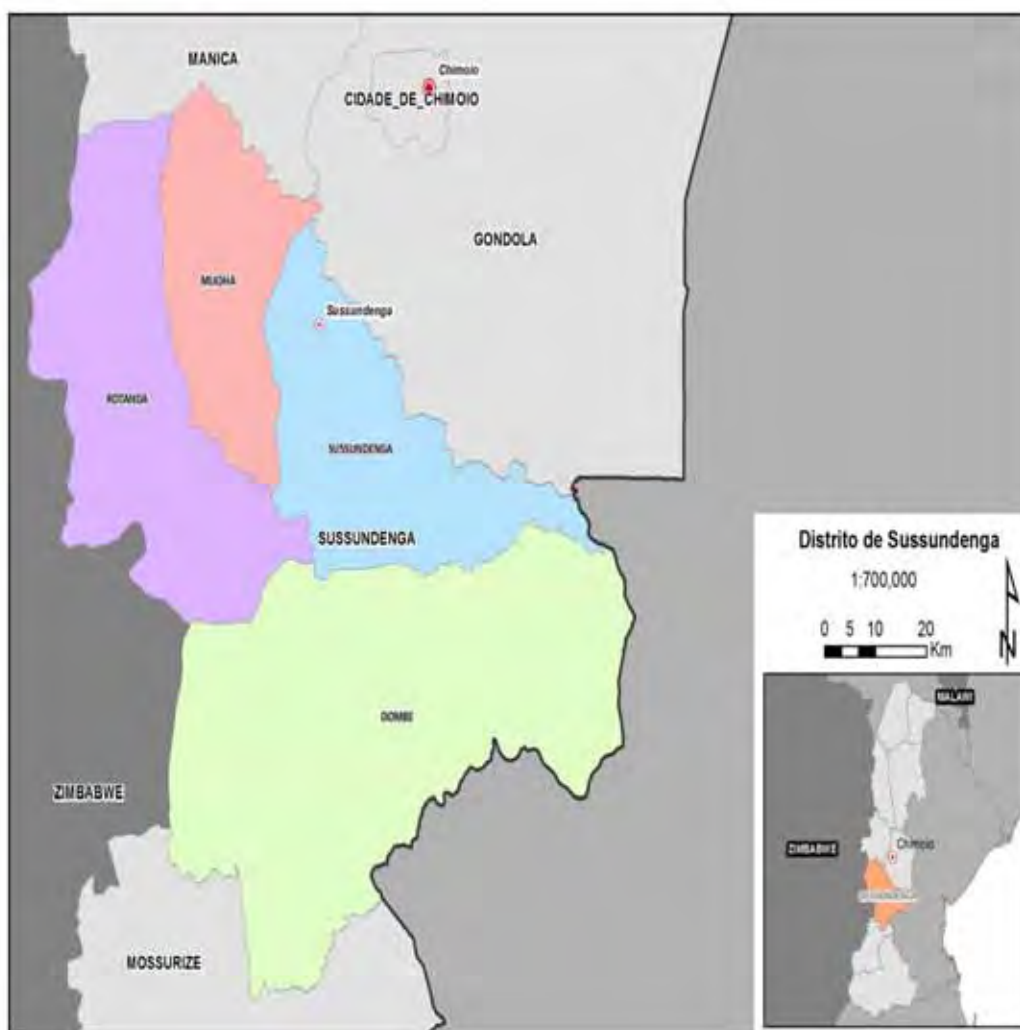


FIGURA 4. Distrito de Sussundenga

O distrito de Sussundenga (figura 4) localiza-se no Centro da Província de Manica, sendo limitado á norte pelos distritos de Gondola e Manica; a Este pela República do Zimbabué; a sul pelo distrito de Mossurize e a Oeste pelo distrito de Búzi (Província de Sofala), com uma superfície de 7.107km² e população de 12.866 habitantes (INE, 2010). Com mais de 70% da população vivendo em bases camponesas, Sussundenga tem 18,13hab/km². O fato da maioria da população viver na área rural deixa mais evidente que a agricultura é a atividade mais praticada no distrito.

Este distrito foi o maior em termos de produção de milho na safra de 2010/11 segundo Sr. Domingos, Diretor Distrital dos Serviços de Atividades Econômicas de

a Oeste pela República do Zimbabué (MAE, 2005). No entanto, o distrito de Manica possui uma superfície de 4.383 km² e população de 215.275 habitantes segundo INE (2010). A sua densidade populacional é de 49.1 hab/km² e pode ser explicada pelo fato deste estar próximo ao Zimbábue. Além da agricultura, neste distrito o comércio e a mineração²² têm bastante importância na economia distrital.

O distrito apresenta as seguintes condições climáticas: Clima Temperado Úmido (Cw. Classificação de Koppen) com duas estações, mas com chuva no verão e temperaturas amenas todo ano. Apresenta uma precipitação média de 1000 – 1020 mm (MAE, 2005).

Com estes níveis de precipitação este distrito também apresenta respostas desejáveis aos investimentos em agricultura tanto familiar assim como comercial.

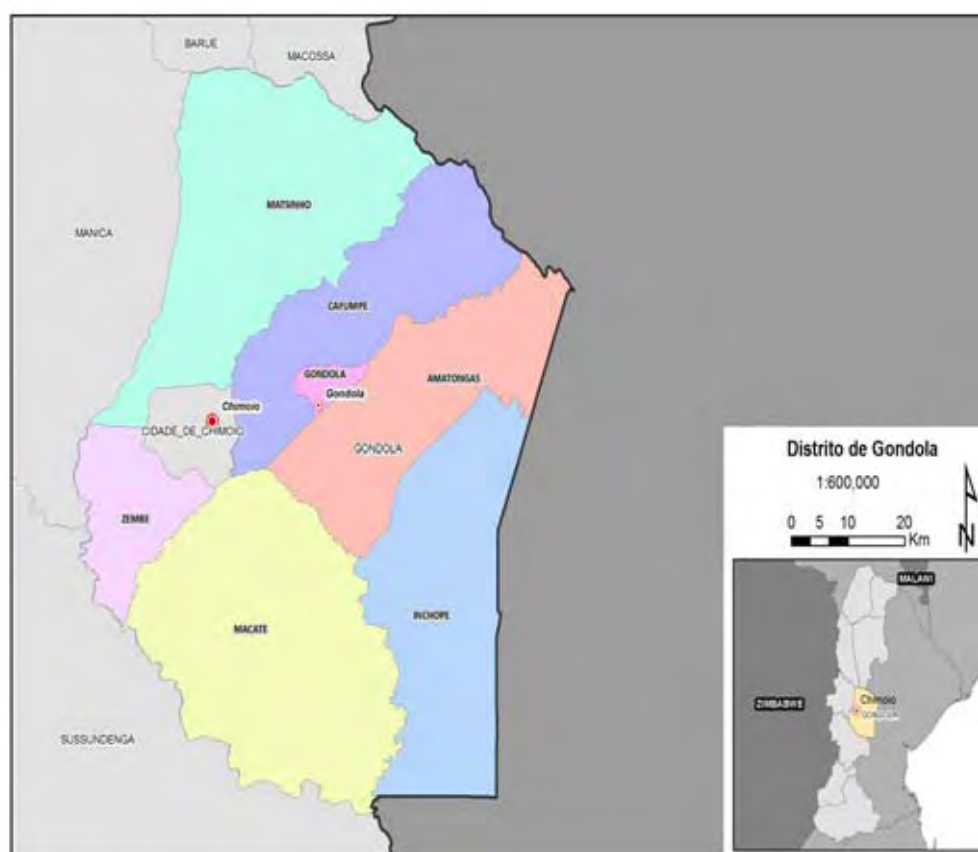


FIGURA 6. Distrito de Gondola

O distrito de Gondola (figura 6) situa-se na zona central, a Este da Província de Manica, tem como limites: ao Norte rio Pungué separando-o dos distritos de Macossa e

²² Recursos Minerais existentes: Agregado de Cascalho, Ouro, Talco, Crisolite, Argila, Granito Quartzo, Manganês, Bauxita e mais (INE, 2010)

Barué em Manica, ao sul rio Revué que o separa do distrito de Sussundenga. A Este o distrito de Nhamatanda (Sofala) e por fim a Oeste temos o distrito de Manica. É neste distrito que está situada a Cidade de Chimoio, capital da província (MAE, 2005).

Com uma superfície de 5.766 km² e uma população de 258.548 habitantes (INE, 2010). A sua densidade populacional é de 44.8 hab/km². A densidade populacional do distrito de Gondola explica-se por este distrito estar próximo a uma zona urbana (Cidade de Chimoio). Além da agricultura, que é atividade base do distrito, ganha relevância o comércio e prestação de serviços como atividades que impulsionam seu desenvolvimento.

Não apresentando diferenças em termos de condições climáticas de outros dois distritos citados; a província de Manica e distrito de Gondola apresenta um precipitação média anual de 1000-1500mm por localizar-se numa zona planáltica²³, com chuvas no verão (Novembro-Março). Segundo Muchangos (1999) Gondola estaria numa zona de influência de Clima Tropical de Altitudes.

Os três distritos têm potencialidades agrárias e a agricultura domina a atividade econômica familiar e ultimamente alguns investimentos privados nessa área. Estes distritos segundo MAE (2005), têm um grande potencial para não só serem considerados auto-suficientes em termos de autoconsumo e de segurança alimentar, mas também, para ajudar a garantir a segurança alimentar²⁴ no restante da província e país em geral. Aqueles, apresentam solos férteis e recursos hídricos para irrigação durante a época seca.

1.4. Estrutura Agrária em Moçambique

A estrutura agrária de Moçambique tem ligações a estrutura econômica e social dos períodos pré-colonial e colonial.

Com foi afirmado em textos anteriores, no período pré-colonial em Moçambique já havia se desenvolvido a agricultura, sendo esta uma atividade imprescindível para

²³ Planalto de Chimoio

²⁴ Segurança alimentar vista como capacidade de produzir alimentos vinculados ao padrão cultural de consumo e que atenda às demandas do organismo com qualidade.

subsistência dos povos. Nesse mesmo período, a base da economia dos Bantu era a agricultura, principalmente de cereais locais como a mapira²⁵ (sorgo) e a mexoeira²⁶.



FIGURA 7. Mapira (Sorgo)

Fonte: Steinagronegocios



FIGURA 8. Mexoeira

Fonte: Steinagronegocios

²⁵ O **sorgo** (*Sorghum bicolor* L. Moench ou *Sorghum vulgare* Pers.), também chamado **milho-zaburro**¹ e **mapira**, em Moçambique, onde constitui um dos alimentos básicos da população. Os grãos do sorgo são úteis na produção de farinha para panificação, amido industrial e álcool e como forragem ou cobertura de solo (Messa; et al,2005).

²⁶ **Mexoeira** é o nome dado em Moçambique à espécie *Pennisetum glaucum*, um cereal nativo da África muito importante na agricultura de subsistência e na alimentação dos seus povos. No Brasil é conhecido de milheto, milho-safrinha ou milheto-pérola. In: The National Academies Press - Lost Crops of Africa: Volume I: Grains

A olaria, tecelagem e metalurgia eram também desenvolvidas como atividades econômicas, mas naquela época a manufatura destinava-se ao comércio, efetuado por troca direta.

A agricultura passa a ganhar destaque (atividade para o desenvolvimento) em Moçambique com a chegada dos Prazos (umas das formas de ocupação colonial). Estes arrendavam terras com o objetivo de controlar o comércio de ouro e marfim, ora a população local poderia usar suas terras para praticar a agricultura, sendo que ao final das colheitas deveria pagar um tributo por utilizar a terra. Esse tributo segundo UEM (1982) era feito entregando em forma de impostos aos Senhores Praiseiros os melhores produtos da colheita. E neste contexto que o sistema de Prazos foi a primeira forma de colonização presente em Moçambique, revelando por meio de suas práticas a presença da “*propriedade privada*” numa situação social e econômica anterior à independência.

Os colonos eram apoiados de forma direta pela administração colonial, não só para a concessão das terras, mas também como uma forma de recrutar mão de obra para o trabalho nas explorações agrícolas e na construção (MOSCA, 1988).

Com a concessão de terra aos colonos, eles desapropriavam os camponeses tornando-os vulneráveis, fazendo com que facilmente aceitassem trabalhar nas plantações industriais. Estas plantações foram resultados do surgimento das companhias majestáticas tida como a segunda forma de colonização em Moçambique com característica de expansão da dinâmica de posse de terra.

Nesse momento foi introduzido o “imposto de palhota”, ou seja, a obrigatoriedade de cada família de pagar imposto em dinheiro. Como a população nativa não estava habituada às trocas por dinheiro (para além de produzir para a própria sobrevivência), eram obrigados a trabalhar sob prisão - o trabalho forçado, designado em Moçambique de “*chibalo*”. Este processo impôs a que mais tarde as famílias nativas fossem obrigadas a cultivar produtos de rendimento, como algodão ou tabaco, que eram comercializados por aquelas companhias.

Lembrando que a agricultura no período colonial estava focada na produção de culturas para alimentar o mercado da Coroa, e outros países, como África do Sul, Tanzânia e Zimbábue.

Segundo LOPES (1968), os colonos eram oriundos principalmente das regiões onde o campesinato era forte em Portugal, nomeadamente as regiões mais pobres de Portugal Continental e das Ilhas a quem lhes era dado apoio para as viagens, condições de alojamento em Moçambique e crédito para o primeiro ano da atividade agrícola. Por conta disso, a agricultura neste período mostrou-se forte em Moçambique, como veremos a seguir. No entanto, o setor da agricultura caracterizava-se pela existência de um dualismo de estruturas que compreendia:

- Um setor com 4.700 propriedades agrícolas, nas quais centenas de milhares moçambicanos trabalhavam para os colonos, cuja produção se destinava ao mercado exterior. As culturas produzidas eram as seguintes: açúcar, sisal e chá isto é mão de obra assalariada e produção mercantil;
- Outro setor de economia com cerca de 1.700.000 pequenas explorações de tipo familiar e de subsistência, cuja produção pela sua natureza e dimensão se destinava em cerca de 80% para autoconsumo. O excedente era adquirido pelos colonos a preços extremamente baixos, destinado ao mercado interno e a indústria nacional. Sendo as culturas as seguintes: algodão, caju e sementes oleaginosas, isto é, mão de obra familiar e autoconsumo (Chichava, s/d).

Segundo LOPES (1968) a dependência para a acumulação capitalista de exploração do campesinato se dava através de:

- Cultivo forçado de culturas de rendimento;
- Trabalho sazonal e assalariado nas machambas e plantações dos colonos;
- Fornecimento (venda) de produtos agrícolas pelos camponeses a preços baixos para a indústria colonial;
- Fonte de recrutamento de trabalho migratório assalariado.

Para este autor a estrutura econômica (exploração capitalista colonial) destruiu a economia de subsistência, pois a produção camponesa foi organizada de forma a produzir para alimentar a capital de Moçambique.

Sendo assim, a estrutura agrícola em Moçambique no período colonial era a seguinte: as plantações encontradas no centro e norte e especializadas na produção de culturas de rendimento para exportação de açúcar, chá, copra, sisal entre outras. Os

latifúndios, sistema de extração da renda em espécie (chibalo), eram médias e pequenas machambas dos colonos. Portanto, a produção deste grupo destinava-se a satisfazer a comunidade de colonos nos centros urbanos em produtos alimentares básicos, não só como também destinava a satisfazer a burguesia e a pequena burguesia comercial no campo. Por outro lado, as cantinas rurais constituíam, juntamente com os armazenistas, a principal forma de control e apropriação do excedente do campesinato²⁷. Por conseguinte, a estrutura de comércio e de control da produção do campesinato, além de produzir para as suas necessidades em alimentação, foi compulsivamente integrada na economia de mercado como fornecedor da força de trabalho para as plantações e latifúndios de colonos, como também, eram pequenos produtores de mercadorias para vender ao colono (Idem).

Esta estrutura funcionou assim, fundamentalmente depois do Golpe do Estado de Portugal em 1929 pois, a partir deste período, houve uma corrida massiva dos portugueses para as suas colônias, fazendo com que estas áreas (as colonias) adotassem novas formas de produção com vista a alimentar os colonos.

Moçambique firmou sua independência em 1975, onde numa primeira fase adotou parte da estrutura agrícola do período colonial.

O setor agrário no período pré-independência possuía dois grandes setores de produção: o setor camponês moçambicano e o setor capitalista, constituído majoritariamente por agricultores estrangeiros. Estes setores possuíam uma estreita funcionalidade entre si e as suas lógicas reprodutivas foram se adaptando ao desenvolvimento do conjunto da economia. Este fato provocou o aumento da integração da economia camponesa no mercado e o desenvolvimento do capital agrário.

Esta funcionalidade do setor produtivo agrário se concretizou através das relações que se estabeleciam entre as diferentes formas de produção resultando o sistema de assalariamento. Por outro lado, resultou na aquisição de insumos no mercado (sementes melhoradas, adubos, etc) e a troca entre os excedentes da produção com bens de consumo e instrumentos de trabalho de origem industrial. Estes aspectos segundo

²⁷ Tanto as cantinas (lojas) como os armazenistas (donos de armazéns) foram formas que o colono adotou para maior controlar a produção nas áreas em que eles controlavam. Todo o produto colhido só poderia ser vendido nas cantinas, o mesmo acontecia na hora de armazenar a produção. Esta forma de organizar o comércio fazia com que todos os camponeses de alguma forma se subordinassem aos colonos.

MOSCA (1997) tornaram-se elementos chave dos mecanismos de reprodução da economia camponesa em todo o território.

Por sua vez, quando se integra uma agricultura camponesa nos sistemas capitalistas de produção, amplia-se a composição do consumo intermediário no processo produtivo, buscando consolidar a dependência econômica, tecnológica, socioprodutiva, na medida em que o saber fazer campesino vai sendo substituído por pacotes tecnológicos de produção industrial.

Segundo (SOUZA, 2001: 21), o consumo intermediário consiste ;

“no valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando, a força de trabalho), ou seja: as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos, em verdade todos estes processos revelam mais que a modernização, a alteração no padrão tecnológico da produção o grau de dependência e as transformações nas relações sociais de produção, da especialização e divisão do trabalho e o assalariamento”.

De forma esquemática, o campesinato possuía as seguintes bases fundamentais de produção segundo:

- Pequena dimensão, geralmente com explorações que dificilmente ultrapassavam os 3 hectares e disperso. Por razões diversas a “empresa familiar” possuía regra geral, mais que uma parcela;
- A produção alimentar constituía a base dos sistemas produtivos.
- A tecnologia baseada na força de trabalho da família, sendo o sistema da “ajuda mútua” praticado nas operações culturais com maior necessidade de trabalho. A utilização de tração animal realizava-se nas zonas onde existia gado bovino, fundamentalmente no Sul de Moçambique (devido à existência de “mosca do sono” no Centro e Norte do país); os rendimentos eram majoritariamente gastos nos meios para a reprodução da economia familiar e no incremento do consumo com o objetivo de melhorar as condições de vida. Os investimentos eram geralmente realizados na habitação e em bens de reserva de valor e de prestígio social (MOSCA, 1997: 12).

Em algumas zonas, principalmente as localizadas nas regiões produtoras de culturas de mercado ou comerciais e nos perímetros irrigados, tinha-se iniciado um processo de transformação capitalista por parte dos camponeses a quem lhes era distribuída a terra e dadas facilidades de crédito, assistência técnica, tendo em conta o estatuto social diferenciado.

Percebe-se neste cenário uma tentativa de introduzir nos camponeses a lógica de mercado. Nesta perspectiva, se por um lado o “Chibalo” consistia em trabalho forçado, no período pos-independência houve transformação de procedimento nesse tempo já não se privilegiou a força como mecanismo para coação ao trabalho, percebendo-se assim diferenças desse circuito económico se tomarmos em consideração a agricultura moçambicana no período comunista onde a terra passa a ser a base de desenvolvimento. Por conseguinte, segundo WUYRS (1981) e MOSCA (1989) o setor capitalista de produção não era homogêneo, sendo possível diferenciar os seguintes tipos de produtores:

- Os de grandes plantações para exportação;
- As médias e grandes explorações que se dedicavam sobretudo à pecuária extensiva e alimentar a indústria local, como por exemplo, oleaginosas, tabaco e cereais como cultura de rotação;
- As pequenas e médias explorações que produziam principalmente para o consumo citadino.

Neste contexto, é muito frequente a combinação entre as atividades agrícola e comercial, sendo que a comercial era a que mais se priorizava. (MOSCA, 1997).

Segundo WUYRS (1981), a agricultura moçambicana possuía características regionais onde os aspectos dominantes eram os seguintes: o Sul funcionava como “*a reserva de mão de obra para a indústria mineira sul-africana*”; no Centro predominava a “*economia de plantações*” e, ao Norte caracterizava-se pela existência de um “*campesinato produtor de mercadorias*”.

Grandes mudanças foram efetuadas quando o Governo optou pela socialização do meio rural. As mudanças radicais preconizadas pelo novo governo passavam necessariamente pelo exercício de um controle estatal nas zonas rurais e por uma política de intervenção nos setores económicos e sociais.

Para (SILVA, s/d, 6)

Esta estratégia foi aprovada pelo III Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo, em Fevereiro de 1977, e era conhecida como a *estratégia de socialização do campo*. Neste Congresso, a FRELIMO também declarou a sua passagem de Frente para um ‘Partido de Vanguarda Marxista-Leninista’, com a missão de liderar, organizar, orientar e educar as massas, visando destruir as bases do capitalismo e construir uma sociedade socialista.

É nesta perspectiva que o socialismo passa a ser o projeto de sociedade e de economia, sendo destacada a agricultura como base do desenvolvimento, a indústria como fator dinamizador e a indústria pesada definida como setor determinante para a independência econômica.

Segundo MOSCA (2005) e ARAÚJO (1983), para materializar os objetivos de desenvolvimento do novo Estado, optou-se pela socialização do meio rural. Para estes autores a socialização do meio rural é o mesmo que “Nacionalização da Terra”. Sendo assim, Araújo considera as aldeias comunais como coluna vertebral no processo do desenvolvimento enquanto para MOSCA o campo (espaço rural) é crucial tanto que o setor produtivo se localiza nesta região. É neste sentido que segundo estes autores a economia no período pos-independência passa a ser feita em duas bases: as cooperativas e empresas estatais.

Moçambique apresentou segundo o INE (2011), as seguintes culturas como bases alimentares: Milho, Arroz, Feijão nhemba, Feijão manteiga, Mapira, Mexoeira, Amendoim, Feijão Boer; sendo que o Milho, Amendoim e Feijão nhemba ocupam cerca de 2.057.342 ha. É imperioso destacar que a importância de cada uma dessas culturas alimentares varia de cada região, tendo até ligações com a tradição e cultura local.

Segundo INE (2011), 3.827.797 são de explorações agropecuárias, sendo que a maioria delas perfazem pequenas explorações e com menos de 1,5ha. No computo geral, a maior parte da população dedica-se a agricultura onde as machambas apresentam uma extensão entre 1-2ha que perfaz segundo este autor cerca de 1.365.468 parcelas de terra.

Em quase todas as unidades produtivas pequenas, são cultivadas culturas bases alimentares.

Tabela 2. Número de explorações por área cultivada (ha) segundo o tipo de exploração

Pequenas	Médias	Grandes
3.642.235	24.193	708

Fonte: INE (2011)

Apesar de apresentarem extensões baixas, as propriedades pequenas apresentam maior parte das áreas cultivadas o que revela que a agricultura familiar é a que mais se pratica em Moçambique. Sendo a cultura do milho a mais produzida no país, perfazendo 71%, 88% e 57% em pequenas, médias e grandes explorações, respectivamente.

Nos três tipos de propriedades, a cultura de milho se destaca devido a importância do milho na dieta alimentar das famílias e o seu valor como matéria prima para as indústrias alimentares.

Outras duas culturas que ganham destaque na sua produção em Moçambique são as culturas de Feijão Nhemba²⁸ e Amendoim.

²⁸ O Feijão Nhemba (*Vigna unguiculata* L.), pertence à família Fabaceae é uma leguminosa anual e herbácea originária de África provavelmente da África ocidental. É a segunda leguminosa mais importante depois do amendoim e chega a fixar cerca de 240 kg de nitrogénio para a cultura subsequente. Existe uma grande variedade dentro do continente africano, e há subespécies selvagens desta espécie. O feijão nhemba é uma planta que se desenvolve em ambiente temperado húmido e suficientemente húmidos, é uma planta auto polinizada que mantém a semente pura durante a multiplicação, por vezes com uma menor contaminação. Em Moçambique, esta cultura constitui uma das leguminosas de grão muito importantes, sendo cultivadas principalmente pelo sector familiar em todo país. Vive em simbiose com uma bactéria radical específica, capaz de fixar o nitrogénio, o que torna a planta auto-suficiente relativamente a esse elemento, o que resulta no enriquecimento do solo. In: **Produção de sementes de culturas alimentares na região da SADC**, Editores: Peter S. Setimela, Emmanuel Menyo, Marianne Bänziger. <http://www.cimmyt.org/english/docs/manual/seed-prod/portuguese.pdf>. acessado em Abril de 2012.



FIGURA 9. Campo de Milho

Fonte: Trabalho de Campo - Langa (2011)



FIGURA 10. Campo de Amendoim

Fonte: DPA-Gaza (2000)



FIGURA 11. Campo de Feijão Nhemba

Fonte: Trabalho de Campo - Langa (2011)

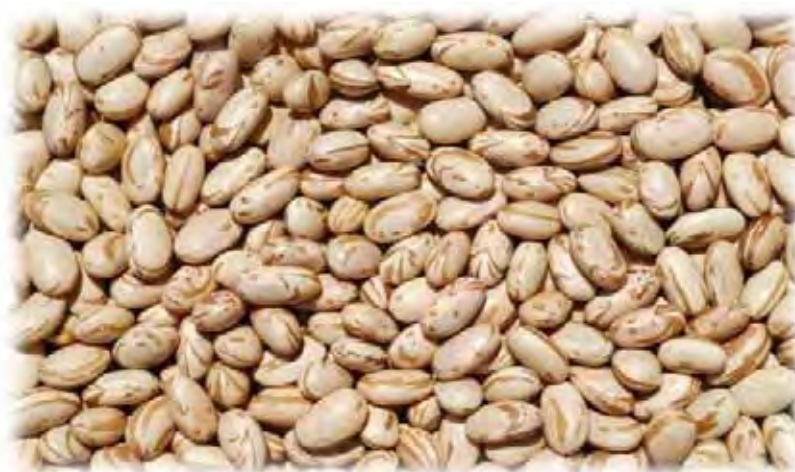


FIGURA 12. Feijão Manteiga

Fonte: <http://diariodedoischefesdecozinha.blogspot.com/2012/10/feijoes.html>



FIGURA 13. Feijão Jugo

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/47108884@N07/4350578751/>

Tabela 3. Número de Unidades Produtivas com Culturas Alimentares – Moçambique, 2010

Culturas básicas	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Milho	2.716.562	22.577	506	2.739.645
Arroz	550.141	2.695	83	552.919
Feijão Nhemba	1.743.974	16.095	174	1.760.243
Feijão Manteiga	311.933	5.452	109	317.494
Mapira	1.006.464	6.969	111	1.013.544
Mexoeira	160.612	2.944	28	163.584
Amendoim	1.627.591	15.497	149	1.643.237
Feijão Booyer	1.064.790	2.403	11	1.067.204
Feijão Jugo	549	4.667	27	554.611

Fonte: INE (2011)

Referiu-se neste texto que a estrutura agrária em Moçambique é uma combinação ou dualidade de agricultura familiar (foco para subsistência) e a de rendimento (foco na comercialização e exportação).

As culturas de rendimento/comerciais também são desenvolvidas nos três tipos de propriedades, isto é, existem pequenos e médios produtores que fornecem sua produção às indústrias ou então canalizam directamente ao mercado.

Segundo INE (2001), existem em Moçambique 857.785 explorações de culturas de rendimento, sendo que elas ocupam 32.1314ha. A cultura de rendimento que mais se destaca quanto a produção é o gergelim e depois a cana de açúcar, com 288.412 e 272.862 pequenas unidades de exploração pequenas, respectivamente.

Por outro lado, destaca-se o número de explorações do *Pinhão Manso* ou *Jatropha Curcas L*, cultura que no censo agropecuário de 1999-2000 não era considerada cultura de rendimento. No entanto, esta cultura passa a apresentar 2.686 explorações, entre pequenas, médias e grandes explorações, ou unidades produtivas. Estes dados indicam um significativo crescimento desta cultura vinculada à produção de agrocombustíveis. (INE, 2011).

Tabela 4. Número de Unidades Produtivas com culturas de rendimento. Moçambique, 2000.

Culturas de rendimento	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Algodão	59.181	1.394	1.884	62.459
Girassol	8.465	598	2.269	11.332
Cana de açúcar	0	0	38.155	38.155
Tabaco	70.333	2.139	1.158	73.630
Sisal	0	0	19.466	19.466
Soja	9.844	343	1.741	11.928
Chá	0	0	4.205	4.205
Gengibre	123	5	0	128
Trigo	1.822	81	48	1.951
Gergelim	93.488	2.768	1.593	97.849
Paprica	8	0	203	211
Jatropha	0	0	0	-

Fonte: INE (2002)

Quanto às culturas de rendimento, segundo o INE (2011), Moçambique apresenta as seguintes principais culturas: Algodão, Girassol, Cana de açúcar, Tabaco, Sisal, Soja, Chá, Gengibre, Trigo, Gergelim, Páprica e Jatropha. Dentre as quais as culturas mais produzidas são: Tabaco, Algodão e Gergelim.

Destaca-se um aumento significativo na produção de Cana de açúcar, como se observou tabela anterior. Esta cultura está vivendo picos de produção por conta de ser matéria-prima para a produção de açúcar em ascensão no mercado internacional e pelo fato de ser apontado como matéria prima para produção do etanol.

Por conta de falta de informações não estão sendo demonstrados os dados mais recentes das unidades produtivas com a cultura de Jatropha. Este cenário será melhor explicado ao longo do trabalho quando debruçarmos-nos sobre os vários atores deste setor, sobretudo no que tange a ausência de control e infraestrutura para acompanhamento das transformações registradas na estrutura produtiva levada a cabo parte da Direção Provincial de Agricultura – DPA.

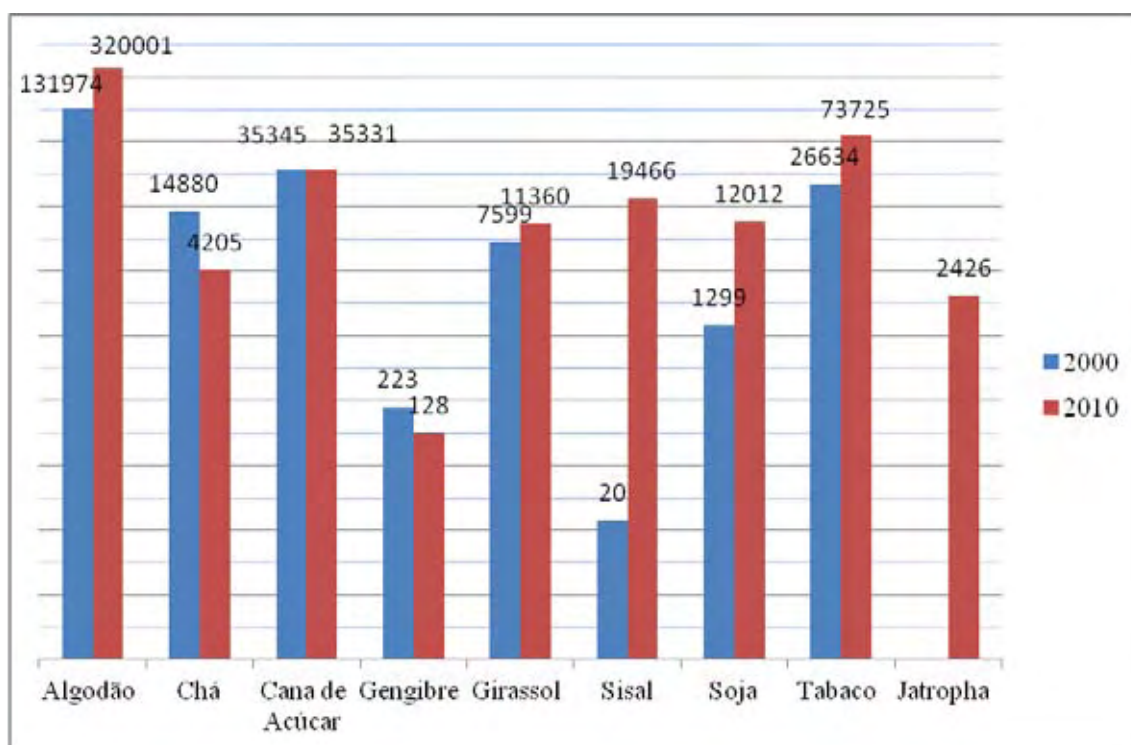


Gráfico 1. Área Cultivada (ha) com culturas de rendimento em Mocambique (2000-2010)

Fonte: INE (2002 e 2011)

Fazendo uma análise na extensão que as culturas de rendimento ocupam, não fica muito claro sobre o comportamento das culturas destinadas para a produção de agrocombustíveis. No entanto, um item que permite maior análise neste setor é ver o número de propriedades de algumas culturas.

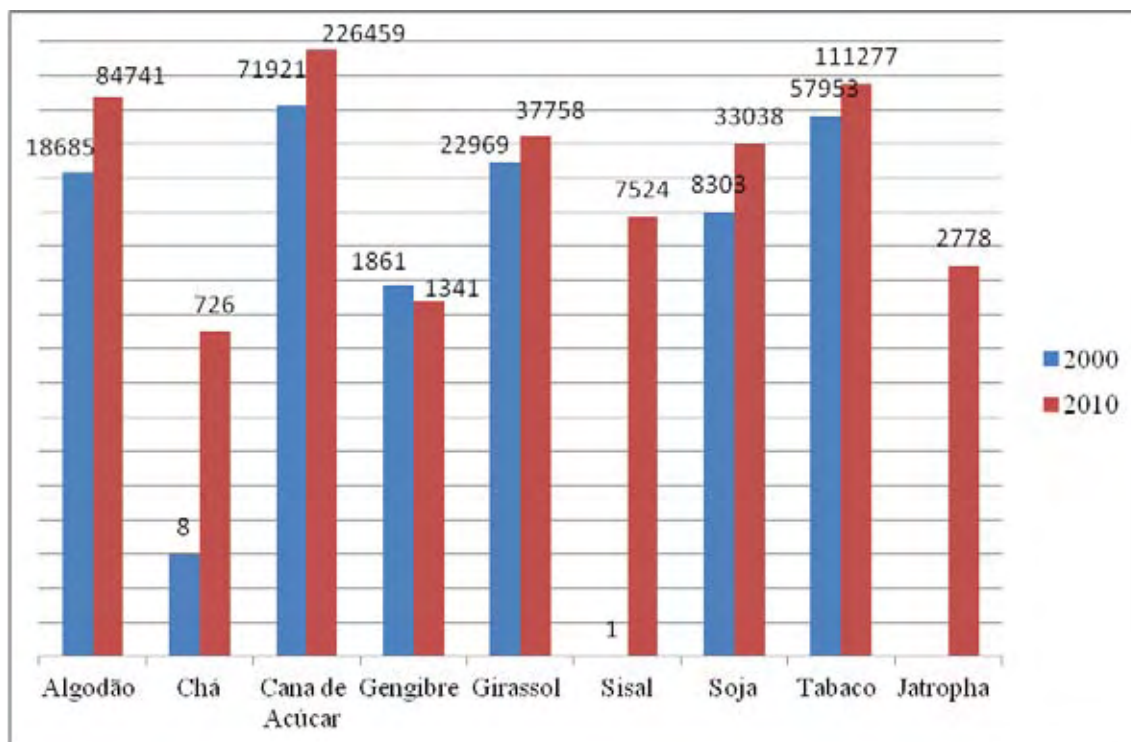


Gráfico 2. Número de Unidades Produtivas por Culturas de Rendimento em Mocambique (2000-2010)

Fonte: INE (2002 e 2011)

Entre os anos 2000 á 2010 a agricultura de rendimento teve forte impacto no cotidiano dos agricultores. Este fenómeno pode ser percebido a partir do aumento no numero de explorações agrícolas ligadas ao agrocombustível. Tais produções agrícolas incluem: a Cana de açúcar, Girassol e Jatropha. Foi referido no início deste trabalho que a lavoura de culturas para agrocombustíveis em Moçambique esta a criar uma nova elite fundiária. Também foi referenciado neste trabalho que as três culturas indicadas fazem partes das culturas potências para a produção das agroenergias.

Mesmo tendo-se reduzido a extensão de cultivo da Cana de açúcar, é notório o crescimento no que tange ao numero de exploração desta cultura, pois, há mais camponeses que se dedicam a produção de Cana de açúcar pensando no mercado dos agrocombustíveis. O mesmo cenário sucedeu-se com a cultura do girassol.

Por conseguinte, um sinal do crescimento deste setor em Moçambique pode ser analisado tendo em conta a cultura da Jatropha. Se em 2000 esta não era considerada cultura de rendimento, em 2010 tal cultura ganha território, sendo cultivada em vários tipos de explorações.

II. CAPÍTULO

A QUESTÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO MUNDO E EM MOÇAMBIQUE

2.1. A Questão dos Agrocombustíveis no Mundo

Nos últimos anos, o mundo vem se esforçando com vista a diminuir a dependência de derivados de petróleo, este posicionamento esta na origem da oscilação do preço do barril de petróleo no mercado mundial, da instabilidade política nos países produtores e da escassez dessa fonte de energia. É nesse contexto que se pensa no uso de energia que provém da biomassa, os *agrocombustíveis*.

Falar dos agrocombustíveis é até certo ponto falar de agricultura global na era neoliberal, onde dentro deste assunto, podem advir vários temas nomeadamente: *“liberalização do comércio, mudanças do padrão comercial global de mercadorias agrícolas e batalhas a elas associadas dentro e em torno da Organização Mundial do Comércio (OMC) BERNSTEIN (2011: 101).*

Estes aspectos têm fortes ligações ao que nos propomos trabalhar nesta pesquisa. Segundo BERNSTEIN (2011) esta e outras matérias são *tópicos espinhosos* bastante abordados em debates públicos e académico no Norte e no Sul.

A procura por uma matriz energética limpa que possa substituir o uso do petróleo é atualmente um desafio travado por muitas nações pelos motivos acima levantados. No entanto, o tema inerente ao tipo de combustível a usar associa-se a questão ambiental, nomeadamente a responsabilidade de todos setores sociais e produtivo na proteção ambiental do Universo dos possíveis danos ambientais advindo de uso excessivo de combustíveis fósseis. Posto isto, ainda não nos deparamos com a fonte energética adequada que supra todas as necessidades energéticas e não engendre grandes impactos ao ambiente como já referimos na introdução desta pesquisa.

Para SILVA (2008: 1) o tema em torno ao agrocombustíveis não é recente, muito pelo contrário, este assunto está associado às novas formas de representação capitalista.

Na realidade, estes não são temas novos. O novo se explica a junção dos dois temas, aparentemente separados, porém, faces da mesma moeda. Trata-se de produtos agrícolas inseridos num contexto de expansão da acumulação do capitalismo mundial. Portanto, além de um enfoque económico, há necessidade de levarmos em conta a perspectiva política e ideológica, as novas estruturas de poder instituídas pelas

grandes corporações transnacionais que controlam as fontes de agroenergia e alimentares (SILVA, 2008: 1).

No entanto, para entendermos o setor do agrocombustível, seu funcionamento e relações de produção; tem que se ter como base quem disponibiliza o capital investido para a produção desse combustível, o tipo de mercado a que se destina, pois, este tipo de negócio também envolve complexidade de ordem estrutural e produtiva. É sobre essas bases que assenta-se o estudo sobre agrocombustíveis. Para entendermos este fato é necessário lembrar da ECO-92 no Brasil, várias Conferências das Partes (COP) – Órgão Supremo da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas que tiveram lugar, com vista a tornar efetivo o que foi proposto em conferências anteriores. Uma delas, a COP3 realizada em Kyoto no Japão, em 1997, onde foi discutido, negociado e aprovado o Protocolo de Kyoto, um compromisso global de redução das emissões de gases com representantes de 166 países. Oficialmente, este Protocolo entrou em vigor em fevereiro de 2005 após a ratificação da Rússia (ROCHA, 2003). Todavia, o protocolo de Kyoto é concretizado em 1997, aquando da adesão dos países participantes na COP. As diretrizes do protocolo de Kyoto consistem em reduzir para uma média de 5,2%, os gases com efeito de estufa em relação aos níveis de emissão deste gás no período que compreende 1990-2012.

O caminho escolhido para conseguir ou se aproximar a este objetivo foi o uso de agrocombustíveis que durante seu uso (queima) não emite a mesma quantidade de gases comparativamente ao petróleo e demais combustíveis fósseis. Sendo assim, estes combustíveis são vistos como solução de alguns problemas a este nível. Porém, o tipo de produção, decorrem problemas a que se referem às relações e formas de trabalho implantadas por este modelo de agricultura, bem como seus impactos ambientais sobre os modos de vida dos sujeitos do campo. Entretanto, o modelo de produção a qual nos referimos, cinge-se aos procedimentos a par da agricultura industrial hoje aceite e incluída no paradigma do “agronegócio”.

Segundo FERNANDES (2009) o agronegócio é responsável pela expansão da conflitualidade, pois amplia o controle sobre o território e as relações sociais, intensificando assim, as injustiças sociais. Esta atividade (*agronegócio*) não significa apenas concentração fundiária, pois controla além da terra, as tecnologias de ponta.

Assim, para FERNANDES (2009: 38)

“O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”

Para este autor o agronegócio não só se preocupa em produzir com vista a aumentar o capital, mas sim, em se apropriar do território onde se desenvolve tais atividades. E neste contexto que se verifica lutas de posses no agronegócio, fundamentalmente em locais onde os movimentos sociais estão formados e entraram nessa luta mesmo não havendo capital financeiro para o feito.

Segundo Rosa Luxemburgo capital é visto como meio “primitivo” que permite as relações de troca e que induz o funcionamento do capitalismo como sistema. Para esta autora esse processo se espacializa como lógica de acumulação regida por práticas imperialistas. Em *A Acumulação de Capital*, Luxemburgo conceitua o Imperialismo da seguinte maneira: “[...] o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (1985: 305).

Esta autora demonstra alguns pressupostos que vão ditar o processo histórico de “acumulação de capital” na seguinte expressão:

“o processo de acumulação de capital, como um todo, como processo histórico concreto, apresenta dois aspectos distintos: um deles se desenvolve no centro de produção da mais-valia, ou seja, nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas e no mercado, e o outro, é o que se verifica nas formas de produção não capitalista, onde o seu palco principal é o mundo. Neste último o que reina são os sistemas de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. É aí que a violência aberta, a corrupção, a repressão e o saque aparecem sem disfarce, dificultando a descoberta do desenho das leis severas do processo econômico” (LUXEMBURGO, 1985:305).

Com os apontamentos de Luxemburgo pode se construir bases para perceber a produção de agrocombustíveis, sendo que esta também é parte do agronegócio, tanto no mundo bem como em Moçambique. Portanto o mercado global de agrocombustíveis é apontado como uma grande oportunidade para o desenvolvimento dos países pobres. Este posicionamento está relacionado com a questão comercial vinculada aos novos mercados e nova organização do trabalho no mundo. Por sua vez, este processo está intimamente ligado as novas formas de exploração, tanto do trabalho, assim como, da natureza.

2.2. Os agrocombustíveis em Moçambique

Os agrocombustíveis por serem atividades inerentes ao agronegócio demandam muita terra; terra essa que na atualidade só pode-se encontrar no sul (países em vias de desenvolvimento). Deste modo, Moçambique tem sido o destino de muitas empresas estrangeiras com objetivo de produzir culturas para a produção de agrocombustíveis.

Foi já referido que as empresas Petrobras e Açúcar Guarani S/A. (Brasil), GalP (Portugal), Bioenergy (Italiana) e SunBiofuels (Inglesa), todas de capital estrangeiro é que estão a demandar terra neste setor em Moçambique.

Neste país, este setor é pauta de Governo, sendo que se prevê juntar esforços entre vários agentes para se conseguir que este setor funcione e atinja os objetivos previstos na *Política e Estratégia de Biocombustíveis*. Todavia, o lançamento e a expansão de programas de agrocombustíveis nacionais são possíveis apenas mediante forte suporte do governo, segundo a ECONERGY (2008) onde vários instrumentos de gestão política devem ser aplicáveis ao contexto moçambicano, tais como: a redução de impostos e tarifas que possam proteger a produção doméstica. Por outro lado, é necessário atribuir preços competitivos aos combustíveis, com vista a tornar seu uso atrativo, com vista a proteger a oscilação de preço de mercadorias essenciais.

No caso de Moçambique, este apresenta as seguintes culturas para produção de agrocombustíveis: Cana de açúcar, *Jatropha curcas* L, Mandioca, Girassol, Milho, Mapira doce e Côco (EONERGY, 2008). Algumas destas culturas são desenvolvidas no sistema tradicional e no sistema comercial de produção.

Segundo a ECONERGY (2008), a produção de agrocombustíveis permitirá maior integração de Moçambique no mercado internacional, fazendo com que a agricultura proporcione um crescimento em 16% de exportações. É necessário frisar que essa abordagem é meramente econômica tendo em conta que a exploração deste produto confere certa robustez econômica ao país em causa sobretudo, quando se tem clientes bem definidos.

Na perspectiva do mercado global vende quem apresenta produto de qualidade e a preço baixo, algo que Moçambique não tem condições de-o fazer tendo em conta que o tipo de tecnologia usada que torna eficiente a produção destas culturas ainda esta

longe de se alcançar. Nesse sentido, assume-se que a tecnologia disponível, condições agrícolas, procura por combustíveis e incentivos governamentais variam consideravelmente entre mercados, o que consequentemente ira ditar o valor do produto final (ECOENERGY, 2008).

No que tange a procura de terras em Mocambique os incentivos governamentais são um dos fatores que determinam a procura de terras por diversas companhias com vista a desenvolver atividades agrárias, gerando assim conflitos e transformações sociais profundas. Este aspecto, é de maior relevância tendo em conta a fase de transição que assenta a estrutura social e econômica do país para uma economia de mercado, tendo como marco último deste processo, a permanência da terra como propriedade do Estado. Em contrate com a realidade moçambicana onde a terra é propriedade do Estado e por isso não haver garantias no âmbito de concessão e exploração de terra na área dos agrocombustíveis, no Brasil e Estados Unidos com uma longa história de capitalismo, a terra é privada e daí as garantias institucionais, esta situação não acontece em Moçambique sob ponto de vista legal.

Fazer um estudo aprofundado deste setor em Moçambique é até certo ponto procurar estudar as perspectivas e privatização da terra que pode mudar na totalidade as dinâmicas das relações das grandes empresas agrícolas.

Por conseguinte, a força motriz e funcional do setor dos agrocombustíveis, correlaciona-se administrativamente nas várias agências ou instituições do Governo de Moçambique, sendo elas: Ministério da Agricultura - MINAG, Ministério de Indústria e Comércio - MIC, Ministério de Transporte e Comunicação - MTC, Ministério de Energia - ME, Ministério das Finanças - MF, Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental - MICOA, Ministério das Obras Públicas e Habitação – MOPH.

Cada uma destas instituições tem papel fundamental para o desenvolvimento deste setor, sendo responsabilidade de cada uma as seguintes:

- MINAG – desenvolvimento agrário e gestão de terra;
- MIC – desenha estratégias de comércio;
- MTC – desenha estratégias de transporte;
- ME – coordena todo o processo de produção de agrocombustíveis;

- MICOA- gestão das implicações ambientais deste setor;
- MF – gestão do processo de tributações e impostos deste setor, e
- MOP – supervisiona e regula o planejamento, desenho e construção das obras neste setor (MOÇAMBIQUE, 2009).

A Política e estratégia neste setor visa juntar esforços para facilitar informação e fomento de tecnologia para desenvolvimento desta atividade. Sendo assim, o Governo, Sociedade Civil, Produtores de Pequena Escala (incluindo camponeses), Setor Privado, Instituições de Ensino e Pesquisa e Parceiros de Cooperação Internacional desenvolvem papéis complementares. Neste contexto, o papel do Governo é de garantir a formulação de políticas adequadas e coordenar e arbitrar neste setor. Por outro lado, o Governo considera criticamente as garantias institucionais para que o Estado tenha capacidade de se estabelecer como elemento que possa garantir direitos e dimensões sociais de desenvolvimento, exatamente na lógica em que se opõe ao modelo agroindustrial considerando o conjunto de externalidades negativas que dessa atividade decorrem. Neste processo cabe compreender o Estado como estrutura de classe na concepção Marxista em que tenderia garantir os direitos e capacidade de intervenção direta na economia ao capital privado, não colocando em risco os direitos e dimensões sociais de desenvolvimento da sociedade moçambicana.

Moçambique é dominado pelo uso de combustíveis de biomassa e resíduos (contabilizando 81% do abastecimento total de energia), seguido por energia hídrica (11%), combustíveis derivados de petróleo (7%) e carvão (menos de 1%). A extraordinária importância da biomassa e resíduos reflete a pobreza e o caráter amplamente rural que o país encerra. O carvão vegetal é um combustível doméstico básico, este combustível é produzido em pequenas instalações familiares para o abastecimento as principais cidades e para um pequeno segmento da população urbana, onde também prevalece o uso generalizado dos combustíveis derivados do petróleo e eletricidade (ECOENERGY, 2008).

A abertura de Moçambique na produção e uso dos agrocombustíveis não só visa dar resposta as vicissitudes do mercado internacional do petróleo, mas também tem em conta os seguintes benefícios: geração de emprego, auto emprego, redução do uso de combustíveis fósseis, desenvolvimento de um modelo de agricultura que assegure a

adaptação de uma ou mais culturas incluído as alimentares e por último proporcionar aos camponeses possibilidades de transformarem e rentabilizarem seus produtos (MOÇAMBIQUE, 2009: 1).

Segundo (MOÇAMBIQUE, 2009), o desenvolvimento dos agrocombustíveis no território moçambicano fundamenta-se no agente econômico do setor privado, podendo ser desenvolvida em parceria público-privada, o que encoraja a cooperação interna através do fortalecimento das ligações inter-institucionais existentes, reforço da cooperação nas vertentes Sul-Sul e Norte-Sul consubstanciado na aplicação dos mecanismos e instrumentos do Protocolo de Kyoto. É evidente em Moçambique algum progresso como resultado da implementação da estratégia do setor energético. Nos últimos anos tem estado a aumentar o interesse em investimentos neste setor, principalmente em estudos de viabilidades para outras fontes de energia (energia hídrica, térmica) e construção de capacidades interna na promoção de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Embora estas práticas de rastreabilidade estejam focadas na base de produção e no enfoque ambiental restrito e não na efetividade de suas reflexões sociais de desenvolvimento social e ou mesmo ambientais em uma perspectiva mais geral.

No setor de biocombustíveis existem numerosos projetos em estágios variados de desenvolvimento, mas todos estão muito longe de atingir os objetivos da Política e Estratégias de Biocombustíveis elaboradas em Moçambique, principalmente quem deve controlar ou arbitrar este setor não mostrou capacidade para tal. Aliado a isto, muito desses investimentos iniciaram antes de se aprovar a política estratégica desse setor.

Em termos cronológicos os investimentos tiveram seu início em 2007 e só em 2009 a Política Estratégia de Biocombustíveis foi aprovada gerando uma controversa entre a dimensão prática destes projetos e a capacidade de coordenação e controle do Governo.

A figura 14 demonstra o conjunto de projetos relativo a agrocombustível desenvolvidos em Moçambique onde a província de Manica concentra a maior parte dos investimentos do país tendo em conta a diversidade de matrizes produtivas agroenergéticas baseado na Soja, Jatrofa, Cana de açúcar e Girassol.

No quadro 2, apresenta-se os projetos que vem sendo realizado no país, sendo que dos 13 projetos, cinco deles já se encontram autorizados.

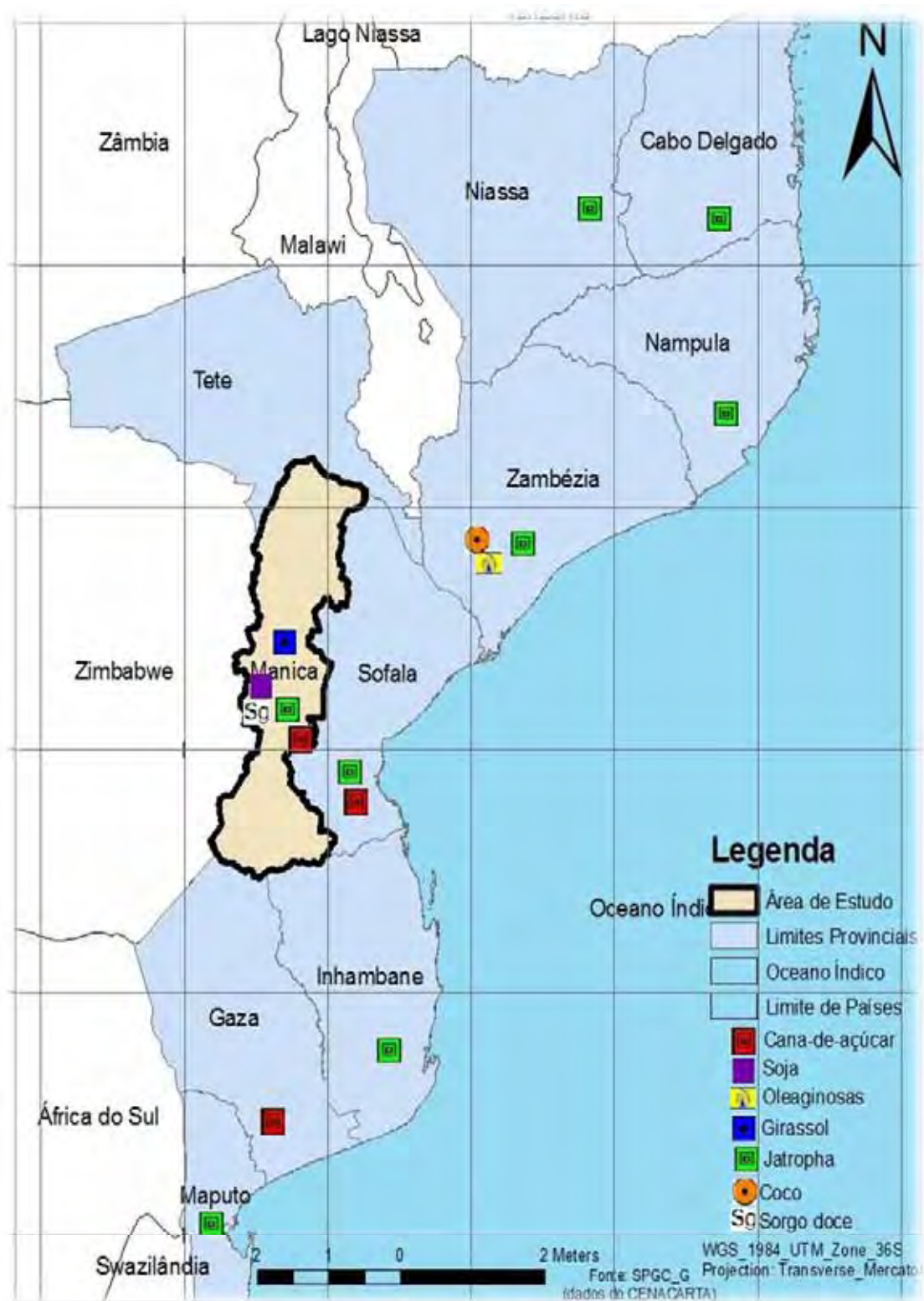


FIGURA 14. Localização de projetos e culturas de Agroenergias em Moçambique

Fonte: SPGC-Gaza

Nome do Projeto	Cultura e localização	Situação de Implementação
C3 – Biodiesel	<i>Jatropha curcas L</i> Inhambane	Autorizado
DEULCO	<i>Jatropha curcas</i> Linhambane	Análise
ELAION AFRICA	<i>Jatropha curcas L</i> Sofala	Autorizado
ECOMOZ	Transformação de material prima	Análise
ADAMA	<i>Jatropha curcas L</i> Manica	Sem informação.
JATROPHA	<i>Jatropha curcas L</i> Maputo	Análise
PROCANA	Cana de Açúcar – Gaza	Interrompido
JSE – Jatropha Sociedade de Energia	<i>Jatropha curcas L</i> Maputo	Análise
Hende Wayela Energia	<i>Jatropha curcas L</i> Inhambane	Análise
Grown Energy Zambezi	Mapira – Sofala	Análise
SunBiofuels	<i>Jatropha curcas L</i> e Cana de Açúcar Manica	Autorizado
MPE–Mozambique Principale Energy	Cana de Açúcar Manica	Autorizado
MoçamGalp	<i>Jatropha curcas L</i> Manica	Autorizado

QUADRO 2. Projetos de agrocombustíveis e seu nível de andamento em Moçambique, 2012.

Fonte: Ministário de Energia (2011) Adaptado pelo Autor

O mapa e quadro acima apresentam vários investimentos neste setor e em diferentes áreas de Moçambique, sendo que a província de Manica é a que apresenta maior número de projetos e o volume de investimento como veremos mais adiante.

Segundo LEITE (2008), o mercado de agrocombustíveis no debate internacional pode ser discutido seguindo três pilares, nomeadamente: segurança alimentar, mudança climática e redução da pobreza. Esta visão é defendida por muitos economistas norteados por visões e políticas do Norte (países desenvolvidos). Em Moçambique como em muitos países em vias de desenvolvimento o mercado de agrocombustíveis tem resultados contrários, pois, aumentam a pobreza, criam desemprego e geram e ou aumentam os conflitos pela terra.

É possível perceber este cenário principalmente pelo tipo de terras que este setor procura para ganhar vida privilegiando terras com altos índices de produtividade ficando desde já uma das explicações da concentração de investimentos deste setor na província de Manica.

Com vista a minimizar estes problemas, PEB cria a Comissão Nacional dos Biocombustíveis – CNB com objetivo garantir a coordenação e implementação da estratégia, coletar e analisar a informação, divulgação e intercâmbio de informação como ponto de contato para a cooperação técnica e comunicação interna.

No entanto, já existe em Moçambique uma estrutura legal para o funcionamento deste setor, faltando apenas os regulamentos que permitirão o cumprimento da lei. MOÇAMBIQUE (2009).

Conforme asseveramos, este setor privilegia ações conjuntas em que umas das partes que é chamada para unir a esse setor são os camponeses onde muitos deles não encontram-se organizados. Os camponeses organizados apresentam sua voz pela União Nacional de Camponeses – UNAC.

A UNAC é um movimento social de âmbito nacional e tem a missão de lutar por um maior protagonismo dos camponeses na edificação de uma sociedade mais justa, próspera e solidária. A sua principal estratégia de atuação é o fortalecimento das comunidades rurais e o incentivo da auto-organização da classe camponesa para aumentar a sua capacidade de intervenção, produzir alimentos, bem como desenvolver e defender seus direitos e interesses.

No concernente a produção dos agrocombustíveis, a UNAC, não se opõe à produção destes combustíveis em Moçambique, mas é totalmente contra as consequências que o modelo de produção deste setor tende a gerar, impactos do agronegócio.

Segundo Sr. Domingos, Vice –Presidente da União de Camponeses de Manica – (UCAMA), quase todas as associações de camponeses vinculadas a UNAC defendem a produção de culturas alimentares, tanto que a UCAMA só dá assistência ao setor de agricultura familiar. A UNAC insiste na questão “agricultura camponesa”, por oposição à “agricultura de grande escala virada a exportação”.

Segundo esta instituição, a agricultura camponesa desempenha uma função social e cultural, pois, zela por uma produção alimentar de qualidade, orgânica e adaptada aos hábitos e costumes alimentares locais, mais importante ainda, livre da especulação nas bolsas mundiais. Para este segmento social camponês, esta constitui a base do desenvolvimento. Segundo estes, o Governo deveria investir mais neste setor, considerando que a maioria da população vive com base na agricultura familiar.

Em 2007, o movimento internacional de camponeses *Via Campesina*, publicou um documento de posição intitulado: “*Os pequenos Camponeses alimentam o planeta, os agrocombustíveis industriais geram fome e pobreza*”. Desde então, a produção e o crescimento dos investimentos em agrocombustíveis trouxeram maiores impactos nas comunidades rurais na maioria dos países do mundo. Provas deste cenário podem ser encontradas em Moçambique quando analisada a produção de agrocombustíveis, a partir da matriz de *Jatropha*.

No artigo em causa apresentam-se alguns mitos deste setor em Moçambique.

Primeiro mito: A *jatropha* cresce bem em terra marginal e pode ter grande rendimento em solos pobres.

Ao analisar o mapa de localização das plantações desta cultura, observa-se que o cultivo coincide em terras de alta produtividade, segundo o perfil agroecológico de Moçambique.

Segundo mito: A *Jatropha* necessita de pouca água e manutenção mínima.

Em relação à disponibilidade de água e ao conceito de terra com alta produtividade, refere-se que os solos devem ser férteis e com precipitação média anual de 800mm a 1.400mm para que a produção dessa cultura.

No entanto, o projeto inseridos no agronegócio, com o foco de produzir mais e obter mais lucros, faz com que estes projetos procurem sempre locais onde a água é abundante para não comprometer a produção. Esta lógica tem sido seguida pelos modelos de produção em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, existe uma clara sobreposição espacial das Usinas e Destilarias de açúcar e álcool, respectivamente, e

em locias com *grandes reservas de água*²⁹. (SOUZA, 2012) . Por sua vez, o fator água para o desenvolvimento do setor produtivo agrícola no continente africano, aumenta a demanda dos investidores, considerar-se mais recentes descobertas sobre os aquíferos e capacidade hídrica subterrânea deste continente (ÁFRICA TEM, 2012). Segundo reporta a revista científica *Environmental Research Letters*, muitos dos antigos aquíferos africanos foram preenchidos pela última vez 5 mil anos atrás. O Artigo estima que mais de 300 milhões de pessoas na África não tenham acesso a água potável e a demanda deve aumentar consideravelmente nas próximas décadas, devido ao crescimento populacional e à necessidade de irrigação para plantações. Rios e lagos estão sujeitos a enchentes e secas sazonais, que podem limitar a disponibilidade da água. Destaca ainda o artigo que apenas 5% das terras cultiváveis africanas são irrigadas. Estes fatores revelam os sérios problemas da territorialização dos agronegócios e a questão da disponibilidade e acesso aos recursos hídricos.

Terceiro mito: A *Jatropha* não apresenta nenhum risco para a segurança alimentar, mas constitui antes uma oportunidade de desenvolvimento para os agricultores de subsistência.

Em Moçambique a *Jatropha* é plantada em substituição direta das culturas alimentares por parte dos agricultores familiares, isto acontece de duas formas; uns produzem esta cultura em seus campos e outros trabalham diretamente nas áreas ou nos campos de cultivo das grandes empresas. Por outro lado, os camponeses passam a não ter tempo para produzir suas culturas alimentares, criando assim bolsas de fome e aumentando a insegurança alimentar.

Segundo a Via Campesina, com estes três mitos desvendados, questiona-se até que ponto a produção da *Jatropha* pode providenciar o combustível e ao mesmo tempo ser responsável pelo desenvolvimento sustentável em Moçambique.

²⁹ Aquífero Guarani, por exemplo, cuja área de recarga se estende exatamente na célula econômica, política e ideológica do agronegócio, a região de Ribeirão Preto-SP.

III. CAPÍTULO

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TEÓRICA

3.1. Objetivos

Como forma de garantir o alcance do objetivo geral desta pesquisa apresentado na introdução, indicamos os objetivos específicos desta pesquisa:

- Identificar as formas de expansão e utilização da terra, privilegiando o modo comparativo e analisando as formas de ocupação da terra;
- Identificar os processos de concentração fundiária e exclusão sócio-produtiva de pequenos agricultores ligados a produção de agrocombustíveis em Manica;
- Analisar os modelos contratuais, preços e formas de aquisição de direitos ou acesso à terra provocado pelo desenvolvimento desta atividade;
- Indicar a relação e dimensão de desenvolvimento existente entre a produção dos agrocombustíveis e o desenvolvimento.

3.2. Problema

Moçambique desde os tempos primórdios se esforçou em superar problemas provocados com a subida de preços de combustíveis, tanto que, desde 2008 tem subsidiado as instituições ligadas ao fornecimento deste recurso energético com vista a manterem estável o preço dos combustíveis no mercado.

O processo de controle das subidas e descidas de preço dos combustíveis faz com que o Governo procure soluções para este problema. Daí que o país vem, desde 2007, desenvolvendo atividades ligadas ao desenvolvimento de culturas para produção de agrocombustíveis. Tais atividades compreendem as seguintes fases: divulgação, aprovação de projetos, produção de culturas, tratamento, refino ou melhoramento das culturas, dando assim avivamento ao setor do agronegócio. Por sua vez, cabe destacar que o foco central desta produção muitas vezes aparece em documentos empresariais e oficiais com contradições que apontam que a produção de agrocombustíveis se coloca como uma estratégia de inserção econômica internacional do país, ao mesmo tempo se reconhece os interesses dos investidores internacionais (Brasil, Portugal, Itália,

Inglaterra, por exemplo) em fortalecer o mercado mundial de agrocombustíveis o que pode colocar as questões de demanda interna “o desenvolvimento social” em segundo plano.

Segundo (ARAÚJO; SOUZA, 2008) para uma cultura atender aos critérios de produção de agroenergia, as plantas oleaginosas devem ser uniformes quanto aos caracteres de interesse agrônomo, isto é, possuir alta produtividade e baixo custo de produção.

Por conta desses dois fatores, a *Jatrofa curcas L*, conhecido como pinhão manso ganha espaço no mercado dos agrocombustíveis. Se por um lado, esta cultura é destacada como matéria prima para a produção de agroenergia, a mesma é bem conhecida nas comunidades rurais em Moçambique, principalmente pelas suas características, medicinais (cicatrizador quando aplicado em ferimentos na pele) e culturais e tradicionais, pois, garante o crescimento para crianças nascidas prematuras e usado em ritos de iniciação tradicional. Por conta disso esta cultura deixa ser estranha para a comunidade e vai ganhando aceitabilidade na comunidade principalmente pelo valor econômico que ela vai sendo atribuída.

A alta produtividade é um dos objetivos e em muitas vezes o maior do agronegócio, por isso tem se feito pesquisas de melhoramento genético das espécies produzidas. No caso de Moçambique, o pinhão manso é a que mais se destaca como matéria prima para os agrocombustíveis.

A introdução de tecnologias no agronegócio abre muitas possibilidades no uso desta cultura, como é o caso da produção de carvão vegetal através do bagaço, como forma de reduzir o desmatamento e no futuro tem se a perspectiva de produzir repelentes de insetos, experiência que vem sendo desenvolvida na Tanzânia.

O empenho em superar as questões ligadas aos impactos negativos destes empreendimentos compreende a aquisição de material, o desenho de estratégia para produção de agronegócio, que é um mecanismo que visa maximizar este setor. Assim, a lógica produtiva neste setor em Moçambique visa tornar eficiente a agricultura suprimindo o defice técnico produtivo e alavancando os aspectos estruturais e de caráter sócioeconômico ligado a questão da Terra.

Todo o investimento agrário abre um debate na sociedade moçambicana a cerca da questão da terra e do mercado. Embora proibido por lei (Lei de Terra de 17/97 de 1 Outubro), o mercado de Terra é um fato e um fenómeno social que determina comportamentos e decisões, daí, ser importante focar os dados relativos a compra e venda informal de terras mediada sobretudo quando esta atividade for de alto rendimento económico.

A partir deste foco de análise podemos perceber como os campos agrários das culturas para agrocombustíveis são atualmente uma problemática no âmbito de aquisição e posse de Terra e com um raio de incidência especial sobre a concentração fundiária. Estes aspectos teóricos são a centralidade da pesquisa que sustentam a análise geral do agronegócio em Moçambique tendo em vista a evidência da criação da propriedade privada da terra que altera a condição constitucional de terras públicas no país.

3.3. Procedimentos Metodológicos

Todo pendor científico de uma pesquisa sustentam-se no método como um conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orientam o pensamento com vista a alcançar conhecimento válido LAKATOS e MARCONI (1995).

A relação sujeito objecto no âmbito de qualquer pesquisa depende da metodologia usada e dos objectivos que pretende se alcançar. Deste modo, é necessário ter-se muito bem claro o tipo de pesquisa e os moldes com que o pesquisador pretende desenvolver tal pesquisa.

Por conseguinte, a presente pesquisa assume-se como uma pesquisa qualitativa. Neste contexto, estamos perante o estudo do caso e tem como objetivo de análise os aspectos conjunturais em torno da produção de agrocombustíveis com enfoque ao mercado de Terra, uso e ocupação do solo e relações de trabalho.

A pesquisa qualitativa requer uma maior aproximação do pesquisador ao campo de trabalho, particularmente nos momentos que antecedem a elaboração do projeto de

pesquisa. Essa orientação se justifica, pois a observação ligada a participação do pesquisador no campo é que permite um melhor delineamento das questões, dos instrumentos de coleta e do grupo potencial a ser pesquisado (NEVES e DOMINGOS, 2007).

A escolha da província de Manica deu-se pelo fato de ser esta a província com maior demandada pela atividade de agronegócio com enfoque em agrocombustíveis tendo em conta os investimentos neste setor. Nesta província estudamos as dinâmicas sociais e econômicas de três distritos onde se encontram os campos de lavoura de culturas³⁰ destinadas para produção deste combustível.

Para a coleta de dados no campo foram usadas as seguintes técnicas: *entrevistas semi-estruturadas, análise documental e bibliográfica*, que assumimos ser a base metodológica deste trabalho.

Buscou-se através da entrevista entrar em contacto com o universo de perspectivas do entrevistado e criar relações, sempre recorrendo a um guião semi-estruturado de perguntas³¹ que induzia sempre que possível a comentários e reflexões por parte dos entrevistados. Muitas vezes foi-nos difícil entrevistar os moradores da comunidade porque a maior parte destes, não possuiu domínio da língua portuguesa que permite a comunicação no seu cotidiano.

Por outro lado, ocorreu várias vezes, sobretudo nas povoações, os entrevistados caírem em profundo silêncio perante as questões que implicavam alguma reflexão ou comentário, uns por falta de conhecimento e outros por medo, tendo em conta o controle social existente e as relações de poder que se verifica com a entrada de grandes capitais sob conveniência do Estado. Neste sentido, alguns entrevistados pensaram que estivessemos a fazer um trabalho de fiscalização para o Governo, sobretudo nos casos em que houvesse comercialização da Terra como também casos lícitos nas relações de trabalho.

De grosso modo, o maior problema de campo que tivemos com os entrevistados, foi o silêncio, causado principalmente pela falta de percepção da língua.³²

³⁰ Cana de açúcar, Pinhão Manso e Mandioca recentemente

³¹ Ver anexos

³² Em Moçambique não se fala uma só língua, a língua Portuguesa é pouco falada nas áreas rurais. Depois de ter conseguido o credenciamento, a direção quem indicou para me auxiliar no campo em Manica (Junho á Setembro) o

Quando o silêncio fosse por desconfiança por parte do grupo entrevistado a estratégia era sempre desconstruir, sempre buscando algum assunto da comunidade, algo sobre cultura, tradição, para em seguida voltar-se as questões do nosso roteiro de perguntas. No entanto, tivemos como apoio a esse exercício o acompanhante de campo e profundo conhecedor da realidade local.

O segundo problema de campo foi a falta de recursos financeiros para realização do trabalho como estava planejado. A princípio o pesquisador é quem deveria custear todo o trabalho de campo e na impossibilidade de pagar os custos diários do acompanhante de campo. Não foi possível inteirarmos-nos de todas as dinâmicas sociais e agrícolas no campo dada a impossibilidade de recursos para hospedagem e outros de manejo de nossa presença no local.

Como norte para esta pesquisa, usou-se o método *crítico analítico* que nos permitiu fazer inferências que assegurassem a interpretação do fenômeno em análise. Partiu-se da análise de um caso particular (Província Manica) e desenvolveu-se um estudo que permitisse compreender as transformações nas relações de produção e nas relações de posse e propriedade de Terra. Neste contexto, caracterizamos e quantificamos as dinâmicas de três distritos, sendo eles Gondola, Sussundenga e Manica, articulando estudos e análise de documentos referente aos agrocombustíveis e ressaltando a entrevista com os principais agentes econômicos envolvidos nesta atividade³³.

Em cada distrito foram efetuadas as seguintes atividades:

- Delimitação e/ou localização geográfica;
- Credenciamento e apresentação nos órgãos do Estado³⁴
- Caracterização Geográfica da zona de estudo e uma projeção dos espaços ligados a dinâmica do agronegócio;

Guia e acompanhante de campo, técnico Rafael. Ele reformulava as perguntas na língua local, de modo a continuarmos com nosso trabalho, foi bastante importante, pois foi quem norteou na hora de ida ao campo e indicou nos como chegar as comunidades locais e com quem conversar. Foram usadas duas línguas locais que as comunidades falavam Ndau e Chimanica, esta última junção de Sena e Ndau.

³³ Representantes do Estado, agricultores (camponeses) e as Empresas produtoras das culturas, foram entrevistados duas pessoas em cada instituição.

³⁴ Este processo foi respectivo e em todos os distritos, sendo ele pré-requisito para as entrevistas

- Entrevistas com as associações Agrícolas, Agricultores, Empresários, Acadêmicos e Sociedade Civil;
- Produção de notas conclusivas.

O grupo de entrevistados comporta vários integrantes devido à aleatoriedade da escolha dos mesmos, sendo no total 36 entrevistados nos três distritos. A decisão em trabalhar com uma amostra aleatória tem a ver com a densidade populacional baixa que os distritos apresentam, e não só, como também, teve a ver com o tipo de amostra que pretendemos para o nosso trabalho.

Portanto, como resenha ao nosso método de pesquisa teve se em conta as seguintes actividades:

- Revisão de bibliografia de alguns conceitos usados na pesquisa;
- Entrevistas nas instituições que tutelam a gestão de terra e produção de agroenergias em Moçambique (DNTF - Direção Nacional de Terras e Florestas e DNENR - Direção Nacional de Energias Novas e Renováveis) em seus níveis nacional, provinciais e distritais; e Instituto de Investigação Agronômica de Moçambique - IIAM (Maputo);
- Entrevistas com os camponeses nos três distritos (Gondola, Manica e Sussundenga) e entrevistas com empresas envolvidas na produção de agrocombustíveis em Manica.

Para além da língua³⁵, como referimos antes, outras limitações desta pesquisa foram a escassez de informações, nomeadamente as fontes primárias e secundárias. Este aspecto pode correlacionar-se ao fato deste setor ser novo e que as informações nesse sentido serem confidenciais segundo o Governo ou porque o país não está organizado com vista a responder os aspectos de gestão deste setor.

Foi nos meses de Maio a Outubro de 2011 que se desenvolveu o estudo de campo que deu corpo a esta pesquisa.

³⁵ Já referenciado antes. Moçambique apresenta uma vasta e rica variedade de línguas, não se fala uma língua em cada província. Esta diversidade linguística tem sua gênese na língua Bantu e com forte ligação com os diversos grupos étnicos. Em Manica falam-se quatro línguas, são elas: Chindau, Chishona, Chinyungwe e Chisena. Ver Anexo.

3.4. Fundamentação Teórica

Para uma percepção dos fenômenos que estão em volta da produção de agrocombustíveis em Moçambique, orientamos esta pesquisa seguindo os seguintes conceitos, Estado, Território e Desenvolvimento Local.

Moçambique vem desde os anos 90 experimentando uma nova forma de vida no setor de legislação para melhor gerir seus patrimônios e recursos, tendo como exemplo a aprovação da *Lei de Terras* e seu respectivo regulamento que determina este recurso como propriedade do Estado.

No dia a dia, o gerenciamento de patrimônio e recursos se estabelece por processos de control social e do território. Território entendido como dimensão espacial do poder que resulta a constituição de novas práticas socioespaciais tendo como centro o poder.

Segundo (CASTRO; GOMES; CORREA, 2007), essas dinâmicas redefinem territórios e territorialidades, esta última pensada como uma estrutura de governança com concretudes quer sejam culturais ou simbólicas.

Neste aspecto a territorialidade se produz mediante instrumentos e práticas sócio-espaciais específicas onde o conjunto de ações empreendidas por sujeitos/classes, organizações/instituições de uma dada sociedade é identificada no tempo e no espaço. Este fato tem uma relação direta com a dinâmica social, econômica, ambiental, cultural e política que engendra o território como constituição, resultado de perdas e ganhos sob ponto de vista de poder.

Por sua vez, o Estado é entendido em função da constituição de representações de grupos de pessoas que por sua vez constituem uma sociedade.

Segundo CÂMARA (2010), uma sociedade é constituída por indivíduos, que devem sujeitar-se às normas, no sentido de garantir uma convivência coletiva, sem, no entanto, negar os direitos e os deveres individuais. Portanto, esse aspecto confere ao indivíduo a característica de cidadão.

Em Moçambique o Estado (controlador das normas) é do tipo Unitário, clássico segundo a sua formulação histórica e doutrinária. O poder central é exercido sobre todo

o território sem as limitações impostas por outra fonte de poder. Como se pode notar é a estrutura e a unicidade do poder que se vincula aos interesses do Estado.

Neste tipo de Estado é necessário ter uma sociedade civil forte, atuante, de modo a acompanhar todas as expressões materiais dos conflitos, dos projetos sociais, definindo patamares de desigualdades e padrões de intensificação de relações vinculadas ao capital que em última análise determina o desenvolvimento social.

Posto isto, segundo AZAMBUJA (2008) é importante perceber neste conceito de Estado, o sentido de governança territorial a partir de institucionalização de práticas de concertação social. Este aspecto também define o meio de relacionamento que envolve atores ou agentes das diferentes redes de poder sócio-territorial sejam voluntários, de mediação ou de conciliação que juntos colaboram na gestão do desenvolvimento territorial.

POULANTZAS (1978) apresenta em sua obra uma análise que cruza o Estado, o poder e o socialismo. Nesta obra ela apresenta a relação com um ângulo de incidência sobre contribuições teóricas, vinculadas na *Teoria relacional do Estado*. Nessa obra o Estado não é algo isolado, mas sim, produto de relacionamento. A idéia de teoria relacional visto a partir da sociedade civil revela o conjunto das relações econômicas e interesses privados que fundam se no Estado. Sendo assim, só se que poderia compreender o surgimento do Estado, o seu caráter de classe, natureza de suas leis e representações sobre as quais ele se apoiaria se tiver se em conta a ação da sociedade sobre o espaço. No entanto, segundo (BAROSA, s/d), o Estado, “criatura” da sociedade civil, se constituiria como um instrumento voltado para a garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria a sociedade civil. Deste modo, o Estado não é um sujeito com vontade autônoma, nem tampouco um instrumento de classes, mas sim uma condensação material das relações de forças um campo de batalhas estratégico.

O Estado por ser um campo estratégico passa a ser visto segundo (POULANTZAS, 1978), como o *locus* de excelência das lutas políticas e ideológicas travados pelos setores dominantes e dominados da sociedade. E isso se deve pelo fato de o Estado não ser impermeável às contradições sociais, mas sim permeado de fissuras, o que lhe dá um caráter distinto das visões sistêmicas. Neste contexto, o Estado não é um bloco monolítico, pois, é permeado de contradições que residem em seu interior, tornando-o uma arena de *lutas de classes*. Por conta destas características a

governança territorial, estabelece a ponte comum entre o Governo e os governados, nomeadamente; a sociedade civil e outros grupos sociais. Segundo DALLABRIDA (2007), a defesa da revalorização da sociedade não implica a diminuição do papel das estruturas Estatais a todos os níveis no processo, logo a concertação social precisa assumir um caráter público-privado.

Para este autor a governança territorial tem que ser percebida como fonte serenizadora do processo de controle social do desenvolvimento.

O termo governança territorial refere - se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Assumir o significado do conceito governança territorial acima referido, implica admitir a sociedade civil de um território ou região como uma das fontes de poder nos processos de governança global (DALLABRIDA, 2007).

Para BENKO (1999), a escolha política de um modelo de desenvolvimento tem origem na consolidação hegemônica de bloco sócio-territorial, que determina o tipo de rede produtiva e de empregos e ocupações locais com vista a demarca-se os rumos do desenvolvimento do território. O termo bloco hegemônico regional é utilizado por BECKER (2001), como referência à articulação e coordenação do processo de desenvolvimento local e regional, dando um sentido similar ao termo bloco sócio-territorial. De todas as formas, os padrões hegemônicos de domínio territorial se evidenciam nas práticas sócio-espaciais articuladas a um modelo de desenvolvimento cujos fatores essenciais de análise são os desdobramentos concretos e lógicos-conceituais que dão amparo prático e ideológico à sua constituição.

Para essa análise considera-se o padrão de uso e ocupação da terra, como fenômeno e determinação hegemônica da paisagem decorrente de circunstâncias objetivas que a sociedade se depara usando-a para a consolidação de instrumentos de gestão sócio-territorial, sejam elas constitutivos de regras (leis, estatutos) ou de instrumentos objetivos de intervenção, privados ou públicos, onde neste último caso verifica-se a ação fiscal, (SOUZA, 2008).

Estes instrumentos são referências na medida em que se traduzem em dimensões concretas, essenciais ao fenômeno, tais como: as diferenciações de apropriação capitalista; a estrutura de mercado da terra e seu valor econômico (terra e produção);

onde verifica-se a trajetória concentracionista e os processos de tributação sobre a propriedade, entre outros.

A questão primordial sobre a qual se depara a análise do padrão de uso e ocupação do solo é o grau de homogeneização da paisagem como reflexo da taxa de ocupação de determinadas atividades econômicas onde se inclui o agronegócio. Neste processo no caso da região rural brasileira, há uma trajetória de avanço do setor sucroalcooleiro que figura como resposta imediatista à “crise energética” ou de demanda por geração de alternativas que se coaduna com uma perspectiva de crescimento/desenvolvimento nacional à luz do mercado externo. Este processo segundo (SOUZA, 2008), se incrusta na dinâmica que realoca práticas produtivas em todo espaço brasileiro, redefinindo relações sociais de produção em territórios rurais e urbanos.

Moçambique vem nos últimos anos vivendo situações que leva-nos a pensar primeiro no sistema de governança territorial, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento da terra. Pois já é notório o avanço de sistemas que podem homogeneizar a paisagem, criando assim muitos dos problemas semelhante a do Brasil e EUA numa perspectiva de uso e gestão de Terra.

Do ponto de vista do uso e ocupação de Terra esse processo se traduz com efeitos nos “*grupo de agricultores*”, ou proprietários rurais, uma vez que a lógica não é de inserção produtiva desses sujeitos, mas de apropriação de terras, via arrendamento, pelos grandes complexos de processamento agroindustrial - usinas e destilarias. Na busca de rentabilidade proprietários rurais se descaracterizam como produtores sob a lógica de apropriação capitalista da terra, a lógica de mercado e se colocam à parte dos processos de produção tendo como exemplo típico o Brasil (SOUZA, 2008).

Por sua vez, trata-se de uma lógica estreitamente vinculada aos processos de territorialização do capital, as quais os territórios camponeses moçambicanos não estão isentos.

Segundo Ministério de Agricultura (2007: 22), Moçambique apresenta condições naturais que apresentam uma diversificação de base natural de recursos, isto por conta de sua localização geográfica [...] por conta disso, a procura de terras tem se intensificado em alguns lugares, sendo necessário recorrer as práticas de uma boa

governança territorial, principalmente para reduzir essas fissuras que o Estado apresenta.

Por lei em Moçambique já existe um avanço na questão reconhecimento das várias partes dentro do território, sendo uma delas o reconhecimento da *comunidade local*.

Segundo a Lei de Terras no seu artigo 1 referente as definições, entende-se como Comunidade local:

“agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pouso, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (MOÇAMBIQUE, 1997).

Por conseguinte, este postulado desempenha papel importante no gerenciamento de vários recursos do país, tornando assim prático e válido o conceito de governança territorial.

Na perspectiva de SOUZA (2011) Governança é uma ação prática de articulação dos agentes econômicos na busca de consolidação territorial. Quando determinados autores defendem ou organizam suas reflexões sob esta perspectiva não estão produzindo o conceito de negação do “território”, ao contrário, seu exercício teórico é o mesmo e muitas vezes altera-se apenas o sentido de classe. Isso demonstra mais uma vez que a apropriação conceitual do território com exemplos prático de uso de terra por parte das comunidades rurais e industriais deve ser concebida pelas transformações internas existentes.

Se por um lado o Estado é resultado de relações de grupos sociais (vários focos), e se o foco for o poder estamos diante a idéia de relações de poder. Direta ou indiretamente, na perspectiva de vários autores este aspecto passa a fazer uma caracterização do território, onde o Estado e as organizações sociais (sujeitos sociais) vão delimitando o território ou alimentando dinâmicas territoriais.

Assim, a análise precisa reconhecer que se as relações sociais produzem o espaço e, por sua vez, a diferencialidade destas relações produzem o território no âmbito em cada ator ou sujeito social busca no espaço o seu lugar. Portanto essas diferenças evidenciam o processo de projeção espacial do capital, por alguns autores e tal

projeção/aparição é denominada de “desenvolvimento”. Neste contexto o desenvolvimento passa a ser um atributo do território (em si) e não dos sujeitos (para si) (SOUZA, 2011).

Somente quando percebermos o conceito *território* é que podemos estabelecer relações com outros conceitos, tais como: lutas no campo, expropriação de terra dos camponeses, desenvolvimento, agronegócio. Portanto, estes conceitos são resultados das relações de poder em vários cenários atualmente vividos na província de Manica onde esta crescendo a homegenização do setor produtivo.

Ao fazermos referência ao desenvolvimento podemos olhar este conceito como resultado de relações de poder global, sendo que na sua efetividade o discurso muitas vezes não alcança a prática. Sendo assim, o desenvolvimento resulta do envolvimento direto dos agentes regionais, sejam eles econômicos, sociais e/ou políticos na concepção e na execução de um projeto próprio de desenvolvimento com vista a melhorias de condições sociais. Entretanto, não se pode considerar desenvolvimento ou não existe desenvolvimento sem que se considere os indicadores de medição de tal fenômeno. O critério de análise do desenvolvimento faz-se tendo em conta os seguintes indicadores: econômicos, políticos, sociais e ambientais entre outros.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005). Isto implica a preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância.

O desenvolvimento de uma população ou comunidade vai depender de cada ser humano responsável pela direção e processo que a mesma possa vir a ser ou não ser (SILVEIRA, 2004: p 19). Para alguns autores, quando se fala de desenvolvimento e preciso se ter em conta o acesso aos serviços sociais (saúde e educação), não só como também é preciso perceber qual a origem desta força, ou de quem é o interesse para que uns e outros se desenvolvam.

Esta forma de pensar ou ver as coisas nos remete a questão dos interessados nesse processo, ou ainda a quem pertence a questão de desenvolvimento. Pois para alguns autores é na divulgação desse processo que aproveita se vender pacotes e facetas de modos de vida em nome de desenvolvimento.

Para (HAQ, 1978) o desenvolvimento deve ser encarado como um combate seletivo das piores formas de pobreza. Hoje no mundo capitalista, existem dinâmicas que se desenvolvem através da existência de pobres de tal forma que se fala no saber popular que existe na atualidade uma “máquina de fazer pobres e pobreza” exatamente para dar vida as dinâmicas capitalistas.

Este cenário é detectável quando por exemplo em Manica se dá a expropriação da terra dos camponeses o que coloca as comunidades em situações de vulnerabilidade em relação a pobreza e privilegiando a entrada de atividades de agronegócio em prol do desenvolvimento.

Segundo SILVEIRA (2004: 25) o desenvolvimento é um processo que acontece como produto das relações sociais no campo da cultura, da política, da economia entre outros. Sendo assim, desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social pois exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens.

Segundo este autor é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades. A partir deste princípio, é importante lembrar-se do cruzamento que faz SANTOS (1982) entre desenvolvimento e globalização, ele refere que a globalização oferece oportunidades e os lugares as possibilidades. Portanto, fica ainda mais claro que o processo que pode levar um lugar ao desenvolvimento é bastante complexo e logicamente pode apresentar contradições e conflitos e entre vários atores.

Para superar tais contradições é necessário uma mediação política, como uma dimensão importante que contribui na superação das contradições e de resolução dos conflitos do desenvolvimento, ao mesmo tempo que deve viabilizar o processo de integração dos agentes locais que atuam no desenvolvimento regional. Sendo assim, a esfera multidimensional (social, política e econômica) transforma-se no processo de mediação entre o movimento econômico e o contra-movimento social (FERRO e HESPAHOL. 2009: 3).

É bastante importante ter uma política que tenha como centro o desenvolvimento de sua região ou povo, pois segundo BECKER (1986) os processos de desenvolvimento regional não são homogêneos porque a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo é o resultado da síntese de dois processos contrários. Por um lado, a transnacionalização

dos espaços econômicos (globalização) e, por outro, a regionalização dos espaços setoriais.

É sob esta linha que são produzidas algumas políticas e leis em muitos lugares do mundo principalmente nos países em vias de desenvolvimento buscando enquadramento global mas com pouca aplicabilidade no contexto local, onde na verdade deveria se fazer muito a este respeito. Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local e a articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio Governo onde cada um desses atores desempenha seu papel com vista ao cumprimento de metas que resultem no desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Para o caso de Moçambique é importante olhar para as zonas rurais, pois, maior parte da população encontra-se agrupadas nestes locais, daí pensar em dinâmicas de desenvolvimentos para estas áreas. Segundo VALÁ (2007) a economia rural deve ser revitalizada tendo em vista a “socialização do campo”. Este autor faz estes pronunciamentos em referência a NEGRÃO (2003) e MOSCA (2005). Para estes autores o desenvolvimento de Moçambique passa necessariamente pela exploração rentável e sustentável do potencial existentes nas zonas rurais onde as políticas socialistas estão no centro do Desenvolvimento, como propôs Machel e a FRELIMO a quando da Independência Nacional.

As ilações destes autores tem sua base na medida em que são em zonas rurais onde se concentram os recursos e por conseguinte ser em esses locais onde residem problemas sociais que de forma estrutural devem ser mitigados. VALÁ afirma não ter dúvidas que o principal agente de mudanças no quadro da promoção do desenvolvimento rural em Moçambique tem de ser o Estado, pois muitos problemas que condicionam a atividade económico-social e investimento têm origem no mau procedimento do Estado na gestão de políticas de desenvolvimento locais.

Para (OSMAN, 2003), burocracia excessiva e a corrupção constituem um custo de transação elevado de todos os negócios e do funcionamento dos diversos setores económicos e sociais do país. Os efeitos corrosivos e paralisantes da corrupção e

burocratismo na economia rural são de tal forma elevados que não podem ser sistematicamente ignorados pelos poderes públicos

É importante não esquecer a fundamental visão integrada de vários setores e agentes para chegar ao desenvolvimento.

OSMAN liga de forma simples e objetiva os conceitos bases desta pesquisa, sendo eles Estado, Território e Desenvolvimento local. Desta forma evidencia-se que tanto o Estado como os territórios são resultados de relações: Estado = várias relações sócias e o Território = relações de poder.

O desenvolvimento de um determinado território muitas vezes é compreendido pela forma como o Estado, grupos sociais vão relacionar-se, isto é, de como cada um desses sujeitos vão se apropriando do território.

Por sua vez, fica evidente que este processo se coaduna com a lógica dos movimentos sociais de que o território é determinado pelas práticas socioespaciais concretas. Sabendo da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, há que realçar a importância co-relação desses conceitos, na medida em que um pode levar o outro, neste caso o primeiro e que tem conduzido as percepções erradas sobre desenvolvimento.

Segundo VASCONCELLOS e GARCIA (1998: 205), o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, nomeadamente, a pobreza, o desemprego, a desigualdade, as condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Nesta ótica de ideias o desenvolvimento passa ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Segundo (OLIVEIRA, 2002) o desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades dos seres humanos, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. Ao analisar-se a nova realidade social e econômica de Moçambique sobretudo quando se pretende relançar a agricultura centrada nos agrocombustíveis pretende-se com isso atrair investimentos

com a vista a alargar-se as propostas de emprego que consequentemente influencia na melhoria do padrão de vida dos cidadãos, fixo na ideia de que com o aumento da renda per capita melhor será a qualidade de vida dos indivíduos. Estes são os objectivos que Moçambique pretende alcançar, principalmente quando se abre ao mercado, buscando investimentos estrangeiros tendo como caso concreto o agronegócio de culturas energéticas onde o agrocombustível desempenha atividade central.

A questão central para nós é buscar saber até que ponto este setor cria focos de desenvolvimento nas comunidades e por conseguinte em Moçambique.

IV.CAPÍTULO

OS AGROCOMBUSTÍVEIS E A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

4.1. Os agrocombustíveis em Manica e a questão agrária em Moçambique

Estabelecer correlações entre a produção de agrocombustíveis e a questão de terra em Moçambique, é apresentar textos legislativos e de políticas que apresentam o contexto legal e os antecedentes do sistema da terra no país.

Moçambique apresenta 36 milhões de hectares de terra arável, com quase 7 milhões de explorações agrícolas. Sendo 3,9 milhões com uma média 1,3 ha de extensão por exploração, isto é, explorações menores.

Estes números deixam claro que existe ainda muita terra em Moçambique, mas este fato pode ser resultado de 96,9% da área ocupada não possuir títulos de uso e aproveitamento de terra (Ministério da Agricultura, 2007).

Em geral a população não sente a falta da terra em Moçambique, principalmente nas comunidades rurais, sendo o maior problema nas comunidades rurais o défice de meios para trabalhar a mesma, sendo o maior deles a falta de recursos e instituições financeiras que garantem o financiamento das atividades na agricultura.

Com o objetivo de incentivar o uso e o aproveitamento da terra, por ser este o recurso mais importante que o Governo dispõe, e que possa contribuir para o desenvolvimento da economia nacional pensou-se na Lei de Terras, a Lei 19/97 de 1 de Outubro de 1997. Este evento acontece depois da terra ter sido nacionalizada, tornando-se propriedade do Estado em 1976, ano das Nacionalizações.

De acordo com a Constituição da República são vários os seguimentos a ter em conta na gestão Terra, sendo eles:

- Propriedade do Estado.
- Não deve ser vendida, hipotecada ou então alienada.
- Meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano.

- O Estado confere o direito de uso e aproveitamento da terra e determina as condições para tal uso.

No que tange a legislação sobre a terra, existe a Política Nacional de Terras. A política é determinada pela Resolução N^o. 10/95 de 17 de Outubro de 1995, e apresenta o princípio orientador deste bem. A Política Nacional de Terras, em seu princípio visa: *“assegurar os direitos do povo moçambicano sobre a terra e outros recursos naturais, assim como promover o investimento e o uso sustentável e equitativo destes mesmos recursos”*. (MOÇAMBIQUE, 1995).

A legislação também reconhece os direitos costumeiros sobre a terra que tem a base na atual descrição do processo de formalização dos direitos a terra seguinte: a Lei de Terras (Lei No. 19/97 de 01 de Outubro), o Regulamento da Lei de Terras (Decreto No. 66/98 de 08 de Dezembro) e o Anexo Técnico aos regulamentos, este regula o acesso a terra para todos os usos incluindo para fins econômicos e residenciais, tanto nas áreas rurais e urbanas.

Estes conceitos são fáceis de explicar se tomarmos a base do que está previsto na legislação e com experiências práticas no território. Segundo NEGRÃO (1997), durante a nacionalização não houve uma redistribuição da terra, mas sim a transformação das propriedades privadas em machambas estatais (terra pública) o que permitia as famílias trabalharem nas terras onde se encontravam. Desta forma, o direito a terra é conferido pelo Estado, pela lógica histórica e tradicional de posse e uso e que são formalmente deferidos como os “direitos de uso e aproveitamento de terra” ou “DUAT”.

O DUAT é importante para o Estado como também para o seu titular, porque garante a posse legal de uma extensão de terra e, no caso em que o DUAT é documentado, fornece a prova formal de posse e permite que o Estado organize seu cadastro de terra. A lei de fato reconhece três tipos de formas de aquisição do DUAT³⁶

- Normas e práticas costumeiras. Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras. Isto significa que pessoas singulares e comunidades locais podem obter o DUAT pela ocupação baseada nas tradições locais, como herança dos seus antepassados;

³⁶ Lei de Terras, Artigo 12

- Ocupação de boa fé. Ocupação por pessoas singulares que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos. Este tipo de ocupação se aplica apenas a cidadãos nacionais;
- Autorização de pedido apresentado ao Estado como vem estabelecido na legislação de terras. Este é o único tipo de DUAT que se aplica a pessoas naturais e legais estrangeiras³⁷.

A Lei 19/97 em Moçambique, foi uma alteração ou adequação da Lei 6/76 que consagrou a terra como propriedade estatal e as explorações empresariais de tipo socialista. Já nesse período o Estado concedia aos indivíduos de forma singular a concessão dos direitos de uso e aproveitamento da terra por meio de um título (NEGRÃO, 1997).

Por questões lógicas atinentes ao princípio citado, há total abertura para pulsar ou colher opiniões de vários sujeitos sociais no que diz respeito a gestão da terra, principalmente no tocante às concessões de terra, onde prevalece a ideia de governança territorial para este recurso.

De acordo com os procedimentos definidos na Lei de Terras e seu regulamento, os pedidos de concessão, pela via do Estado, devem começar com a identificação do terreno (espaço) disponível junto à comunidade aliado ao contacto com as autoridades locais com vista a manifestar o interesse em ocupar e desenvolver atividades. Em seguida e preciso entrar-se em contacto com órgão oficial nomeadamente o Ministério da Agricultura a nível regional ou local.

O pedido passa para os serviços de Geografia e Cadastro onde se dá a abertura do processo de pedido de DUAT. Depois de visita técnica de campo ao local pretendido para exploração e *auscultação pública*, e cumprindo com todos os procedimentos técnicos é elaborado um requerimento dirigido à Administração do Distrito, Governo Provincial, Ministério da Agricultura ou Conselho de Ministros, dependendo a extensão da área requerida tem-se em conta as seguintes atribuições:

- Governo Provincial – áreas inferiores 1.000ha,
- Ministério de Agricultura – 1.000ha e a 10.000ha

³⁷ “Pessoa Singular” é o termo legal usado para referir a uma pessoa individual enquanto “Pessoa Coletiva” é usado para referir a corpos criados ao abrigo da lei, como empresas e outras organizações

- Conselho de Ministros – áreas superiores á 10.000ha.

Decorrida a autorização faz-se a demarcação e emissão do título, numa primeira fase de carácter provisório e depois definitivo, caso esteja a cumprir com o plano apresentado no momento do pedido do DUAT, a concessão vai de 10 á 50 anos renováveis.

Segundo as explicações apresentadas fica claro que se dá importância aos vários atores, no processo de aquisição de terra, principalmente pelo fato de abrir-se todo o processo a auscultação pública (ouvir a comunidade local) com objetivo de favorecer as comunidades locais, como veremos mais adiante. No entanto, esta vontade política com a comunidade nem sempre se manifesta, considerando os processos de divulgação e de organização social e mesmo de compreensão sobre os efeitos que determinações concessões podem criar. A que destacar que a pesquisa de campo deparou-se com situações de elevado analfabetismo, desconhecimento da legislação, direitos e deveres o que evidencia que muitos camponeses não dispõem do DUAT, e quando vinculados no uso de Terra fazem-no por via tradicional onde a Terra passa de geração a geração. Todas estas situações denotam vulnerabilidade no sistema e desorganização da sociedade, pois ela se encontra sem representações de classe e conhecimento objetivo sobre as transformações que se processam sobretudo na zona rural do país, onde as áreas de elevada fertilidade e que tem sido alvo de efetiva demanda pelos setores agroenergéticos, como é o caso da Província de Manica.

Se por um lado, a *Lei de Terras* dá importância às comunidades, tal comunidade é lesada, principalmente pelo fato do poder das deliberações sobre concessões ser realizada por órgãos de ponta na hierarquia de governação territorial, como vimos anteriormente. Deste modo, caso o direito de concessão de terra estivesse na comunidade, e esta tivesse clareza nos seus direitos e deveres, vários seriam os problemas evitados neste processo.

NEGRÃO (2002), afirma que a política de terras teoricamente estabeleceu três princípios fundamentais em relação às comunidades locais, que são: o direito à segurança de posse da terra, o direito à co-participação na gestão dos recursos naturais, incluindo a resolução de conflitos e o direito ao usufruto dos benefícios.

Por conta desses três princípios MATOS (2011) refere que:

“a mais importante legislação saída da reforma do quadro legal moçambicano da década de 90 foi a Lei de Terras, e os respectivos instrumentos legais (o regulamento as áreas rurais e o anexo técnico) que permitiram sua implementação. Segundo este autor esses instrumentos legais aprovados até finais de 1999 vieram introduzir o conceito de comunidade local e garantir a posse de terra as mesmas e para cidadãos moçambicanos que ocupavam determinado espaço por um período mínimo de dez anos. A garantia da posse de terra pelas comunidades locais visando salvaguardar os seus interesses em face de uma provável demanda pelo setor privado em investir nas suas terras”. (MATOS, 2011: 59).

Segundo Gregory Myers em seu artigo “*Terra em Moçambique: haverá suficiente para todos?*” Este autor afirma que em muitas zonas do país as melhores terras estão sendo distribuídas as empresas privadas nacionais e estrangeiras. Na perspectiva de muitos moçambicano, isto não, constitui problema por dois motivos: 1) existe muita terra em Moçambique, 2) existe uma lei que assegura total direito ao povo. Tratam-se de dois fundamentos extremamente frágeis do ponto de vista da organização de capital e sua articulação na relação com o Estado, sobretudo, das fragilidades institucionais de resistência e controle social sobre o conceito “*Direito do Povo*” (1996: 94-95).

No mesmo artigo MYERS (1996: 95) mostra que este fato é um fenômeno na sociedade rural, mas é necessário lembrar que nem toda a terra é para a prática da agricultura. Quanto a lei é necessário ter-se mecanismos claros e recursos de gestão de Terra, regulamentos necessários com vista a fazer valer a lei.

Para este mesmo autor, o Governo está a conceder poucas terras a agricultores do setor familiar, aos pequenos proprietários está ser negada a oportunidade de competir com os interesses comerciais de maior envergadura.

“O posicionamento do Governo neste sentido basea-se na incapacidade dos agricultores familiares de usarem a terra tendo em conta a obtenção de lucros, embora seja verdade que as empresas privadas possuam capacidade para abrir e criar novas oportunidades de investimento é um erro concluir que os agricultores do setor familiar não têm capacidade para explorar de forma lucrativa a terra em Moçambique” (MYERS, 1996: 95).

Portanto, o Governo Moçambicano está alicerçado na aceitação desta visão caótica não criando assim condições efetivas para que os camponeses tradicionais possam manter sua unidade de produção com níveis que assegurem um sistema de

segurança alimentar no país. Em outras palavras não existe um plano para reverter esse quadro, isto é, potencializar o setor agrário e os agricultores familiares.

Todavia, fica claro a inexistência de mecanismos de controle das concessões de *Terra*, sobretudo, quando em vários níveis e instituições³⁸ do Governo podem conceder terra, criando assim conflitos, que segundo MYERS (1996: 100), em alguns espaços são concedidos direitos à mesma parcela de terra a diferentes pessoas.

Este problema surge como resultado da descentralização no processo de gestão de Terra, onde o Ministério de Agricultura, Turismo, Recursos Minerais autorizam o DUATs para atividades de exploração para cada setor de tutela. (Idem).

Dependendo da forma como se vai trabalhar a terra, seus padrões de uso e ocupação de terra, ditam se as dinâmicas econômicas e sociais na região. Para o caso de Moçambique já é possível perceber este fato, olhando para dois momentos, tendo em conta a história do país: o período das machambas Estatais (período pós-independência) e hoje “propriedades privadas” (período contemporâneo), onde as populações (camponeses) mesmo sendo a mão de obra não tem o mesmo papel (função) nesses dois períodos. Na primeira situação, todos participavam da vida das machambas estatais e tinham direito de propriedade, porém, na atualidade, mesmo que os camponeses continuam sendo mão de obra em vários campos de produção, estes não exercem poder de decisão, e em alguns casos muitos sendo lhe tirados ou não cumpridos os direitos trabalhistas. Este fenômeno remete a pensar no conceito de desenvolvimento oferecido aos camponeses.

“A superioridade da noção de desenvolvimento sobre o crescimento da riqueza é progresso, é que o desenvolvimento implica o aumento da riqueza e da transformação social, a serviço do homem [...]. O homem fator de desenvolvimento e beneficiário do desenvolvimento [...] No entanto, o homem deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento” (CASTRO, 2003: 104).

Assim, a escala de produção, matriz produtiva, controle técnico-produtivo, rentabilidade, entre outras características do processo de territorialização agroindustrial e familiar, atuam no sentido inverso à proposição de CASTRO e evidenciam a importância de compreensão dos desdobramentos da lógica de produção de riqueza

³⁸ Ministério da Agricultura, Turismo, Recursos Minerais, fazendo concessões para terras agrícolas, exploração de madeira, pastagem, floresta, caça, turismo, exploração mineira e mais .

existente, tanto pelo trabalho, assim como, pela concentração fundiária, diversidade produtiva, valor da terra e comportamento fiscal.

Nessa perspectiva a apropriação capitalista da terra impõe modelos tecnológicos de exploração e domínio sobre a natureza mediada pelo trabalho que se personifica na mercadoria e na acumulação do valor nela engendrado. Um mecanismo que se espelha ao longo das trajetórias de ocupação e exploração no campo brasileiro pelo acesso a terra, forjada juridicamente pela Lei de Terras, sobretudo, pelos mecanismos de subordinação ao trabalho livre (SOUZA, 2008).

Moçambique é visto como espacialidade estratégica a ser incorporada na lógica de territorialização capitalista, por apresentar terras a baixo custo. Efetivamente um dos principais recursos do agronegócio, este cenário reforça a perspectiva de acumulação por espoliação apontada por Harvey (2004). A luta pela sobrevivência em Moçambique é feita, principalmente trabalhando-se a terra, por ser este um país predominantemente rural, e com moldes camponeses.

Esse processo quando analisado sob as formas de produção animal (avicultura, suinocultura, por exemplo) apresenta um comportamento de monopolização do território sem necessariamente territorializar-se, no sentido de apropriação direta da terra.

No entanto, em outras atividades as lógicas de controle produtivo, de padrão técnico, fazem com que se estructurem duas estratégias fundamentais: práticas de arrendamento direto, excluindo ou reduzindo a presença de outros agentes econômicos (fornecedores); notando-se a verticalização produtiva, com a aquisição de terras para a citricultura e tendencialmente atingindo-se o setor sucroalcooleiro (SOUZA, 2008).

Situação semelhante, se vive em Moçambique pelo arrendamento de terras, compra e transferência de DUAT. No Brasil a concentração fundiária decorre caracterizando-se pela sonegação e a elisão fiscal que corresponde a mecanismos de concentração estes últimos pelo rompimento do contrato fiscal da sociedade. Em Moçambique os latifundiários não precisam sonegar impostos, pois este é muito baixo para o custo de mercado, o que torna mais lucrativa a apropriação de terras públicas.

Segundo o Regulamento de Terra em Moçambique, no momento de pedido do DUAT são duas taxas que o requerente paga: taxas de concessão e taxas anuais, sendo que a segunda serve para renovar o título.

Por conta disso, o agronegócio em Moçambique esta alterando as dinâmicas ligadas a terra, principalmente, na questão sobre as formas de obtenção ou aquisição. O gráfico 3 que se segue, mostra o cenário da província de Manica.

Nesta província, foi possível observar que existem os sem terra em Manica pelo cenário é muito bem provável que este número (grupo social) apresente um recrudescimento, isto por conta de um processo que esta província vem vivendo no setor do agronegocio. A segunda situação é que de todos os proprietários que tem DUAT, ninguém foi cedido por autoridades tradicionais, apesar destes possuírem o poder de concessão de terras.

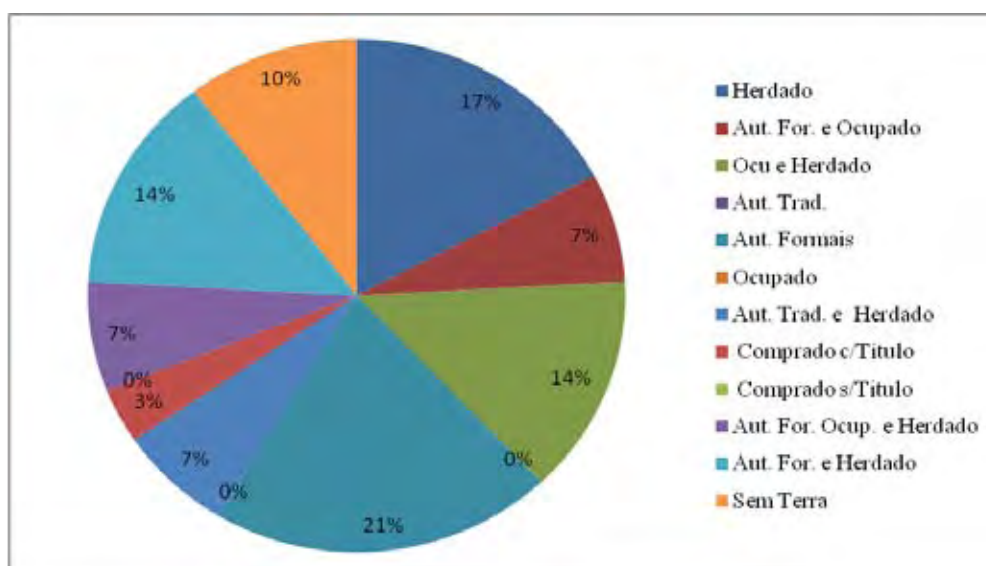


Gráfico 3. Formas de obtenção da terra em Manica

Fonte: Trabalho de Campo – Langa

A maioria dos entrevistados herdou a terra que possui daí a importância da lei defender a comunidade principalmente pela normas e práticas costumeiras. Segundo a Lei de Terra, todos os títulos emitidos por esses motivos são normativos. Pelo observado, são muitos os indivíduos que compram terra sem títulos, principalmente por que quem vende, refere deter a posse de terras por questões históricas, cabendo ao novo dono requerer o DUAT ao Estado.

Ora mesmo que existam na província de Manica os Sem Terra, não encontramos em nosso trabalho indivíduos que ocuparam terra, esta situação fez nos pensar na ideia de organização desses e outros que são usurpados os seus direitos de posse de terra.

Uma das formas de aquisição de terra em Manica é por via de compra de direitos, o mercado de terra em Manica como no resto do país apresenta maior procura nas áreas rurais que nas cidades. Por não ser legal a venda de terra, os preços por hectare, vão depender das negociações entre as partes envolvidas na compra. Embora tenhamos pretendido analisar este aspecto com mais detalhes, a condição de informalidade das negociações impediu precisar os termos das negociações, sobretudo a composição de um padrão de preços ou caracterizar de forma absoluta o mercado de terras. Por conseguinte, fazendo uma comparação do preço de terra em áreas rurais e urbanas, é mais caro comprar terra na área urbana, que na área rural. Todavia, a diferença de preço pode ser vista mesmo pela questão de oferta, pois, quanto maior for a oferta menor o preço e vice versa. Em termos de razoabilidade este aspecto caracteriza a existência de um mercado. Uma outra questão que merece destaque é a forma de compra de Terra nas áreas urbanas pois, nestas áreas, o acesso a Terra é feita com base em troca monetária, sendo de 50 a mais salários mínimos. O que representa mais ou menos 115.000 em moeda moçambicana (Meticals), este valor é na razão 15m/15m, 15m/30m, 30m/30m, 30m/40m. Convertido em dólar americano esse valor corresponde a US\$ 3.708. Nas áreas rurais existem camponeses que operam no mercado de venda de Terra com base na troca com produtos. Neste caso, a Terra é vendida (troca) por materiais de construção e alimentos, o que caracteriza uma situação mais incipiente e de maior precariedade nas relações institucionais. Essa lógica de negociações ratifica nossas considerações acerca das fragilidades institucionais de controle social camponesa sobre a terra no país.

Sobre o mercado de terra, para além de pretendemos saber sobre praticidade desta dinâmica nos entrevistados, o questionário buscou saber quem dinamiza esta prática, se por um lado são particulares ou pessoas coletivas que comprem terra, por um lado quem vende são particulares, quem procura comprar na sua maioria são pessoas coletivas, nomeadamente, estrangeiros em grande parte e estes associados a nacionais, isto acontece por conta do preceito legal que não permite aos estrangeiros a investirem na terra sem que estes tenham mais de 10 anos em Moçambique.

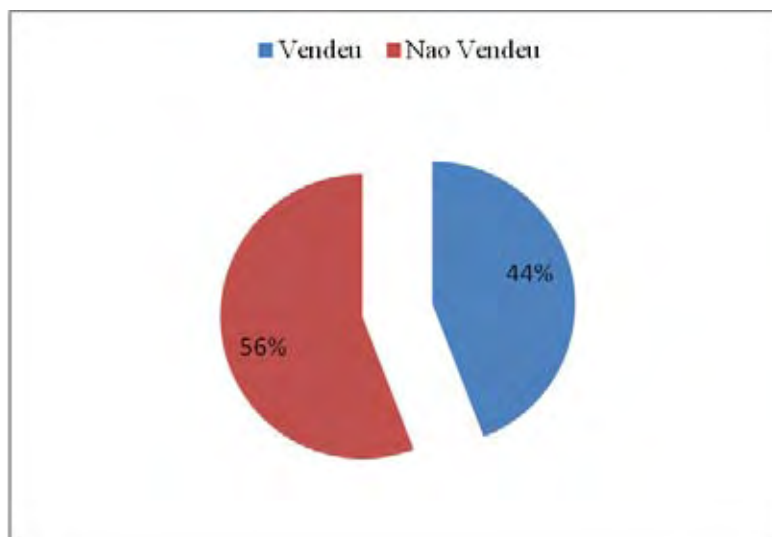


Gráfico 4. Mercado de terra em Manica

Fonte: Trabalho de Campo - Langa

O Mercado de terra está crescendo e acreditam alguns funcionários do Ministério da Agricultura, que este cenário aumente pelo simples fato da existência de fortes investimos externos nas terras das comunidades. Durante o campo ficou claro que a terra é vendida e o gestores públicos não tem como controlar este fenômeno.

Dos entrevistados 41% concordam fazer parte deste mercado, que é ilegal por lei em Moçambique. Desses, 46,6% venderam terras para pessoas particulares e coletivas. Essa cifra consideramos constituir os atores envolvido na questão da especulação e venda de terra em Moçambique. Portanto, este é um dos indicadores da presença do mercado de Terra “existência da mercantilização de terra”. Este quadro reflete que há indivíduos com ou sem DUAT, vendendo direitos de uso para particulares ou coletivos, sem a mediação/regulação concreta do Estado e ou controle das comunidades locais.

Igual percentagem (41%), vendeu terra somente para pessoas particulares, em quase todas transações foram de vendas à familiares. Este tipo de processo é caracterizada pela sociabilização entre as famílias rurais onde a venda está associada a trocas de produtos e até gratificações que torna peculiar a vida do campo.

O caso que reforça a exposição acerca do aumento da venda de terra liga-se ao relato de um entrevistado que até ao momento da entrevista não estivera envolvido com o negócio de Terra, apenas tencionava fazê-lo. Segundo o nosso entrevistado

algumas pessoas coletivas estavam comprando a terra e concedendo apriori emprego nas mesmas Terras.

Um dos grandes problemas na gestão de terra em Moçambique se refere ao mapeamento das ocupações e a inventariação das terras, atividades extremamente fragilizadas por parte das estruturas governamentais que devem gerir a posse e formas de ocupação da terra, como resultado da ausência de recursos e materiais.

Outro grande problema na gestão de terra é a fraca fiscalização do DUAT, principalmente no cumprimento dos planos de exploração aprovados, criando terras ociosas, titulares que não pagam as taxas de exploração, e por isso a proliferação de venda, contribuindo assim para o surgimento de atos ilícitos no âmbito da gestão de Terras. Por sua vez, cabe uma análise fundamental sobre o que representa no âmbito concreto e ideológico o processo de inserção de um mercado de terras em uma sociedade de camponeses, com as fragilidade institucionais que apontamos.

SOUZA (2011), ao apontar sobre a dinâmica de demanda de Terras no Brasil refere que :

“A terra como propriedade privada cinge um valor monetário (valor de troca) e cinde dimensões subjetivas camponesas (valor de uso) [...] A terra, como natureza, é valorizada na relação estabelecida pela sociedade em seu processo de produção do espaço. Essa natureza incorporada à vida humana, no âmbito de suas necessidades, tem uma denominação em Marx: valor de uso [...] Está completa a mistificação do modo de produção capitalista advertia Marx, terra mercadoria como característica imediata das relações de produção. O valor de uso se expressando como valor de troca (riqueza social), este é o valor da natureza no capitalismo quando se converte em dinheiro. (SOUZA, 2009: 121-122).

Este conjunto de reflexões apontado por Souza nos remete a reconhecer estes elementos, o mercado de terras inserindo uma lógica de comercialização de direitos nos camponeses. Da mesma forma, as comunidades tradicionais passam a considerar uma lógica de crescimento econômico como desenvolvimento onde a pressão sobre os preços se associa as formas de uso e ocupação de terras. Estes aspectos são até então marginais para um capitalismo agrário, que não considera a atividade de subsistência como fator de equilíbrio econômico e social.

Outro fator a considerar é que se estabelece um padrão de uso do solo que demonstra o crescimento das culturas vinculadas ao modelo de agroenergia (Cana de açúcar, Girassol, Soja e Pinhão Manço) que passam a homogeneizar e recompor uma paisagem agrária eminentemente capitalista.



FIGURA 15. Jatropha

Fonte: Trabalho de Campo - Langa (2011)



FIGURA 16. Cana de Açúcar

Fonte: Trabalho de Campo - Langa (2011)

Por último, Souza aponta ainda para uma mudança interior no conceito de valor de troca da terra, sua inserção no dinamismo da produção agrícola como produtora de mercadorias. Mercadorias entendidas aqui como aquelas reconhecidas pela lógica de acumulação, colocando em segundo plano a produção alimentar e promovendo profunda vulnerabilidade territorial, sobretudo no que tange a questão da segurança alimentar.

Um dos maiores problemas na gestão desse recurso (terra) em Moçambique é o fato de que, quem controla estas dinâmicas e alterações concretas e ideológicas das relações camponesas com a terra, não apresentam capacidade para a fiscalização e não aceitam que certos processos estejam em profunda mudança.

Com a entrada de investimentos para a produção de agrocombustíveis muitas destas relações com a terra se alteram nas formas apontadas por SOUZA (2009).

No agronegócio o que importa é produzir e conseguir mais lucros, esta forma de pensar faz com que os grandes investidores e o Estado não reconheçam os elementos sociais e as características locais com que se apresentam.

NHATUMBO e SALOMÃO (2010) discorrem sobre a promoção de investimento para produção de agrocombustíveis e que ela acontece dentro do contexto e cobertura legal que protege a terra como recurso das comunidades locais. Mas vários projetos foram aprovados antes de existir uma estratégia nacional que pudesse nortear este setor e as relações produzidas. Por este motivo, várias foram ou são as transformações que estes projetos criaram nos lugares onde estão sendo desenvolvidas, transformações estas que vão desde: uso de terra, tipos de culturas produzidas e até no desenvolvimento dos locais.

Para o Instituto de Investigação Agronômica de Moçambique - IIAM (2008: 111), os distritos da zona centro da província de Manica, nomeadamente Sussudenga, Manica e Gondola possuem os maiores registros de pedidos de terra devidos, provavelmente às suas condições agroecológicas, vias de comunicação, proximidade dos grandes centros urbanos (mercado).

Olhando este processo no conjunto de implicações econômicas percebe-se claramente que as infraestruturas consolidam processos de sobrevalorização das terras, cuja tendência de “privatização” das mesmas deve representar uma lógica de sobreacumulação, nos moldes apontados por HARVEY (2004) e LUXEMBURGO (1985).

Este processo em verdade consolida o cenário de procura de terra e disponibilidade das mesmas na província de Manica.

Tabela 5. Áreas disponíveis por distrito na província de Manica, 2008.

Distrito	Área (ha)	Área disponível (ha)	% da área total
Bárue	577.021,00	99.228,72	17,2
Mossurize	501.638,00	72.213,19	14,4
Machaze	1.328.561,00	154.658,19	11,6
Guro	692.385,00	65.633,64	9,5
Tambara	428.291,00	35.609,00	8,3
Gondola	576.655,00	19.842,19	3,4
Sussundenga	710.743,00	16.582,48	2,3
Manica	438.246,00	8.326,00	1,9
Macossa	955.702,00	600,00	0,1
Cidade de Chimoio	17.424,00	0	0
Total	6.226.666,00	472.693,41	68,7

Fonte IIAM (2008)

Segundo a tabela acima, se somarmos a quantidade de terra disponível dos distritos (Sussundenga, Gondola e Manica) fica em de cerca de 44.750,67 ha em 2008.

Esta extensão é tomada como disponível não por ter falta de sinais de investimentos, mas sim por serem prioridades precisando confirmação de DUATs em acréscimo a informação relativa aos pedidos de terra em tramitação bem como a confirmação das áreas disponíveis ao nível de cada distrito (IIAM, 2008).

Posto isto, fica claro que problemas de conflitos de terra existirão principalmente quando se der a fase de expansão dos projetos que produzem culturas para o agronegócio.

Causa desses conflitos pode estar no fato dessa terra disponível não ser continua, sendo este um dos requisitos para a abertura de campos na agronegócio.

4.2. Agrocombustíveis na Província de Manica

Em 2007 os governos províncias e distritais receberam recomendações do Governo Central, para identificação de áreas de cultivo e produção da *Jatropha Curcas* L a título experimental.

A região central do país é a mais demandada para a lavoura destas culturas para produção de agrocombustíveis. Segundo o Engenheiro Fole³⁹ são várias as áreas de produção de culturas para esse combustível, sendo que para a província Manica se encontram três corporações que investem nesta área, nomeadamente SunBiofuels, MoçamGalp e Mozambique Principale Energy Lta.

As primeiras duas empresas produzem Jatropha e a última produz cana-de-açúcar, onde todas visam a produção de agrocombustível (agrodiesel e etanol).

Tabela 6. Áreas e capital das empresas agroenergéticas

Empresa/Matriz Produtiva	Capital em USD (milhões)	Área requerida (ha)	Área cedida (ha)	Expansão (2018) (ha)
SunBiofuel (cana de açúcar e jatropha)	298	170.000	97.000	60.000
MoçamGalp (jatropha)	19	50.000	10.000	13.000
MPE. Lda (cana de açúcar)	290	23.000	18.000	

Fonte: Chefe do Departamento de Economia da DPA-Manica Eng. Fole⁴⁰

Em termos percentuais as três empresas ocupam atualmente 2% da área total da província de Manica, que passará para 5,1% quando se efetivar essa expansão nas extensões acima citadas. Por sua vez, é preciso considerar outros mecanismos de inclusão de áreas de produção diferentes das áreas vinculadas de forma vertical no processo produtivo (posse do DUAT), onde as formas diferenciadas se referem a integração por meio de arrendamentos e vinculação de camponeses como assalariados e que cedem suas terras para o cultivo.

De forma geral parece não ser nenhum problema, mas vale lembrar que estes investimentos procuram as melhores terras. Destas três empresas, somente a SunBiofuel é que usa Terra que já estava destinada para a prática de agricultura. Segundo relatos de camponeses as terras onde se produz Jatropha eram da extinta Textáfria (empresa têxtil que produzia algodão).

³⁹ Chefe do Departamento de Economia da DPA - Manica

⁴⁰ Informação cedida em entrevista.

As outras empresas fizeram seus pedidos e foram aprovados pelo Conselho de Ministros, por fazerem parte dos Mega-Projetos, com áreas requeridas superiores a 10.000ha, lembrando que, este pode ser um dos fatos para a existência de conflitos de terra em Manica, a concessão de grandes extensões de terra por autoridades que não tem ligação direta com quem usa a terra.

Ao falar-se deste setor é importante olhar para todos os sujeitos que sustentam o desenvolvimento desta atividade. São eles o Estado representado na Província de Manica pelo Governo Provincial, a Direção Provincial de Agricultura - DPA e seus Serviços Distritais de Atividades Econômicas – SEDAE, as empresas que investem nesse setor, os camponeses (associados e particulares), que se articulam em relações de mercado.

O Governo Provincial tem a missão de divulgar as atividades deste setor como forma de apresentar as comunidades oportunidades de emprego e melhoria de vida ao mesmo tempo, que serve de receptor de informações de como funcionam a fiscalização do Estado sobre os DUATs a nível provincial.

A DPA e o SEDAE, para além de ajudarem na fiscalização e controle deste setor tem poderes e pessoal para dar assistência às comunidades camponesas. Normalmente este tem sido o trabalho dos extensionistas agrários. Segundo relatos de alguns, as atividades a serem desenvolvidas se direcionam a garantia de permanência de culturas alimentares de forma a assegurar a segurança alimentar das comunidades.

Por conta desse processo, encontrou-se em Manica, muitos camponeses (associados e particulares) que desenvolvem a cultura da *Jatropha*, mas sem acompanhamento e assistência dos SEDAEs. Nesta perspectiva, e segundo o presidente da Associação Agropecuária 16 de Junho, Sr. Domingos, a cultura da *Jatropha* requer muito investimento (capital e tempo) e não há garantias de mercado. Este cenário não seria visto se o Governo acompanhasse as várias dinâmicas desde setor. Trata-se de reconhecer imediatamente o caráter oligopsônico deste mercado o que coloca estes produtores camponeses em situação de vulnerabilidade econômica e social, comprometendo a reprodução campesina.

Segundo este camponês, as empresas não compram facilmente a produção de particulares alegando falta de qualidade nas sementes. Este fato faz com que muitos

camponeses não trabalhem com esta cultura. Por conseguinte, esse processo tem se estabelecido, mesmo depois que essas empresas terem proposto o aumento deste cultivo através de suas estruturas de produção que consequentemente e induziria os camponeses de Manica a pensarem na consolidação de um mercado interno desta cultura.

Por conta deste fato, os camponeses preferem ir trabalhar na empresa do que cultivar em suas terras as culturas, quem faz referência a este processo é a União de Camponeses de Manica - UCAMA.

A UCAMA como organismo máximo do associativismo agrário não desenvolvem atividades com culturas de mercado. A UCAMA é uma instituição ligada a Via Campesina, esta tem suas atividades voltadas à proteção do camponês e a garantir a segurança alimentar.

Como uma organização que defende a segurança alimentar, a UCAMA não nega e nem interfere na produção de agrocombustíveis mas se preocupa com as consequências deste setor, como foi referido anteriormente.

Para a sociedade civil em geral, os projetos de agrocombustíveis são bem vindos, principalmente pelo fato de muitos destes investimentos falarem de empregos para a comunidade local. A sociedade civil sem olhar crítico, apoia-se nas melhorias de vida prometidas por este setor. Este dado coaduna-se com as considerações de SOUZA (2009) acerca de uma concepção de desenvolvimento que se consolida a partir do avanço do agronegócio.

Das várias corporações a SunBiofuel é a que está a funcionar conforme seu plano de exploração, pois desde a sua abertura já fez dois carregamentos (exportação) para Europa de cerca de 20 toneladas de óleo de Jatropha. Com mais de 25.000 postos de trabalho propostos esta empresa vai ganhando espaço no mercado nacional, bem como no mercado internacional.

As outras duas corporações apresentam áreas identificadas como campos de experimentação das culturas. Segundo UCAMA, a população em Moçambique apresenta um crescimento significativo, onde que por sua vez a terra tende a apresentar limitações no sentido de atender a demandas desta sociedade. Este processo aponta para a necessidade de que o Governo desse o mesmo enfoque que vem atribuindo aos negócios da agroenergia à produção alimentar e a programas de permanência de

camponeses no campo. O Estado Moçambicano tem apoiado o agronegócio sem reconhecer os problemas que este setor apresenta. Esta forma de agir leva nos a analisar e questionar quais são as relações do Estado com as Corporações do agronegócio energético?

Quando questionados sobre os conflitos de terra entre camponeses e empresas produtoras de agrocombustíveis, a UCAMA, indicou que tem recebido queixas de agricultores e camponeses de Dombe (Sussundenga) onde se localizam os canaviais da empresa MPE Lta.

Para os camponeses (na sua maioria) por não terem o DUAT foram desapropriados de suas terras. Por falta desse documento legal fica difícil ajuda-los, referiu a UCAMA, ficando estes dependentes do Governo em reconhecer seus direitos costumeiros.

Ao analisar as transformações de uso e ocupação da terra, tendo em conta a lavoura de culturas para a produção de agrocombustíveis em Moçambique, pode se dizer que grandes transformações estão por ser vistas, e estas poderão ser aumentar quando as empresas implantadas fizerem seus investimentos na expansão de suas terras, aumentando seus campos de cultivo ou procurando novos campos.

A homogeneização territorial e da paisagem (SOUZA, 2008), por meio dos modelos de sistemas produtivos, relações sociais de produção e formas capitalistas de apropriação das terras, são os fatores que se colocam como eminentes para esta província. Destacando que estas terras são bastantes férteis e esta lógica tem se sustentado nos seguintes motivos: a) as empresas estão conseguindo concessões de terra e b) os camponeses estão aderindo às culturas comerciais, não produzindo tais culturas, mas trabalhando nas terras das empresas.

A forma de expansão das terras para produção de culturas de agrocombustíveis é determinada com base no tipo de cultura. Analisando a localização dos projetos de agroenergia (campos de produção), pode-se perceber a forma como estes ocuparam a terra e pretendem fazer a sua expansão. De princípio a forma de ocupação de solo para os projetos de *Jatropha* vão ser totalmente diferentes dos projetos de Cana de açúcar. Ao mapear a extensão dos investimentos neste setor, evidencia-se as corporações de *Jatropha* como as de Cana de açúcar demandam terras férteis para se desenvolverem. A

grande diferença esta no momento da expansão, esta vai depender principalmente no tipo de cultura que a empresa cultiva.

Portanto, olhando para a figura a baixo verifica-se a planta de expansão de empresa SunBiofuel que cultiva *Jatropha* e estabelece metas de expansão das áreas de cultivo, possibilitando negociações com camponeses ou proprietários que se encontram em volta de seus campos. Logo a extensão, ou a territorialização capitalista, se dá na ocupação ou compra de pequenas unidades de exploração que se localizam em torno de suas terras.

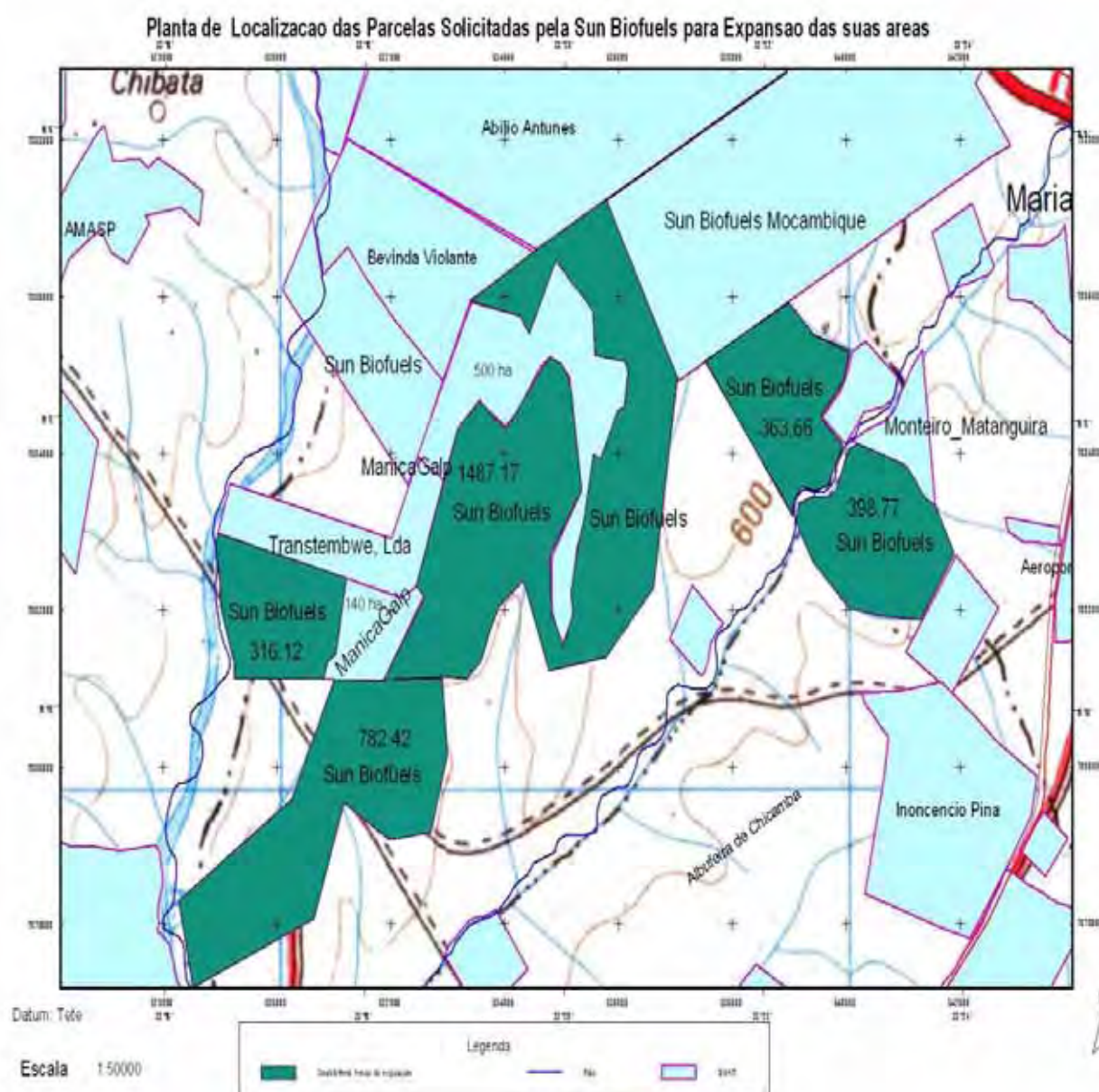


FIGURA 17. Proposta de expansão das parcelas da SunBiofuel

Fonte: SPGC-Manica

Diferente fazem as empresas que cultivam a Cana de Açúcar, pois estas procuram novas terras sempre buscando terras férteis e com disponibilidade de água. Este fenómeno é possível observar com as terras da empresa MPE Lta, que tem campos em Manica (Dombe) e Sofala (Búzi) outra província no centro do país.

Como forma de tornar funcional e evitar constrangimentos sociais, ambientais, económicos e até mesmo culturais, considerando a alteração da matriz produtiva alimentar regional deste setor, em 2009, o Governo aprovou a Política e Estratégia de Biocombustíveis em resposta ao desafio da criação de uma plataforma adequada para os agrocombustíveis. Por conseguinte segundo MOÇAMBIQUE (2009: 1):

“a opção de Moçambique pela promoção da produção e uso dos biocombustíveis não só visa dar resposta aos condicionalismos impostos pelas vicissitudes do mercado internacional do petróleo mas também a realização dos seguintes benefícios::

Esta política tem a ver com os seguintes aspectos:

1. A substituição gradual dos combustíveis fósseis;
2. A geração de emprego e auto-emprego na agricultura e processamento agro-industrial, particularmente nas zonas rurais;
3. A possibilidade de produção de biocombustíveis seguindo um modelo de desenvolvimento agrícola apropriado à preservação da predominância excessiva de monoculturas e a assegure, ao mesmo tempo, a produção de outras culturas, incluído as alimentares;
4. Melhor uso das infra-estruturas existentes, incluindo os portos de água profundas, caminhos de ferro, estradas, oleodutos e gasodutos, bem como a construção de novas infra-estruturas de armazenagem e transporte que esteja em curso ou programada.;
5. Melhor aproveitamento da água e recursos climáticos favoráveis para produzir biocombustíveis em grande escala para consumo interno e exportação;
6. Melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo mercado regional da SADC, com mais de 250 milhões de consumidores e em rápida expansão em consequência de implementação de zona de comércio livre desde Janeiro de 2008;
7. Tirar vantagens de cometimento firme ao nível mais alto de liderança política nacional, na pessoa de S. EX.^a Presidente da República, que dirigiu pessoalmente a campanha para o cultivo da *jatropha curcas* no país, uma das principais matérias –primas para a produção de biosiesel;

8. O fortalecimento de centros de excelência e outras iniciativas e sistemas direcionados para a promoção e apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento que permitam uma maior adaptação e evolução da própria tecnologia para a obtenção de maiores benefícios econômicos e sociais para as comunidades (2009: 2-3).

Esta política e estratégia apresenta três fases de implementação, onde a primeira vai de 2009-2015, a fase piloto, a segunda é a fase operacional que vai de 2015 em diante, a terceira fase é a fase de expansão, que vai de 2011 em diante e que envolve o desenvolvimento de redes de distribuição separadas e paralelas para combustíveis com percentagens mais elevadas de etanol (E75 e E100) e de biodiesel puro (B100) (MOÇAMBIQUE, 2009).

Este setor iniciará seu pleno funcionamento com vista a responder os objetivos acima quando a Comissão Nacional de Biocombustíveis - CNB estiver em atividades

Esta comissão deve numa primeira ação pensar e aprovar um regulamento que lhe ajudar a desenvolver suas funções que tem como objetivo principal “coordenar e supervisionar a implementação de vários elementos da Política e Estratégia, sendo responsável pela coordenação da Implementação da Estratégia, planejamento, coleta e análise de informações, central de divulgação e intercâmbio de informação, ponto de contato para a cooperação técnica e ponto de contato para comunicações internas” (MOÇAMBIQUE, 2009: 22).

Muito longe está o governo do atingir os seus objetivos nestes setor e a operação de empresas sem lei e políticas públicas vão aumentando problemas no social das regiões onde se desenvolver estes projetos.

Se por um lado o Governo parece não ter ação para resolver os problemas deste setor, espera-se que a sociedade civil, os movimentos sociais se fazem presentes, claro buscando um funcionamento deste setor com vista a trazer benefícios para as comunidades.

Existe na atualidade uma forte corrida para conseguir espaço (terra) para produzir culturas que podem ser usadas na produção de agrocombustíveis, sendo que na atualidade os investimentos neste setor é de 8,3% (estrangeiros e nacionais, isto é, capital estrangeiro e terra dos nacionais/associações) e 91,7% são investimentos de estrangeiros. Por conseguinte, o Estado aparece como implementador de todos os

projetos por ser ele quem permite que estes e outros investimentos sejam implantados e operacionalizados em Moçambique. Como gestor da terra o Estado moçambicano é quem deve autorizar a concessão dos DUATs para as empresas, o que segundo Eng. Salvador Jossias, “não existe nenhuma empresa que esteja a operar neste setor sem o DUAT”.

Um dos objectivos do Governos é de permitir investimentos na area de agrocombustível em Moçambique com vista a criar focos de desenvolvimento para a comunidade tendo em conta o projecto de melhoria de qualidade de vida das comunidades. Falando dos beneficios destes investimentos; a população divergiu como podemos ver no gráfico em baixo.

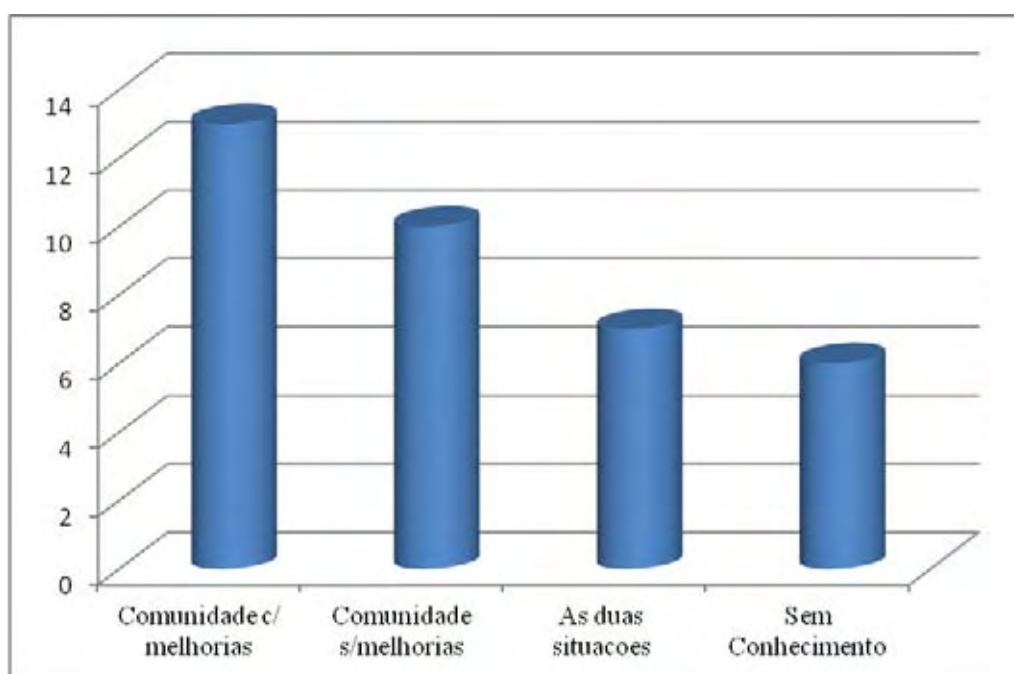


Gráfico 5. Percepção da comunidade em relação aos benefícios dos projetos

Fonte: Trabalho de Campo Langa (2011)

Umas das perguntas que questionário aplicou, foi saber dos entrevistados o que achavam dos investimentos na comunidades. Estes foram divergentes nas suas respostas.

Uns dizendo que esses projetos trouxeram melhorias para a comunidade, outros dizendo que não houve melhorias e outros ainda dizendo que não sabiam a situação desses investimentos nas comunidades.

Para os que esses projetos não trouxeram benefícios, alegaram as seguintes situações; abandono de culturas alimentares por partes dos camponeses, exploração da terra por empresários (surgimento de latifúndios), os benefícios destes projetos não são para Moçambique, a redução de culturas alimentares, aumento de preço nas culturas alimentares como resultado de excessiva industrialização do setor de agrocombustíveis. Os que perceberam benefícios ou melhorias na comunidade, alegam que aumentaram na província os empregos, e que o PIB da província aumentou, tornando assim a província com mais destaque a nível do país.

Ora tendo um como outro posicionamento, são típicos da capitalização da agricultura e de alguma forma caracterizam o agronegócio no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Moçambique, todas dinâmicas territoriais ligadas a terra se dão ou deveriam se dar sempre com conhecimento do Governo do país, pois este tem representantes que vão desde o nível central (Ministérios) até ao local (Líderes Locais) com poderes e direitos para gerenciar a terra. Estes últimos foram criados no processo da reforma do Governo que se denominou de *descentralização do poder* efectuadas com vista a dar mais proximidade entre o Governo e a comunidade local.

Ao fazermos uma análise da produção de culturas para a produção de agrocombustível em Manica podemos afirmar que homogeneização de sistemas produtivos tem relação forte com as mudanças no valor de terra e nas formas de uso, ocupação e aproveitamento de terra que tendem a caracterizar processos de homogeneização territorial e da paisagem.

Os três distritos (Sussundenga, Gondola e Manica) onde se produzem culturas para os agrocombustíveis há sinais claros de mudança nos hábitos, costumes e até de práticas.

Se por um lado o Governo aprovou o desenvolvimento desses projetos, acreditando que os mesmos criariam focos de desenvolvimento em Manica o quadro e extremamente divergente. Nesta perspectiva, idealizou-se que estes projetos criariam postos de emprego o que na verdade tais projetos aumentaram o desemprego e abriram alguns postos de trabalho temporário e sem nenhum vínculo empregatício. Por conseguinte, as comunidades deixaram de produzir culturas alimentares para produzir *Jatropha* que não tem mercado garantido, e é dispendioso em termos de tempo e capital, pois as empresas compradoras da produção exigem qualidade das sementes, sem pelo menos dar acompanhamento as comunidades produtora dessas culturas. É neste contexto que as duas grandes mudanças sociais e estruturais verificadas em Manica e Sussundenga incidem sobre a comunidade local composta principalmente por população camponesa.

A terra em Moçambique é propriedade do Estado, não se vende como esta previsto na Lei de Terras, mas com o surgimento de investimentos no agronegócio o mercado de terra é uma realidade e tem se expandido e movimentando vários atores

sociais desde as empresas e a sociedade no geral. Entretanto, há casos de venda e compra de terra, e o Estado está a par deste fenómeno, porém não tem controle da situação, sobretudo, pela fraca fiscalização e baixo nível de cobertura dos Serviços de Geografia e Cadastro - SGC.

Em decorrência do aumento deste cenário “surgimento e expansão” do mercado de terra, foi possível perceber que os conflitos de terra aumentaram na província e a comunidade tem perdido suas terras por falta de recursos para custear o processo de pedido de DUAT, *“as comunidades se queixam de serem excluídas dos processos das consultas públicas e acusam os líderes comunitários (representação local do Estado) de tomarem decisões que põem em causa os seus direitos de posse da terra”* (Jornal Ambiental “Terra Viva” 25/02/2011).

Os líderes comunitários (Órgãos Locais do Estado) são aliciados por bebidas, comida ou dinheiro pelos investidores para cederem parcela de terra em nome da comunidade. Este pronunciamento foi notável durante o seminário sobre a administração e gestão de terra. Esta constatação demonstra claramente existir inconsistência entre políticas e a implementação da Lei de Terras, provando deste modo, a existência de irregularidades sociais até administrativas (Idem).

Ao olhar-se para o Estado, como o gestor de terra, tendo em conta o crescimento do agronegócio ficou claro que existem problemas na estrutura interna e externa de quem deve gerir este recurso. Tais problemas estão ligadas às competências institucionais, relações interinstitucionais e a descentralização ao nível das comunidades locais. Chegamos a esta conclusão tendo em conta o fato da DPA não possuir informação atualizada e sistematizada sobre o setor de agrocombustíveis em Manica, porém a nível das associações agrárias são vários os depoimentos de conflitos entre camponeses e produtores de *Jatropha*.

Por um lado, o processo de divulgação desses investimentos referiu que a *Jatropha* poderia desenvolver em terras marginais, porém, em Manica este fenómeno não acontece, isto é, os campos de Cana-de-açúcar e *Jatropha* localizam-se em solos com altos potenciais agroecológicos.

Os projetos no setor do agronegócio ocupam o estrado de projectos para o desenvolvimento, por isso, foram estas apostas do Governo de Moçambique com vista

a redução da pobreza daquele país. Segundo SILVEIRA (2004) e MILANI (2005) a procura do desenvolvimento deve ser endógena, pois, ninguém pode pensar ou desenhar este processo para outrem, fundamentalmente por causa das demandas sociais e econômicas de cada população. Estes autores defendem que o desenvolvimento não significa seguir um rumo mas sim encontrar alternativas próprias de cada população onde o homem é tido como principal ator do desenvolvimento.

Nesse sentido, estes projectos não sendo de origem endógena o Estado e nem comunidades locais não tem controle dos empreendimentos, principalmente por muitos destes terem iniciado antes da aprovação da PEB no ano de 2009. De grosso modo, muitos são os problemas que estes empreendimentos causaram e vem causando em Manica, nomeadamente: a falta de contratos de trabalho; a maioria dos trabalhadores estão vinculados a trabalhos precários relembrando a exploração. Por outro lado, verifica-se relações de trabalho insanas e sem nenhuma segurança agravado a instabilidade de mercado aos camponeses produtores de matérias primas para estas empresas que de certa forma sonega as possibilidades de desenvolvimento local em Manica na medida em que a produção campesina está destinada ao mercado estrangeiro. Por outro lado, e como marco negativo dos investimentos em agrocombustíveis verifica-se a redução de terras férteis para a produção de culturas alimentares e aumento de expropriação das terras dos camponeses.

Olhando para os planos de expansão desses empreendimentos, e volume de negócio de terra, os problemas citados no parágrafo anterior poderão crescer como reflexos das transformações do agronegócio dos agrocombustíveis e seus impactos na vida das comunidades em Moçambique.

Este cenário vai aumentar não só pelas dinâmicas do setor de agroenergias mas pelo surgimento de outros tipos de agronegócio, como refere LANGA e CAMACHO (2010) na perspectiva de que Moçambique vai experimentar quase todas as dinâmicas do agronegócio vividas no Brasil, depois da produção etanol preve-se a produção eucalipto como matéria prima obtenção de papel.

Estes problemas são resultados da fraca ou inexistência de processos de governança territorial, principalmente pela fraca ou incipiente participação da comunidade local onde o que determina as relações quotidiana e o capital das grandes empresas.

Com este fenômeno, Moçambique deixa para traz a experiência revolucionária, aderindo assim ao processo de liberalização econômica centrado no alargamento do mercado. Se a produção e circulação das mercadorias, dos serviços, da moeda e da força de trabalho foram rapidamente subordinados aos mecanismos da economia de mercado, o mesmo não pode influenciar a Terra como património rural. E neste contexto que o incuprimento do disposto na Lei 19/97 de 1 de Outubro e a falta de fiscalizção do mesmo o Estado, criaria problemas de inseguranças para quem investe na agricultura o que condicionaria o mercado ilegal de Terra (LANGA, 2011).

Em Moçambique por lei já esta previsto este cenário (envolvimento de partes no processo de gestão), o que se designa de “consultas ás comunidades” dentro dos processos de gestão de terra, algo que não se verificava principalmente pelo fato da concessão de terra ser autorizada pelas instituições de poder central, hierarquicamente superiores as comunidades locais sobretudo quando a extensão da terra requerida for maior.

Segundo Gilles Cistac⁴¹ Moçambique não tem falta de legislação e nem legisladores, mas sim, de controladores ou de sistemas de controle da legislação. Por conta disto, seria necessário mudar a lógica que dá poder e legitimidade as estruturas que aprovam as concessões de terra (hierarquia alta) para as comunidades locais, pois, as comunidades estão diretamente ligada aos recursos, como é o caso da terra. Este processo aumentaria o nível de participação das comunidades locais dando lhes mais poder com vista a que conjuntamnte ela participe da autorizarição e retirada DUAT na comunidade. Este aspecto deve acontecer sempre acompanhado por um trabalho de avaliação conjunta da comunidade com vários atores sociais.

Com todos esses cenários apresentados Moçambique vive o processo de criação e formação da propriedade privada da terra, sendo que esta dinâmica tem estado a crescer significativamente. Portanto, como consequencia deste fenômeno Moçambique pode nos próximos tempos viver revoluções sociais por causa da Terra sobretudo quando os camponeses desapropriados se organizarem em Movimentos Sociais, como é o caso do Movimento Sem Terra do Brasil.

⁴¹ Docente Universitário na UEM, Faculdade de Direito, na disciplina de Direito Administrativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, A. R. **A planta desfigurada (crítica das representações da planta como máquina química e como mercadoria)**. 1995 Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALTUNA, R. R. de A. **Cultura banto e cristianismo**. Luanda: Âncora, 1974.

_____. **Cultura tradicional banto**. Luanda: CEAST, 1985.

ARAÚJO, M. G. M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo**. Lisboa: UL/Faculdade de letras. 1988.

_____, **As aldeias comunais e seu papel na distribuição territorial da população na República Popular de Moçambique**. Lisboa. [s.n.]. 1983. p364-300.

ARAÚJO, L. G.; SOUSA, K. C. I. **Pinhão manso para produção de biodiesel**. In: REVISTA ANHANGUERA, Goiás v9 n.1. p.95-119, jan./dez. 2008.

ÁVILA, V. F. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: Editora da UCDB, 2001.

AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro/RJ/Brasil Editor: Globo Edição, 2008

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. In BECKER, D.F. ; BANDEIRA, P. S. Desenvolvimento local/regional—determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 23-128, 2000. V 1.

BARBOSA, W. **ESTADO E PODER POLÍTICO EM MARX**. (s/d) in: http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_poderpolitico_marx.pdf acessado em Junho de 2012.

BARROS, A M. **Curso de Direito do trabalho**. São Paulo: LTR. 2005.

BECKER, B. K. **A crise do Estado e a região**: a estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro. V 48, n 1, p 43-66, Jan./mar. 1986.

BECKER, D. F. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. ; WITTMAN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003, p 37-66.

_____. **A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo**: Em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. **REDES**, Santa Cruz do Sul. V.6, n.3. p.7-46. set./dez 2006.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boi Tempo, 1999.

BOSCHERINI, F; POMA, F. Más allá de los distritos industriales: el nuevo concepto de territorio en el marco de la economía global. In BOSCHERINI, F. y POMA, F. (Comp.). **Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas – El rol de las instituciones en el espacio global.** Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila. 2000. p. 23-38.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) . **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, J. Estratégia do desenvolvimento. In.: CASTRO, A. M. (org.). **Fome, um tema proibido:** últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, M. J. A. **O ESTADO E O CIDADÃO: Uma importante relação para o desenvolvimento das políticas pública Teresina/PI.** Março.2010. In: http://www.sefaz.pi.gov.br/arquivos/educfiscal/relacao_estado_cidadao.pdf acessado 27 de Junho de 2012.

CUNGUARA, B; GARRETT, J. **O sector agrário em Moçambique:** análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário. Maputo.

In: Diálogo sobre a promoção de crescimento agrário em Moçambique, 21 de Julho de 2011, Maputo. [data desconhecida].

CHICHAVA, J. A **AGRICULTURA MOÇAMBICANA: caracterização, estrutura, políticas agrárias e outros aspectos relevantes.** [data desconhecida].

DALLABRIDA, V. R. **A gestão territorial através do diálogo e da participação.** In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA “Los problemas Del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografia y las ciencias sociais. Porto Alegre. UFRGS . 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/valdir.htm>>. Acessado em Novembro de 2011.

FARIA, F. ; CHICHAVA, A. **Descentralização em Moçambique.** 1999. Disponível em: < www.ecdpm.org >, acessado em janeiro de 2012.

FERRO, T. L de M.; HESPANHOL, R. A. de M. **Os coredes na perspectiva do desenvolvimento regional.** In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais. UFSM/GPET. Nov. p 3. 2009.

FILHO, I. G. M. **A reforma do poder judiciário e seus desdobramentos na justiça do trabalho.** Revista LTR, São Paulo, v 69, n. 01, p 30-45, jan. 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/344/338> Acessado em Novembro de 2011.

GREENPECE. **Protocolo de Kioto:** Campanha Energia. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo_kyoto.pdf. Acessado em janeiro de 2012.

HAQ, M. I. **A cortina da pobreza.** São Paulo: Nacional, 1978.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMELE, K. **Moçambique numa encruzilhada:** economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen: CHR Michelsen Institute, 1990.

HERNANDEZ, Leila Leite. O Pan Africanismo In: **A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea.** Selo Negro Edições. 2005, São Paulo, p. 152

ESPANHOL, A. N. **Bioenergia e cultivos alimentares: produzir para quem?** Revista Formação, n. 15 volume 2. São Paulo, 2007, p. 189-226.

HOUAISS, A. ; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Objetivo. 2001.

JOSÉ, A. C. **Neoliberalismo e crise do trabalho em Moçambique:** o caso do caju. Maputo: CODESTRIA, 200%. Disponível em: WWW.codesrtria.org/links/conferences/generalAssemmbly11papers>. Acessado em Janeiro de 2012.

LANGA, J. M. do R. C. **O campesinato frente ao crescimento do agronegócio dos agrocombustíveis em Moçambique.** In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA: Questões agrárias na panamazônica no século XXI: usos e abusos do território. Belém – Pará. UFPA/ CCBN ANAIS-CD ROOM, 2011.

LANGA, J. M. do R. C; CAMACHO, R. S. **Mudança da matriz energética e os agrocombustíveis: reflexões acerca de Moçambique e o Brasil.** In: XVII ENSUL – Encontro Sul Matogrossense de Geógrafos: Novas Idéias e Perspectivas em Geografia - Tres Lagoas, Mato Grosso do Sul. UFMS ANAIS-CD ROOM. 2010.

MACAGNO, L. **FRAGMENTOS DE UMA IMAGINAÇÃO NACIONAL.** RBCS Vol. 24 no 70 junho/2009 In: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf> acessado 8 de Junho de 2012.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital.** São Paulo: acadêmica. 1987.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política.** Livro terceiro, v. IV, Parte Terceira. Rio de Janeiro: Difel, 1987.

MATOS, Elmer A. C. **A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique.** Porto Alegre: UFTGS/PPGEA. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2011.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** In: Capital social, participação política e

desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MOÇAMBIQUE - Instituto Nacional de Estatística, **III Recenseamento da População e Habitação 1997**: Resultados Definitivos . Maputo. 2010.

_____. **Censo Agro-pecuário, Resultados Definitivos**. Maputo, INE/ MA-DESE, 2011.

NEWIT, M. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997.

_____. **Censo Agro-Pecuário, Resultados Preliminares**. Maputo, INE/MA-DESE, 2011.

_____. Instituto de Investigação Agronômica de Moçambique. **Zoneamento agrário a nível nacional**: relatório do exercício de validação de resultados de terras disponíveis para grandes investimentos a nível local. MINAG/IIAM/DNTF. 2008.

_____. Boletim da República. Resolução n º 19/97 *de Outubro*. **Lei de terras**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1997.

_____. Ministério da Agricultura. **Política Agrária**. Maputo. 2007.

_____. Ministério de Plano e Desenvolvimento/DNEAP, Third poverty assessment in Mozambique. Maputo. Ministry of Planning and development, National Directorate of Applied Studies on Policy, 2010.

_____. Ministério da Administração Estatal. Perfil do distrito de Manica Província de Manica. Maputo. MAE/DNAL. 2005. Disponível em: <WWW.govnet.gov.mz/>. Acessado em Novembro de 2011.

_____ Perfil do distrito de Sussundenga Província de Manica. Maputo. MAE/DNAL. 2005. Disponível em: <WWW.govnet.gov.mz/>. Acessado em Novembro de 2011.

_____ Perfil do distrito de Gondola Província de Manica. Maputo. MAE/DNAL. 2005. Disponível em: <WWW.govnet.gov.mz/>. Acessado em Novembro de 2011.

_____. **Constituição da República**. Maputo, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1994.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique: século XX**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.

_____. **Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)**. Lisboa: Livraria Escola, 2011.

MUCHANGA, V; LUCAS, X; FONSECA, A; GASPAR, H. **Concessões e conflitos de terra nas províncias de Manica e Tete**. Maputo. NET/DANIDA, p 11-46. 2000.

MUCHANGOS, A. **Moçambique, paisagens e regiões naturais**. p 9-14. 1999.

MYERS, G. W. **Terra em Moçambique: haverá suficiente para todos.** In Artigos seleccionados sobre questão de terras em Moçambique. Preparado para a Assembléia da República. Compilado por: Erasmo Nhachungue. University of Wisconsin-Madison e Universidade Eduardo Mondlane. Julho, p 95 . 1996.

NEGRÃO, J. **Repensando as modas de desenvolvimento rural.** Núcleo de Estudos de Terra/UEM. Maputo: p 3-14. 1997.

_____. Samora e Desenvolvimento. (2001) in http://www.iid.org.mz/Samora_e_Developolvimento.pdf acessado em Junho de 2012

_____. **Posse de terra e gestão dos recursos naturais pelas comunidades locais.** In: UICN, DNFFB e FAO. Memória da II Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: comunidades maneio dos recursos naturais. Maputo: p 27-36. 2002.

_____. **Como induzir o desenvolvimento em África?:** Refletindo sobre o Norte de Moçambique. In: O Economista, n.3:Maputo, p 39-75, 2003.

_____. **Cem anos de economia da família rural africana.** Maputo. Maputo: Promédia, 2003. (colecção Identidades).

NEWIT, M. **História de Moçambique.** Lisboa: Europa-América, 1997.

NICOLAU, Q da C. **Análise das transformações técnicas produtivas da avicultura de corte em Moçambique:** do estado estruturante ao liberalismo econômico. Jaboticabal – UNESP/FCAV. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). 2008.

NICOLAU, Q. da C.; BORGES, A. C. G. ;SOUZA, J. G. **Cadeia produtiva avícola de corte de Moçambique:** caracterização e competitividade. REVISTA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS. p180-196. 2011.

NHATUMBO, I.;SALOMÃO, A. **Biofuels, land Access and rural livelihoods in Mozambique.** London, Maputo: IIED/CTV, 2010.

Orlinda Beatriz Augusto MESSA, O. B. A; QUILAMBO, O.; SITOI,C. M. A.; (2005). **Monografia de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique (2005.** Repositório Saber - Repositório Científico de Moçambique. Acessado em 17 de Junho de 2012.

OLIVEIRA, A. U. **O campo brasileiro no final dos anos 80.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n.66, p.5-22, 1988.

OSMAN, A. M. **Desenvolvimento econômico.** Economia de mercado e as instituições: Papel do Estado. In: O Economista, n.3: Maputo, p 9-38, 2003.

POULANTZAS, N. (Org.). **A crise do Estado.** Braga/Portugal: Moraes Editores, 1979.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1980

_____. **O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau.** Crítica Marxista, n. 27, São Paulo, 2008, p. 105-127.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Niterói: 2006.

RAMOS, J. E. S. **A relação de emprego: conceito de empregador e empregado e a parassubordinação.** s/d: p 30. Disponível em: <http://www.ramosaraujo.com.br/advocacia/docs/A%20relacao%20de%20emprego%20%20conceito%20de%20empregador%20e%20empregado%20e%20%20para%20subordinacao.pdf>. Acessado em Novembro de 2011.

RAMOS, D. A. R. ; SOUZA, J.G. ; BORGES, A. C. G. . Determinantes de competitividade do subsetor metalomecânico no município de Sertãozinho-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 124-141, 2010.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

SARTRE, J. **O ser e o nada – Ensaio de ontologia fenomenológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVA, T. M. C. **Moçambique: um perfil.** s/d. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1>. Acessado em janeiro de 2012.

SILVA, M. A. M. (ORG.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular. p. 29-78. 2004.

SILVEIRA, E. S. **Condições sócio-econômicas e relação com o meio ambiente dos moradores do assentamento Nova Querência:** potencialidades de desenvolvimento local. Campo Grande. UCDB/ PDDL. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local). p 19 -25. 2004.

SOUZA ; BORGES, A. C. G. ; TEIXEIRA NETO, J.. Commoditização da economia brasileira e a exportação física de água: análise das exportações de soja. In: Waterlat 2010 - Conferência Internacional, 2010, São Paulo - SP. **Anais Waterlat 2010 A tensão entre a justiça ambiental e social: o caso da gestão da água.** São Paulo - SP : PROCAM/USP - Newcastle University, 2010. v. 1. p. 1-1.

SOUZA, J.G. **A Geografia Agrária e seus elementos de crítica sobre os avanços do capital monopolista no campo brasileiro.** In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/ IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - Jornada Orlando Valverde -, 2007, Londrina. Londrina - PR : Universidade Estadual de Londrina, 2007. v. 1. p. CDROOM.

_____. Determinantes do Processo Histórico do Trabalho Rural no Brasil. **Anais do Seminário de Lançamento da CANPATR 2001 na Região Centro-Oeste.** Campo Grande, 2001

_____. *Commodities e Água:* fundamentos ambientais da questão agrária. **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG).** AGB-UFMG: Belo Horizonte. 2012. (prelo)

_____. Limites do Território. **Agrária (São Paulo)**, n.º. 10/11, 2009, pp. 99-130. Disponível em

http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/10&11/5LSouza_JG.pdf

> .2009.

STIGLITZ, J. **Globalização: a grande desilusão**. Lisboa: Terramar, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. FFLCH/USP, São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), 1996.

UEM, Departamento de História. **História de Moçambique Volume 1: Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores**. Cadernos TEMPO. Maputo. 1982.

_____. 1983. **História de Moçambique Volume 2: Agressão Imperialista (1886-1930)**. Cadernos TEMPO. Maputo. 1983.

UNICA (2006). União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. Disponível em:<
<http://www.portalunica.com.br/portalunica>>. Acesso em setembro de 2009.

VALÁ, S. C. A riqueza está no campo: economia rural, financiamento aos empreendedores e fortalecimento institucional em Moçambique. IESE. In Desafios para a investigação social e econômica em Moçambique: 19 de Setembro de 2007.

VOLPATO, R. de C. **Etanol**: a hora do Brasil. Cuiabá. Universidade Federal de Mato Grosso. 2007.

ANEXOS

1. Política e Estratégia de Biocombustíveis em Moçambique

Quinta-feira, 21 de Maio de 2009

I SÉRIE — Número 20



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 22/2009:

Aprova a Política e Estratégia de Biocombustíveis.

Resolução n.º 25/2009:

Ratifica o Acordo celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Exim Bank, no dia 23 de Fevereiro de 2009, no montante de RMB 378.0 milhões, o equivalente a USD 50.0 milhões, destinado ao financiamento do projecto de reabilitação e aplicação do Aeroporto Internacional de Maputo.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 22/2009

de 21 de Maio

Tornando-se necessário definir a Política e Estratégia do país para a área dos biocombustíveis, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único: É aprovada a Política e Estratégia de Biocombustíveis, em anexo à presente Resolução e da qual faz parte integrante.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Março de 2009.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúcia Dias Diogo*.

Política e Estratégia de Biocombustíveis

1. Introdução

A Política e Estratégia de Biocombustíveis é o resultado do empenho do Governo de Moçambique, em resposta ao desafio da criação de uma plataforma adequada para promoção dos biocombustíveis. Tem como alicerce o Estudo de Base que consistiu na colecta de informações sobre as potencialidades para produção de biocombustíveis, seus benefícios e impactos, bem como o estabelecimento de um quadro regulamentar para o desenvolvimento das linhas de orientação e directrizes para investimentos pelos sectores privado e público.

Duas considerações fundamentais motivaram o Governo a embarcar na elaboração deste documento, a destacar: (1) A promoção e aproveitamento dos recursos agro-energéticos para a segurança energética e desenvolvimento socio-económico sustentável, contribuindo ao mesmo tempo para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa que agravam o fenómeno do aquecimento global, através da selecção e adopção de tecnologias e metodologias de produção na agricultura e na indústria mais adequadas; e (2) A necessidade de fazer face à instabilidade, imprevisibilidade e volatilidade dos preços dos combustíveis no mercado internacional, bem como reduzir a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis importados e o peso da factura das importações sobre a economia nacional.

O Governo realizou uma avaliação das potencialidades do país em termos de terras, água, clima, bem como a sua localização geo-estratégica na região da SADC para a produção de biocombustíveis, em resposta à Agenda Nacional de Luta Contra a Pobreza e para reduzir a pressão do mercado internacional de combustíveis, criando condições para que a produção de biocombustíveis proporcione não só uma oportunidade de acrescentar valor aos produtos agrícolas nacionais, mas também assegurando que em volta dos projectos específicos se criem capacidades que induzam um desenvolvimento agro-industrial integrado e abrangente, que vá para além da mera produção de biocombustíveis.

A Política e Estratégia de Biocombustíveis mostra o amplo apoio do Governo de Moçambique no desenvolvimento de biocombustíveis e descreve a sua visão sobre a matéria, delineando medidas apropriadas com vista a garantir uma contribuição cada vez maior destes produtos para o sector energético.

A opção de Moçambique pela promoção da produção e uso dos biocombustíveis não só visa dar resposta aos condicionais impostos pelas vicissitudes do mercado internacional do petróleo, mas também a realização dos benefícios seguintes:

- a) A substituição gradual dos combustíveis fósseis, sem nenhuma ou com uma adaptação tecnológica mínima do equipamento, com impactos positivos na Balança de Pagamentos e na redução da dependência externa do país;
- b) A geração de emprego e auto-emprego na agricultura e no processamento agro-industrial, particularmente, nas zonas rurais, gerando ocupação para a abundante, disciplinada e treinável mão-de-obra moçambicana;
- c) A possibilidade de produção de biocombustíveis seguindo um modelo de desenvolvimento agrícola apropriado à prevenção da predominância excessiva de monoculturas e que assegure, ao mesmo tempo, a produção de outras culturas, incluindo as alimentares.

em prossecução do objectivo de maior segurança alimentar e nutricional no país, dando à população rural uma oportunidade de gerar renda e combater a pobreza;

- d) Melhor uso das infra-estruturas existentes, incluindo os portos de águas profundas, caminhos-de-ferro, estradas, oleodutos e gasodutos, bem como a construção de novas infra-estruturas de armazenagem e transporte que esteja em curso ou programada;
- e) Melhor aproveitamento da água e recursos climáticos favoráveis para produzir biocombustíveis em grande escala para consumo interno e exportação;
- f) Melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo mercado regional da SADC, com mais de 250 milhões de consumidores e em rápida expansão em consequência da implementação da zona de comércio livre desde Janeiro de 2008;
- g) Tirar vantagens do cometimento firme ao nível mais alto da liderança política nacional, na pessoa de SEXA, o Presidente da República, que dirigiu pessoalmente a campanha para o cultivo da *Jatropha curcas* no país, uma das principais matérias-primas para a produção de biodiesel;
- h) Proporcionar aos camponeses a oportunidade de transformarem os seus produtos agrícolas em biocombustíveis para responder às suas necessidades energéticas e para a exportação de produtos com valor acrescentado, ao invés de serem meros produtores de matérias-primas;
- i) O fortalecimento de centros de excelência e outras iniciativas e sistemas direccionados para a promoção e apoio a actividades de pesquisa e desenvolvimento que permitam uma maior adaptação e evolução da própria tecnologia para a obtenção de maiores benefícios económicos e sociais para as comunidades.

Este instrumento centra-se na promoção do etanol e do biodiesel produzidos a partir de matérias-primas agrícolas adequadas aos ambientes agroclimáticos variados do país para a produção de combustíveis líquidos a serem usados principalmente nos transportes, assim como para outros fins energéticos. Embora a biomassa e outros combustíveis à base de dejectos municipais e agrícolas também possam ser considerados "biocombustíveis", estes não são tratados nesta Política e Estratégia, sendo objecto do estudo ao nível da Política de Desenvolvimento de Energias Renováveis. A abordagem de Moçambique no desenvolvimento dos biocombustíveis baseia-se nas seguintes considerações de carácter geral:

- a) Os biocombustíveis como uma actividade essencialmente do sector privado, podendo ser desenvolvidas parcerias público-privadas;
- b) Encorajamento de cooperação interna através do fortalecimento das ligações interinstitucionais existentes;
- c) Reforço da cooperação com parceiros de desenvolvimento, incluindo nas suas vertentes Sul-Sul e Norte-Sul;
- d) Reforço da aplicação dos mecanismos e instrumentos do Protocolo de Quioto para estimular o rápido desenvolvimento da produção e uso dos biocombustíveis, contribuindo para uma redução efectiva dos níveis de emissão de Gases de Efeito Estufa.

Os principais desafios que esta indústria enfrenta consistem na atribuição e uso correcto da terra sem conflitos com as comunidades, equilíbrio entre a produção dos biocombustíveis e a alimentar, a utilização racional da água e a gestão dos impactos ambientais inerentes.

Assim, vêm sendo desenvolvidas acções concretas com vista à implementação de um programa sólido de produção e uso de biocombustíveis em Moçambique, com destaque para:

- a) A realização do Estudo de Base, em 2007, dedicado à avaliação da viabilidade técnica, socio-económica e ambiental dos biocombustíveis em Moçambique, incluindo a selecção das culturas a serem usadas como matérias-primas para o efeito, tendo sido recomendadas a cana-de-açúcar e mapira doce para a produção do etanol e a *Jatropha curcas* e o coco para a produção do biodiesel. O estudo incluiu a elaboração de estimativas de custos internos de produção, com a finalidade de compará-los ao custo dos combustíveis importados no país, bem como aos preços dos biocombustíveis nos possíveis mercados externos mais importantes;
- b) A elaboração da presente proposta de Política e Estratégia dos Biocombustíveis em Moçambique;
- c) O zoneamento agrícola que permitiu a identificação de áreas disponíveis em todo o país, a serem usadas para os vários projectos de uso e aproveitamento de terra, incluindo a produção dos biocombustíveis;
- d) A realização de Seminários de apresentação dos resultados dos estudos em Julho de 2007, Julho de 2008, Novembro de 2008 e de encontros técnicos envolvendo quadros dos vários sectores (ME, MINAG, MIC, MICOA, MTC, MOPH, MPD, MF e DIPREME) em Janeiro e Fevereiro de 2009.

Esta Política e Estratégia assenta em seis princípios orientadores da sua formulação, nomeadamente: a inclusão, a transparência, a protecção ambiental e social, o gradualismo, a sustentabilidade fiscal e a inovação.

2. Objectivos

A presente Política e Estratégia dos Biocombustíveis define as linhas de orientação política e medidas de maior relevância para a área de biocombustíveis, identificando os mecanismos para a sua implementação de forma consistente, de modo a responder às prioridades do Governo no Combate à Pobreza e na promoção da segurança energética, tendo como objectivos principais:

- Estimular a produção sustentável de biocombustíveis com base em recursos energéticos locais para complementar os combustíveis importados;
- Reduzir a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis importados, bem como o peso da factura das importações sobre a economia nacional;
- Diversificar a matriz energética;
- Promover o desenvolvimento rural através de investimentos em biocombustíveis e do apoio aos produtores de pequena escala;
- Estimular os rendimentos rurais através da expansão das áreas cultivadas, assim como do aumento da produtividade;
- Promover o desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente;
- Aumentar as exportações, contribuindo para melhoria da Balança de Pagamentos;
- Participar na cooperação internacional através da exploração dos mercados disponíveis, em particular na região da SADC, com vista a promover uma maior integração;
- Incentivar o envolvimento de instituições de ensino e pesquisa bem como da comunidade científica nacional em trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, promovendo o desenvolvimento de capacidades técnicas;
- Promover a segurança alimentar e nutricional;

- Estimular e encorajar o desenvolvimento de tecnologias de iniciativas das comunidades locais;
- Reduzir os custos dos combustíveis para o consumidor final, sem criar outros impactos financeiros a título de subsídios;
- Proteger a economia e os consumidores contra a instabilidade e imprevisibilidade dos preços dos combustíveis e contra a insegurança energética.

3. Quadro Político e Estratégico dos Biocombustíveis

3.1. Visão

Contribuir para a segurança energética e desenvolvimento socio-económico sustentável.

3.2. Missão

Exploração dos recursos agro-energéticos por forma a estimular a diversificação da matriz energética, contribuindo para o bem-estar da população e o desenvolvimento socio-económico, em particular das zonas rurais.

3.3. Princípios

A Política e Estratégia de Biocombustíveis reflecte a adesão a seis princípios orientadores da sua formulação, a saber:

3.3.1. Inclusão – A abordagem da presente política de desenvolvimento assenta na criação de oportunidades tanto para os investidores privados quanto para as comunidades e, igualmente, para os grandes e os pequenos produtores;

3.3.2. Transparência – A implementação da Estratégia deve garantir que o mecanismo de estabelecimento dos preços dos combustíveis seja feito da forma mais transparente possível e que a gestão geral do Programa Nacional de Biocombustíveis permita a participação de todas as partes interessadas;

3.3.3. Protecção Ambiental e Social – A execução da Estratégia deve ser baseada em modelos que acentuem os benefícios ambientais e sociais da produção e utilização dos biocombustíveis e que, ao mesmo tempo, previna ou mitigue qualquer impacto negativo;

3.3.4. Gradualismo – A Estratégia deve envolver uma abordagem de carácter incremental e flexível para a adopção dos biocombustíveis, permitindo, deste modo, que todas as partes interessadas desenvolvam a sua capacidade institucional com o decorrer do processo;

3.3.5. Sustentabilidade Fiscal – A adopção de incentivos fiscais à produção e uso dos biocombustíveis deve ser a mais limitada possível e a sua duração a mais curta possível, pois, a longo prazo, o sector deve gerar contribuições positivas em termos fiscais e macroeconómicos e deve ser economicamente sustentável a longo prazo sem, no entanto, perder de vista a natureza estratégica dos biocombustíveis, em termos de redução da dependência do país em relação aos combustíveis fósseis importados;

3.3.6. Inovação – A plataforma desta Política assenta na promoção da pesquisa em iniciativas inovadoras que favoreçam o estabelecimento de pequenas e médias empresas (PMEs), atraindo investimentos em tecnologias apropriadas para a produção e o consumo de biocombustíveis no país.

3.4. Pilares Políticos e Estratégicos

3.4.1. Pilares Políticos

Os Pilares Políticos compreendem as seguintes medidas principais:

- Estabelecimento a curto prazo de um mercado nacional de biocombustíveis;

- Fortalecimento da coordenação interinstitucional dentro do país, com vista a assegurar um desenvolvimento integrado e abrangente;

- Promoção da cooperação e das oportunidades comerciais para os biocombustíveis nos mercados regionais e internacionais;

- Promoção do cultivo de matérias-primas para produção de biocombustíveis de acordo com o zoneamento agrícola, evitando o uso de culturas alimentares de base, seguindo modelos agrícolas que previnam o desenvolvimento excessivo de monoculturas e favoreça a preservação e desenvolvimento da biodiversidade;

- Adopção e aplicação de legislação que determine a percentagem de mistura de biocombustível, a ser incorporada na gasolina e no diesel, com um período de implementação gradual para viabilizar o crescimento da produção;

- Promoção do desenvolvimento local e à criação de empregos nas áreas rurais através da instalação de fábricas para a obtenção do produto acabado, evitando a transformação dos camponeses em meros produtores de matérias-primas;

- Participação na promoção da importação, montagem e distribuição de viaturas equipadas com motores flexível para utilização simultânea de combustíveis fósseis e biocombustíveis;

- Fortalecimento da capacidade institucional e técnica das agências envolvidas no Programa Nacional de Desenvolvimento de Biocombustíveis (PNDB) para a implementação de novos processos administrativos e tecnologias que favoreçam também o crescimento da própria tecnologia para uma maior eficiência na produção de biocombustíveis no país;

- Intensificação dos esforços para o aproveitamento das oportunidades de iniciativas no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para projectos de biocombustíveis.

3.4.2. Pilares Estratégicos

Os Pilares Estratégicos reflectem os princípios fundamentais que servem de base para a Estratégia, com destaque para factores como: procura, oferta, mecanismo de fixação de preços, gestão de impactos negativos e quadro institucional, bem como medidas complementares que garantam a formação de capital social para apoiar o desenvolvimento do sector a longo prazo. Cada um destes pilares envolve um ou mais componentes da Política e Estratégia de Biocombustíveis, nomeadamente: mercado nacional para biocombustíveis, abordagem em fases, acordos de preços baseados nos níveis do mercado internacional, cooperação regional sobre biocombustíveis, exportação de biocombustíveis, tratamento fiscal, normas para a produção sustentável de biocombustíveis, limites de aprovação de terras, selecção e certificação.

3.4.2.1. Procura – Há duas fontes de procura de biocombustíveis em Moçambique. A primeira, que é o mercado nacional, é o ponto central da Política e Estratégia de Biocombustíveis. O mecanismo de compra para o mercado nacional constitui instrumento principal da materialização da procura, uma vez que o mercado nacional continuará sob o controlo do Governo de Moçambique. A segunda, que é o mercado internacional, já está bem estabelecida e está a influenciar o desenvolvimento dos projectos no país. A verdadeira dimensão do mercado internacional é impulsionada por vários factores e, principalmente, pelos preços dos produtos do petróleo, das matérias-primas e dos biocombustíveis e evoluirá, possivelmente, de forma inesperada no futuro.

3.4.2.2. Oferta – A cadeia de valor da produção de biocombustíveis inclui: 1) a produção agrícola, baseada na terra, nas condições climáticas apropriadas e nos recursos

hídricos, assim como na mão-de-obra e nos insumos agrícolas; ii) a capacidade de processamento, sob a forma de instalação de equipamentos para a colheita, o processamento e a refinação dos biocombustíveis; iii) a capacidade logística, a qual requer equipamentos para o transporte dos biocombustíveis, e a infraestrutura necessária, como as rodovias, ferrovias, portos e outros;

3.4.2.3. Mecanismo de Fixação de Preços – A forma pela qual os preços dos mercados internacionais irão repercutir-se nos preços dos biocombustíveis no mercado nacional, dependerá do mecanismo a ser utilizado;

3.4.2.4. Gestão dos Impactos Negativos – Estabelecimento de um quadro regulamentar sob a supervisão de um organismo regulador que garanta que o sector de biocombustíveis assuma a gestão das externalidades danosas nos três estágios do processo de desenvolvimento;

3.4.2.5. Quadro Institucional – Criação de um Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB) destinado a prestar apoio financeiro às actividades e aos projectos que promoverão o sector. A criação de um órgão interministerial designado por Comissão Nacional dos Biocombustíveis (CNB), encarregue de supervisionar a implementação da Estratégia;

3.4.2.6. Formação do Capital Social – O crescimento do sector dos biocombustíveis dependerá da capacitação dos moçambicanos para assegurar a cadeia de produção dos mesmos.

3.5. Componentes

A Política e Estratégia de Biocombustíveis baseia-se no reconhecimento da existência de uma procura considerável e crescente de biocombustíveis, tendo como ponto de partida o mercado nacional e incluindo os vários mercados internacionais.

3.5.1. Mercado Nacional para Biocombustíveis

As Normas dos Combustíveis Renováveis (NCR) serão estabelecidas conjuntamente com um Programa de Compra de Biocombustíveis (PCB), que actuará no âmbito do mecanismo de Aquisição de Combustíveis em vigor, com vista a realizar licitações de compra de etanol e de biodiesel para mistura nos mesmos locais onde os combustíveis importados são entregues aos distribuidores, criando, deste modo, uma procura interna de biocombustíveis estável e enconjando investimentos no sector.

3.5.2. Abordagem em Fases

A implementação da Política e Estratégia de Biocombustíveis deve envolver várias fases a fim de preservar a flexibilidade e permitir ajustes no cronograma que estipula aumentos das percentagens para as misturas segundo as condições prevalentes, de modo a criar uma base adequada de possíveis consumidores antes de prosseguir com a implementação da fase de expansão da Estratégia.

3.5.3. Acordos de Preço Baseados nos Níveis do Mercado Internacional

O estabelecimento dos preços dos biocombustíveis para o uso no mercado nacional reflectirá os custos de oportunidade (preços do mercado internacional) encontrados pelos produtores, evitando, assim, quaisquer distorções que limitariam o mercado nacional. Isto é essencial, visto que preços internos mantidos artificialmente baixos poderiam criar um incentivo para que os produtores exportem ao invés de servirem o mercado interno. Qualquer tipo de acordo que impeça os produtores de exportarem

uma porção da sua produção seria pouco desejável, já que isto seria um desincentivo ao investimento na capacidade de produção necessária para a produção de biocombustíveis. Contudo, deverão ser acautelados os casos em que por razões de ordem estratégica em defesa do interesse nacional se imponha a adopção de incentivos que estimulem a priorização do mercado nacional na comercialização dos biocombustíveis.

3.5.4. Cooperação Regional Sobre os Biocombustíveis

Dado o facto de Moçambique servir como um ponto de trânsito para os combustíveis consumidos em países vizinhos com os quais tem acordos comerciais vigentes, o Governo deve coordenar a sua política de biocombustíveis com as acções dos outros países no âmbito da SADC.

3.5.5. Exportação de Biocombustíveis

Moçambique deve tornar-se um exportador de biodiesel e não de óleos vegetais crus, para que os produtores locais possam alcançar economias de escala e se dê aos produtores locais a oportunidade de acrescentar valor aos seus produtos.

Dada a natureza da produção de etanol, as exportações de etanol não envolveriam um produto intermediário. Presumindo-se que o investimento na produção aconteça suficientemente rápido, a produção de Moçambique poderá rapidamente exceder a procura interna, permitindo o incremento das exportações.

3.5.6. Tratamento Fiscal

A Taxa sobre os Combustíveis (TSC) em vigor é uma fonte importante e deveria ser consideravelmente inferior ao nível actual (entre 20% e 40%), mas não nulo, dado que certo nível de receitas é necessário para apoiar o desenvolvimento do sector. Embora, no futuro, a taxa da componente do biocombustível possa ser gradativamente eliminada, por motivos de simplificação administrativa, não deve ser descurada a necessidade de assegurar a viabilidade da produção e uso dos biocombustíveis no país.

3.5.7. Normas para a Produção Sustentável de Biocombustíveis

A base da norma nacional que será desenvolvida sob a égide do INNOQ e empregue no processo de certificação para os participantes das licitações do Programa de Compras de Biocombustíveis (PCB) é parte desta Política e Estratégia.

Nestes termos, alguns parâmetros específicos constarão na ferramenta de selecção e nas normas nacionais para escolha de algumas culturas para produção de matérias-primas para biocombustíveis, de acordo com a recomendação do Estudo de Base.

3.5.8. Limites de Aprovação de Terras

O Governo designará regiões agroecológicas para a produção de biocombustíveis, com base no zoneamento agrícola. Estas serão as únicas áreas onde o cultivo comercial para os biocombustíveis será permitido.

3.5.9. Selecção

Os critérios de sustentabilidade serão usados para classificar as propostas de projectos e permitir a selecção daquelas que tenham incorporado disposições de melhores práticas de modo a evitar riscos inaceitáveis em termos de segurança alimentar, perda ou degradação do habitat, da biodiversidade e outros danos ambientais.

3.5.10. Certificação

Para participar nas licitações do Programa de Compra de Biocombustíveis (PCB) os operadores terão que obter a certificação que atesta as suas instalações e operações de modo que se confirme que estas seguem a norma nacional dos biocombustíveis.

- iv. A criação de, aproximadamente, 150 000 postos de emprego, incluindo auto-emprego, dois terços dos quais seriam no cultivo de matérias-primas para biodiesel e o restante na produção de etanol;
- v. Melhorias a longo prazo na Balança Comercial, resultantes das exportações de etanol e do biodiesel, que poderão atingir cerca de 11 700 milhões de meticais, equivalente a cerca de 450 milhões de dólares americanos, com base em estimativas conservadoras para a produção de matérias-primas, valor equivalente a cerca de 20% das exportações totais do País em 2008;
- vi. O aumento do tráfego e do volume de receitas nos principais portos, bem como um aumento do volume de negócios para as empresas de transporte.

5. Implementação

A implementação da Política e Estratégia envolve diversas instituições e actores da sociedade civil na preparação e execução da mesma e apresenta um Plano de Acção que identifica as actividades específicas para cada instituição e o respectivo Orçamento.

5.1. Instrumentos para Implementação

Criação de legislação específica sobre os biocombustíveis em conformidade com os regulamentos internos e os acordos internacionais que, no conjunto, constituirão o quadro regulamentar para os biocombustíveis em Moçambique, com destaque para:

- a. Legislação sobre as energias renováveis:
 - i. Legislação que regule as percentagens de mistura de etanol e de biodiesel para os transportes em Moçambique;
 - ii. Legislação sobre os biocombustíveis, indicando claramente:
 - ii. Período de implementação gradual da mistura compulsiva dos biocombustíveis que permita um aumento gradual da quantidade de biocombustíveis a ser misturada à gasolina e ao diesel fósseis;
 - ii. Quadro regulador para o Programa de Compra de Biocombustíveis (PCB), que inclui os dispositivos de criação deste Programa no âmbito do mecanismo de importação de combustíveis líquidos em vigor;
 - ii. Normas que incorporem os biocombustíveis na estrutura de preços dos combustíveis que é publicada regularmente pelo Governo;
 - ii. Criação de fundos provenientes da receita equivalente às receitas procedentes da Taxa Sobre os Combustíveis (TSC) aplicada aos biocombustíveis e combustíveis mistos, os quais serão utilizados para criação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB) que apoiará o desenvolvimento do sector em Moçambique;
 - ii. Constituição da Comissão Nacional dos Biocombustíveis para coordenar a implementação geral da Estratégia e as acções individuais em relação a aspectos específicos da mesma;
 - ii. Regulamento sobre tarifas de electricidade gerada com base nos resíduos de biomassa em instalações processadoras de biocombustíveis, particularmente, naquelas que produzem etanol a partir da cana-de-açúcar, a chamada co-geração de electricidade;
 - ii. Directrizes sobre as autorizações dos DUATs para projectos de biocombustíveis;

8. Regulamento sobre os critérios para produção ecológica e socialmente sustentável de biocombustíveis no país.

b. Definição de Normas Nacionais nas Áreas de:

- i. Qualidade dos biocombustíveis;
- ii. Certificação da produção dos biocombustíveis.

c. Acordos de Coordenação Regional:

- i. Estabelecimento de normas comuns para os biocombustíveis, com vista a harmonizar as proporções de mistura a ser utilizada na região;
- ii. Estabelecimento de uma abordagem comum para os critérios de sustentabilidade;
- iii. Necessidade de coordenação no desenvolvimento de uma estrutura exclusiva para os biocombustíveis ao nível da região.
- d) Estabelecimento da Agenda Nacional de Pesquisa e Inovação nesta área.

5.2. Papel dos Intervenientes na Estratégia de Biocombustíveis

Durante a fase de implementação, as partes interessadas, nomeadamente Governo, Sociedade Civil, Produtos de Pequena Escala, instituições do ensino público e privado, bem como, os parceiros de cooperação internacional desempenharão papéis complementares, conforme descrito abaixo:

5.2.1. Governo

- a) Garantir a formulação de políticas adequadas e coordenadas;
- b) Promover o desenvolvimento da indústria de biocombustíveis em Moçambique;
- c) Cumprir com as suas responsabilidades prescritas no âmbito do novo quadro legal e regulamentar estabelecido pela Estratégia;
- d) Colectar, processar e disseminar informações sobre o sector para todas as partes interessadas;
- e) Orientar o desenvolvimento de critérios de sustentabilidade e das normas nacionais e participar em exercício idêntico a nível internacional;
- f) Alocar recursos financeiros a partir das receitas da TSC sobre os biocombustíveis e encaminhá-las ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB);
- g) Identificar debilidades e limitações institucionais e procurar os recursos necessários e apoio técnico para as superar;
- h) Apoiar as comunidades rurais a desenvolver os seus próprios projectos em coordenação com investidores, de modo a promover o interesse das comunidades;
- i) Garantir uma comunicação clara e transparente com as outras partes interessadas em assuntos de interesse geral e estimular o diálogo público e o conhecimento sobre assuntos relevantes;
- j) Estabelecer a Agenda Nacional de Pesquisa na área dos biocombustíveis.

5.2.2. Sociedade Civil

- a) Participar na formulação de políticas públicas, assim como no monitoramento e avaliação da sua implementação;
- b) Apoiar as comunidades na preparação e desenvolvimento de projectos de biocombustíveis, bem assim em negociações com os promotores de projectos;

21 DE MAIO DE 2009

102 - (19)

- c) Conduzir investigações e análises sobre as matérias-primas para os biocombustíveis, avaliar o potencial dos projectos de biocombustíveis e contribuir para formação e capacitação a nível local, a fim de criar condições para que os biocombustíveis contribuam para a dinamização da economia local, em especial nas zonas rurais;
- d) Participar no desenvolvimento de critérios de sustentabilidade e fornecer informações sobre as melhores práticas.

5.2.3. Produtores de Pequena Escala (incluindo camponeses)

- a) Produzir matérias-primas ou biocombustíveis em áreas a ser definidas tendo atenção ao zoneamento agrícola para fornecer aos produtores comerciais ou produtores e Distribuidores de Produtos Petrolíferos;
- b) Adequar os métodos de produção de acordo com os padrões exigidos no mercado como forma de assegurar a qualidade, com apoio dos produtores comerciais;
- c) Desenvolver capacidade de resposta a outros desafios associados ao desenvolvimento dos biocombustíveis;
- d) Estabelecer um mecanismo de monitoria e avaliação da sua inclusão no processo.

5.2.4. Sector Privado (incluindo Empresas Públicas)

Cumprir com todos os requisitos regulamentares e aderir aos critérios definidos para produção sustentável de biocombustíveis no país.

5.2.5. Instituições de Ensino e de Pesquisa

- a) Contribuir para a formação de um contingente de trabalhadores qualificados que tornam possível o desenvolvimento do sector de biocombustíveis a médio e longo prazos;
- b) Apoiar o desenvolvimento de capacidade técnica que será essencial à evolução da produção em Moçambique, desde a produção de biocombustíveis baseada em processos convencionais à produção de biocombustíveis da segunda geração, assim como o lançamento de novas variedades de matérias-primas para biocombustíveis e outros avanços técnicos e tecnológicos;
- c) Investigar novas matérias-primas, incluindo as variedades indígenas para ampliar o potencial de fontes de produção de biocombustíveis no país;

5.2.6. Parceiros de Cooperação Internacional

Cooperar em assuntos financeiros e técnico-administrativos, servindo como elo de ligação na divulgação e intercâmbio de informação sobre os biocombustíveis, sempre e onde for necessário.

5.3. Plano de Acção

O Plano de Acção apresentado identifica as acções chave necessárias para o desenvolvimento de biocombustíveis em Moçambique, sendo de destacar:

- a) Procura dos biocombustíveis:
 - i. Estabelecer mecanismos apropriados para assegurar o desenvolvimento da indústria dos biocombustíveis no País;
 - ii. Preparar legislação alterando as modalidades da cobrança da TSC;
 - iii. Preparar legislação sobre a co-geração de electricidade;

- iv. Preparar os critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis;

- v. Contribuir para o estabelecimento de um acordo regional entre os países da SADC;

b. Oferta dos biocombustíveis:

- i. Estabelecer programas de cooperação técnica com parceiros;
- ii. Adoptar mecanismos que assegurem a disponibilidade de biocombustíveis, de acordo com o previsto no plano de introdução gradual.

c. Mecanismo de Fixação de Preços:

- i. Desenvolver um manual operacional para as licitações do Programa de Compras dos Biocombustíveis (PCB);
- ii. Desenvolver um método para a fixação de preços de referência para o PCB.

d. Gestão dos Impactos Ambientais/Sociais

- i. Desenvolver critérios de sustentabilidade.

e. Quadro Institucional:

- i. Criar a Comissão Nacional dos Biocombustíveis;
- ii. Estabelecer o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB);
- iii. Estabelecer o Programa de Compras de Biocombustíveis (PCB);
- iv. Preparar critérios de credenciamento para entidades prestadoras de serviço de certificação.

f. Formação de Capital Social:

- i. Apoiar o estabelecimento de entidades prestadoras de serviço de certificação;
- ii. Desenvolver normas de qualidade dos biocombustíveis;
- iii. Desenvolver especificações para importação de veículos flexfuel;

O presente Plano de Acção é um instrumento dinâmico susceptível a qualquer actualização num período de 5 anos.

5.4. Prioridades do Programa Nacional de Desenvolvimento de Biocombustíveis (PNDB)

O PNDB sediado na entidade que superintende o sector de energia, ficará encarregue de alocar recursos, monitorar e avaliar os gastos de apoio ao desenvolvimento da capacidade de produção de biocombustíveis em Moçambique. Considera-se pertinente a adopção de algumas prioridades específicas, tendo em vista os desafios para o desenvolvimento dos biocombustíveis, sendo de destacar:

- Programa de introdução de veículos flexfuel;
- Programa de introdução de fogões a gel (gelfuel);
- Projectos de produção de biocombustíveis em pequena escala;
- Fundo para programas educacionais e formação;
- Fundo para projectos de melhoria da infra-estrutura local;
- Laboratórios para a qualidade e a certificação dos biocombustíveis;
- Investigação e desenvolvimento sobre novos cultivos e tecnologias, incluindo a pesquisa de variedades indígenas para ampliar a oferta de matérias-primas;

- iv. A criação de, aproximadamente, 150 000 postos de emprego, incluindo auto-emprego, dois terços dos quais seriam no cultivo de matérias-primas para biodiesel e o restante na produção de etanol;
- v. Melhorias a longo prazo na Balança Comercial, resultantes das exportações de etanol e do biodiesel, que poderão atingir cerca de 11 700 milhões de meticais, equivalente a cerca de 450 milhões de dólares americanos, com base em estimativas conservadoras para a produção de matérias-primas, valor equivalente a cerca de 20% das exportações totais do País em 2008;
- vi. O aumento do tráfego e do volume de receitas nos principais portos, bem como um aumento do volume de negócios para as empresas de transporte.

5. Implementação

A implementação da Política e Estratégia envolve diversas instituições e actores da sociedade civil na preparação e execução da mesma e apresenta um Plano de Acção que identifica as actividades específicas para cada instituição e o respectivo Orçamento.

5.1. Instrumentos para implementação

Criação de legislação específica sobre os biocombustíveis em conformidade com os regulamentos internos e os acordos internacionais que, no conjunto, constituirão o quadro regulamentar para os biocombustíveis em Moçambique, com destaque para:

- a. Legislação sobre as energias renováveis:
 - i. Legislação que regule as percentagens de mistura de etanol e de biodiesel para os transportes em Moçambique;
 - ii. Legislação sobre os biocombustíveis, indicando claramente:
 - i. Período de implementação gradual da mistura compulsiva dos biocombustíveis que permita um aumento gradual da quantidade de biocombustíveis a ser misturada à gasolina e ao diesel fósseis;
 - ii. Quadro regulador para o Programa de Compra de Biocombustíveis (PCB), que inclui os dispositivos de criação deste Programa no âmbito do mecanismo de importação de combustíveis líquidos em vigor;
 - iii. Normas que incorporem os biocombustíveis na estrutura de preços dos combustíveis que é publicada regularmente pelo Governo;
 - iv. Criação de fundos provenientes da receita equivalente às receitas procedentes da Taxa Sobre os Combustíveis (TSC) aplicada aos biocombustíveis e combustíveis mistos, os quais serão utilizados para criação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB) que apoiará o desenvolvimento do sector em Moçambique;
 - v. Constituição da Comissão Nacional dos Biocombustíveis para coordenar a implementação geral da Estratégia e as acções individuais em relação a aspectos específicos da mesma;
 - vi. Regulamento sobre tarifas de electricidade gerada com base nos resíduos de biomassa em instalações processadoras de biocombustíveis, particularmente, naquelas que produzem etanol a partir da cana-de-açúcar, a chamada co-geração de electricidade;
 - vii. Directrizes sobre as autorizações dos DUATs para projectos de biocombustíveis;

8. Regulamento sobre os critérios para produção ecológica e socialmente sustentável de biocombustíveis no país;

b. Definição de Normas Nacionais nas Áreas de:

- i. Qualidade dos biocombustíveis;
- ii. Certificação da produção dos biocombustíveis.

c. Acordos de Coordenação Regional:

- i. Estabelecimento de normas comuns para os biocombustíveis, com vista a harmonizar as proporções de mistura a ser utilizada na região;
- ii. Estabelecimento de uma abordagem comum para os critérios de sustentabilidade;
- iii. Necessidade de coordenação no desenvolvimento de uma estrutura exclusiva para os biocombustíveis ao nível da região.

d) Estabelecimento da Agenda Nacional de Pesquisa e Inovação nesta área.

5.2. Papel dos Intervinentes na Estratégia de Biocombustíveis

Durante a fase de implementação, as partes interessadas, nomeadamente Governo, Sociedade Civil, Produtos de Pequena Escala, Instituições do ensino público e privado, bem como, os parceiros de cooperação internacional desempenharão papéis complementares, conforme descrito abaixo:

5.2.1. Governo

- a) Garantir a formulação de políticas adequadas e coordenadas;
- b) Promover o desenvolvimento da indústria de biocombustíveis em Moçambique;
- c) Cumprir com as suas responsabilidades prescritas no âmbito do novo quadro legal e regulamentar estabelecido pela Estratégia;
- d) Colectar, processar e disseminar informações sobre o sector para todas as partes interessadas;
- e) Orientar o desenvolvimento de critérios de sustentabilidade e das normas nacionais e participar em exercício idêntico a nível internacional;
- f) Alocar recursos financeiros a partir das receitas da TSC sobre os biocombustíveis e encaminhá-las ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB);
- g) Identificar debilidades e limitações institucionais e procurar os recursos necessários e apoio técnico para as superar;
- h) Apoiar as comunidades rurais a desenvolverem os seus próprios projectos em coordenação com investidores, de modo a promover o interesse das comunidades;
- i) Garantir uma comunicação clara e transparente com as outras partes interessadas em assuntos de interesse geral e estimular o diálogo público e o conhecimento sobre assuntos relevantes;
- j) Estabelecer a Agenda Nacional de Pesquisa na área dos Biocombustíveis.

5.2.2. Sociedade Civil

- a) Participar na formulação de políticas públicas, assim como no monitoramento e avaliação da sua implementação;
- b) Apoiar as comunidades na preparação e desenvolvimento de projectos de biocombustíveis, bem assim em negociações com os promotores de projectos;

- c) Conduzir investigações e análises sobre as matérias-primas para os biocombustíveis, avaliar o potencial dos projectos de biocombustíveis e contribuir para formação e capacitação a nível local, a fim de criar condições para que os biocombustíveis contribuam para a dinamização da economia local, em especial nas zonas rurais;
- d) Participar no desenvolvimento de critérios de sustentabilidade e fornecer informações sobre as melhores práticas.

5.2.3. Produtores de Pequena Escala (incluindo camponeses)

- a) Produzir matérias-primas ou biocombustíveis em áreas a ser definidas tendo atenção ao zoneamento agrícola para fornecer aos produtores comerciais ou produtores e Distribuidores de Produtos Petrolíferos;
- b) Adequar os métodos de produção de acordo com os padrões exigidos no mercado como forma de assegurar a qualidade, com apoio dos produtores comerciais;
- c) Desenvolver capacidade de resposta a outros desafios associados ao desenvolvimento dos biocombustíveis;
- d) Estabelecer um mecanismo de monitoria e avaliação da sua inclusão no processo.

5.2.4. Sector Privado (incluindo Empresas Públicas)

Cumprir com todos os requisitos regulamentares e aderir aos critérios definidos para produção sustentável de biocombustíveis no país.

5.2.5. Instituições de Ensino e de Pesquisa

- a) Contribuir para a formação de um contingente de trabalhadores qualificados que tornará possível o desenvolvimento do sector de biocombustíveis a médio e longo prazos;
- b) Apoiar o desenvolvimento de capacidade técnica que será essencial à evolução da produção em Moçambique, desde a produção de biocombustíveis baseada em processos convencionais à produção de biocombustíveis da segunda geração, assim como o lançamento de novas variedades de matérias-primas para biocombustíveis e outros avanços técnicos e tecnológicos;
- c) Investigar novas matérias-primas, incluindo as variedades indígenas para ampliar o potencial de fontes de produção de biocombustíveis no país;

5.2.6. Parceiros de Cooperação Internacional

Cooperar em assuntos financeiros e técnico-administrativos, servindo como elo de ligação na divulgação e intercâmbio de informação sobre os biocombustíveis, sempre e onde for necessário.

5.3. Plano de Acção

O Plano de Acção apresentado identifica as acções chave necessárias para o desenvolvimento de biocombustíveis em Moçambique, sendo de destacar:

- a) Procura dos biocombustíveis:
 - i. Estabelecer mecanismos apropriados para assegurar o desenvolvimento da indústria dos biocombustíveis no País;
 - ii. Preparar legislação alterando as modalidades da cobrança da TSC;
 - iii. Preparar legislação sobre a co-geração de electricidade;

- iv. Preparar os critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis;

- v. Contribuir para o estabelecimento de um acordo regional entre os países da SADC.

b. Oferta dos biocombustíveis:

- i. Estabelecer programas de cooperação técnica com parceiros;
- ii. Adotar mecanismos que assegurem a disponibilidade de biocombustíveis, de acordo com o previsto no plano de introdução gradual.

c. Mecanismo de Fixação de Preços:

- i. Desenvolver um manual operacional para as licitações do Programa de Compras dos Biocombustíveis (PCB);
- ii. Desenvolver um método para a fixação de preços de referência para o PCB.

d. Gestão dos Impactos Ambientais/Sociais

- i. Desenvolver critérios de sustentabilidade.

e. Quadro Institucional:

- i. Criar a Comissão Nacional dos Biocombustíveis;
- ii. Estabelecer o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB);
- iii. Estabelecer o Programa de Compras de Biocombustíveis (PCB);
- iv. Preparar critérios de credenciamento para entidades prestadoras de serviço de certificação.

f. Formação de Capital Social:

- i. Apoiar o estabelecimento de entidades prestadoras de serviço de certificação;
- ii. Desenvolver normas de qualidade dos biocombustíveis;
- iii. Desenvolver especificações para importação de veículos flexfuel;

O presente Plano de Acção é um instrumento dinâmico susceptível a qualquer actualização num período de 5 anos.

5.4. Prioridades do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Biocombustíveis (PNDB)

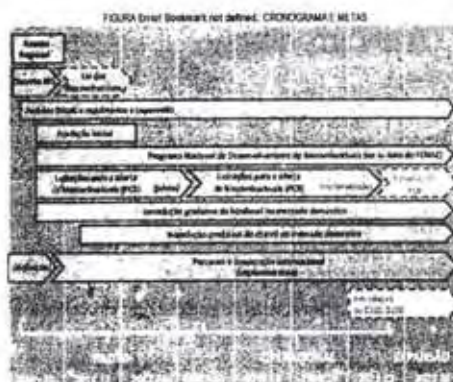
O PNDB sedado na entidade que superintende o sector de energia, ficará encarregue de alocar recursos, monitorar e avaliar os gastos de apoio ao desenvolvimento da capacidade de produção de biocombustíveis em Moçambique. Considera-se pertinente a adopção de algumas prioridades específicas, tendo em vista os desafios para o desenvolvimento dos biocombustíveis, sendo de destacar:

- Programa de introdução de veículos flexfuel;
- Programa de introdução de fogões a gel (gelfuel);
- Projectos de produção de biocombustíveis em pequena escala;
- Fundo para programas educacionais e formação;
- Fundo para projectos de melhoria da infra-estrutura local;
- Laboratórios para a qualidade e a certificação dos biocombustíveis;
- Investigação e desenvolvimento sobre novos cultivos e tecnologias, incluindo a pesquisa de variedades indígenas para ampliar a oferta de matérias-primas;

5.5. Cronograma e Metas

A Política e Estratégia de Biocombustíveis adopta uma abordagem de carácter incremental na sua implementação, compreendendo três fases amplas, nomeadamente:

- Fase Piloto — durante a qual o PCB iniciará a compra de biocombustíveis aos produtores nacionais, estendendo-se de 2009 a 2013;
- Fase Operacional — prevê a consolidação do sector dos biocombustíveis, com o possível alcance de níveis mais altos das misturas, de 2015 em diante;
- Fase de Expansão — de 2011 em diante, envolvendo o desenvolvimento de redes de distribuição separadas e paralelas para combustíveis com percentagens mais elevadas de etanol (E75 e E100) e de biodiesel puro (B100), respectivamente.



Fonte: Estudo de Base Sobre os Biocombustíveis em Moçambique (2007)

6. Coordenação, Supervisão, Monitoria e Avaliação

As funções de monitoria e avaliação serão desempenhadas por agências específicas segundo as suas áreas de autoridade, com a participação da Comissão Nacional dos Biocombustíveis (CNB).

6.1. Criação da CNB

A Política e Estratégia de Biocombustíveis foi desenvolvida a partir de um processo que incluiu várias partes interessadas e o seu desenho reflecte o papel desempenhado por várias agências na sua implementação, no estabelecimento de um quadro legislativo para a promoção dos biocombustíveis, em resposta às oportunidades de desenvolvimento de um sector global e aos desafios impostos pelos condicionalismos do mercado internacional dos combustíveis.

A implementação da Política e Estratégia requer que a entidade coordenadora tenha um perfil mais visível e uma atribuição legal

clara. Portanto, em resposta à necessidade de uma entidade que seja encarregue da coordenação e supervisão geral da Estratégia, o Governo criará a Comissão Nacional dos Biocombustíveis (CNB), para responder às exigências desta indústria energética e a importância e o impacto dos biocombustíveis sobre a economia do país, particularmente, para as zonas rurais.

6.2. Funções da CNB

O papel principal da CNB é a coordenação e supervisão na implementação de vários elementos da Política e Estratégia, em particular dos aspectos a serem executados em coordenação com outras agências. As funções de coordenação e execução serão delineadas da seguinte maneira:

- **Coordenação da Implementação da Estratégia** — A CNB serve de fórum no qual representantes de várias instituições envolvidas na implementação da Estratégia relatam o seu progresso, solicitando apoio e/ou envolvimento de outras instituições para garantir uma execução adequada do programa.
- **Planeamento** — A CNB apoiará no planeamento e desenvolvimento da Estratégia pelo Governo, incluindo o processo Orçamental;
- **Colecta e Análise de Informações** — A CNB recolherá informações e providenciará a sua gestão e remessa à Central de Divulgação e Intercâmbio de Informações, assim como a sua inclusão em relatórios periódicos;
- **Central de Divulgação e Intercâmbio de Informações** — A CNB reunirá informações de várias agências para fornecer detalhes sobre o sector e implementação da Política e Estratégia de Biocombustíveis, bem como fornecer relatórios periódicos sobre a implementação da Estratégia;
- **Ponto de Contacto para Cooperação Técnica** — A CNB é o ponto de contacto para actividades de cooperação técnica internacional sobre biocombustíveis, actuará como unidade de implementação de programas a serem estabelecidos;
- **Ponto de Contacto para Comunicações Internas** — A CNB deve actuar em assuntos relacionados com biocombustíveis, servindo de promotora da produção e uso de biocombustíveis no País.

6.3. Monitoria e Avaliação

Na monitoria e avaliação da Política e Estratégia de Biocombustíveis, o Governo levará em consideração os aspectos de monitoria e de avaliação de outras estratégias e programas nacionais que já foram lançados, limitando deste modo, o número de actividades atribuídas à CNB.

7. Orçamento Indicativo (2009-2013)

Embora o Estudo de Base contemple projecções até 2020, a Política e Estratégia dos Biocombustíveis, apresenta a seguir um orçamento indicativo, baseado em alocações preliminares para projectos específicos do PNDB (2009-2013), identificados nas prioridades do programa acima, bem como o orçamento operacional para a CNB.

21 DE MAIO DE 2009

102 - (21)

Despesas 2009-2013 (milhões de meticals)		
		211.36
Orçamento de Programa		
Programa de Introdução de veículos flexfuel	0.00	
Programa de Introdução de fogões residenciais para gásfuel	0.00	
Estudo de viabilidade de projectos de produção de biocombustíveis em pequena escala	20.80	
Contribuições anuais para o FUNAE para projectos rurais de biocombustíveis	26.00	
Fundos para programas educacionais e formações	21.84	
Fundos para projectos de melhoria da infra-estrutura local	100.62	
Laboreatório para a qualidade e a certificação dos biocombustíveis	21.84	
Pesquisa e Desenvolvimento na cadeia dos Biocombustíveis	30.16	
		21.84
Orçamento Operacional		
Costos operacionais da CNB		
Costos operacionais do PCB		
Costos operacionais do PNDB		
Total		243.10

Fonte: Estado de Base
 (Câmbio 1 USD = 26 Ml)

Lista de Siglas e Acrónimos

CNB — Comissão Nacional de Biocombustíveis
 CPI — Centro de Promoção de Investimento
 CTA — Confederação de Associações Empresariais de Moçambique
 FAO — Organização para a Agricultura e Alimentação
 FUNAE — Fundo de Energia
 IAM — Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
 INNOQ — Instituto Nacional de Qualidade

MDI — Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)
 MCT — Ministério da Ciência e Tecnologia
 ME — Ministério da Energia
 MF — Ministério das Finanças
 MIC — Ministério da Indústria e Comércio
 MICOA — Ministério para Coordenação de Acção Ambiental
 MINAG — Ministério da Agricultura
 MITRAB — Ministério de Trabalho
 MTC — Ministério dos Transportes e Comunicações
 MPD — Ministério da Planificação e Desenvolvimento
 NCR — Normas dos Combustíveis Renováveis
 PARPA — Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
 PCB — Programa de Compra de Biocombustíveis
 PNDB — Programa Nacional de Desenvolvimento de Biocombustíveis
 SADC — Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community)
 TSC — Taxa Sobre os Combustíveis

Resolução n.º 25/2009 de 21 de Maio

Havendo necessidade de dar cumprimento às formalidades previstas no Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Exim Bank da China, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República de Moçambique, o Conselho de Ministros determina:

Único. É ratificado o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Exim Bank, no dia 23 de Fevereiro de 2009, no montante de RMB 378.0 milhões, o equivalente a USD 50.0 milhões, destinado ao financiamento do Projecto de Reabilitação e Ampliação do Aeroporto Internacional de Maputo.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 31 de Março de 2009.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísia Dias Diogo*.

2. Lista de Projetos de Agroenergias em Moçambique do Ministério de Energia

PROJECTOS DE BIO COMBUSTIVEL1. **Nome do Projecto:** C3 – Biodiesel - Autorizado

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Estrada Nacional nº 1, Bairro de Rumbana, Cidade da Maxixe, Província de Inhambane

Contact: Adam Leslie Simcock/ Bernard Smith

Telefone: 21498 746/824243437

E-mail: kgafur@salconsult.com / biodieselafrica@freenet.de

2. **Nome do Projecto:** DEULCO – Analise

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Localidade de Inhassune, Distrito de Panda, Província de Inhambane.

Contact: Cipriano Sisínio Mutota

Telefone: 21 498366/497414

E-mail: csmutota@tropical-web.com

3. **Nome do Projecto:** ELAION AFRICA - - Autorizado

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Localidade de Savane, Distrito de Dondo, Província de Sofala.

Contact: Markus Speiser

Telefone: 82 39 16237

E-mail: markus@speisermx.at

4. **Nome do Projecto:** ECOMOZ – Analise

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Instalações da Petromoc – Maputo, Beira e Nacala

Contact: Casimiro Francisco ou Cláudio Lames

Telefone: 84267730, 823151180, 21427191/7

E-mail: casimiro.francisco@petromoc.co.mz

5. **Nome do Projecto:** ADAMA associação de produtores agrícolas incluindo Jatropha.

Localização do Projecto: Manica

Contact: Sr. Benjamim John

Telefone: 251 62320; 82 5746620

Não está registado no CPI. É uma associação de pequenos produtores de Jatropha.

P2 54 30 410

Sr. Fleming - Lames - Manica

6. Nome do Projecto: JATROPHA – Vai p/ MPD

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Distrito de Moamba

Contact: Neil Krong Scheepers

Telefone: 27 14 7433006; 27 832147269

E-mail: Neil@infinibiodiesel.com

7. Nome do Projecto: PROCANA – Vai p/ CM

Objecto do projecto: produção de cana de açúcar, a instalação de uma fábrica de etanol e açúcar refinado e a produção de energia eléctrica e fertilizantes.

Localização do Projecto: 30.346 hectares no Distrito de Massingir, Província de Gaza.

Contact: Izak Cornelis. Holtzhausen

Telefone: 21 314554

E-mail: iholtzhausen@tdm.co.mz

8. Nome do Projecto: JSE – Jatropha Sociedade de Energia

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Distrito de _____, Província de Maputo

Contact: Paula Ferreira, Deloitte & Touche Moçambique, Lda

Telefone: 21 320955/21 430594

E-mail: pferreira@deloitte.co.mz

9. Nome do Projecto: Hende Wayela Energia - Analise

Objecto do projecto: O projecto tem por objecto a plantação de jatropha curcas e a subsequente produção de bio-diesel e o desenvolvimento de outras actividades complementares.

Localização do Projecto: Distrito de Homoine, Província de Inhambane

Contact: Gerhard van Niekerk

Telefone: 21 326 586/826234218

E-mail: info@hende.co.za

10. Grown Energy Zambezi

Objecto do projecto: Produção de mapira docE para fins de produção de etanol.

Localização do Projecto: Distrito de Chemba, Província de Sifala

Contacto: Rademan Janse Van Rensburg

Telef: +27 (0) 118834688; Cell: +27 (1) 842000201

Email: rademan@grownenergy.co.za

3. Credencias de Trabalho de Campo



República de Moçambique
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Programa de Desenvolvimento do PDRHCT

CREDENCIAL

No âmbito da cooperação entre a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil no domínio de Ciência e Tecnologia, Moçambique tem vindo a beneficiar-se de um pacote anual de 50 bolsas de estudos para o nível de pós-graduação em várias áreas de conhecimento, acordadas através do Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica. Neste contexto, desloca-se ao Ministério da Energia, o estudante **José Maria Langa**, para entrevistas e recolha de dados para o seu projecto de qualificação.

Maputo, 28 de Abril de 2011



Prof. Dr. Jamisse Uilson Taíma
Coordenador Substituto



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA

C R E D E N C I A L N.º 16 /DPA/GD/2011

---Está devidamente credenciado o senhor **José Maria Langa**, de nacionalidade Moçambicana, Investigador residente na Cidade de Maputo a consultar informações para o estudo sobre o tema: Análise dos impactos da produção de alternativas energéticas em Moçambique na empresa Principle Energy, Sunbiofuels, MOÇAMGALP.-----

--- por ser verdade passamos a presente credencial que vai assinado e carimbada a tinta de óleo em uso nesta Direcção.-----

Chimoio, 07 de Setembro de 2011

O DIRECTOR PROVINCIAL

OLIVEIRA AMIMO
Msc-Agro –Economia

1402

Exmo. Senhor Director Nacional de Terras e Florestas

José Maria do Rosário Chilaúle Langa, estudante de pós-graduação mestrando em geografia, na UNESP, bolseiro do CNPq e Ministério de Ciência e Tecnologia¹, vem mui respeitosamente, requer a utilização de mapas de uso de solo da província de Manica, para análise de pesquisa com título: *Análise de impactos das estratégias de produção de alternativas agro-energéticas em Moçambique, caso de Manica*. Referir de imediato que os dados que poderá ter da instituição que vossa excia. dirige serão unicamente para fins académicos. Sem mais de momento agradeço antepadamente a atenção.

Maputo, aos. 29 de Julho de 2011

¹ Conforme anexos





República de Moçambique

Província de Manica
Governo do Distrito de Gondola

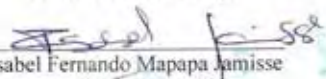
Serviço Distrital de Actividades Económicas

CREDENCIAL

Está devidamente credenciado o Senhor **José Maria do Rosário Chilaule Langa**, que vai se apresentar na Empresa Sun Biufull para exercer actividades como Estagiário na área de produção de espaço Geográfico no período de 3 meses.

Gondola, aos 08 de Julho de 2011

A Directora do Serviço


Isabel Fernando Mapapa Jamisse
"Tec. Sup. Agro-pecuárias"

4. Fotos do Campo



Campos de Pinhão Manso Gondola

Foto: Trabalho de Campo - Langa (2011)



Campos de Pinhão Manso Gondola

Foto: Trabalho de Campo - Langa (2011)



Campos de Pinhão Manso Gondola

Foto: Trabalho de Campo - Langa (2011)



Área produtiva da Associação 24 de Junho.

Foto: Trabalho de Campo - Langa (2011)



Área produtiva da Associação 24 de Junho.

Foto: Trabalho de campo - Langa (2011)



Área produtiva da Associação 24 de Junho.

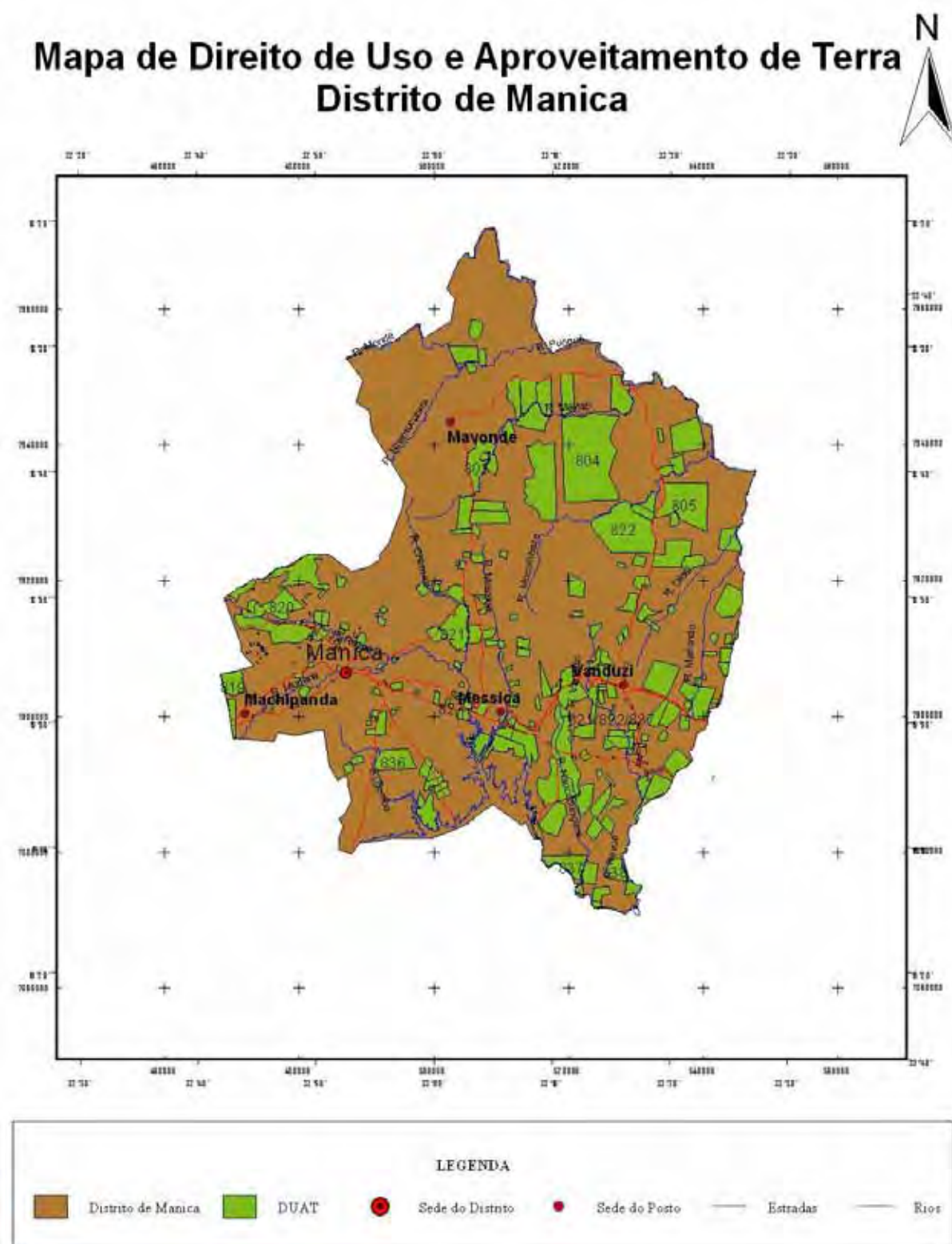
Foto: Trabalho de Campo - Langa (2011)



Área produtiva da Associação 24 de Junho.

Foto: Trabalho de campo - Langa (2011)

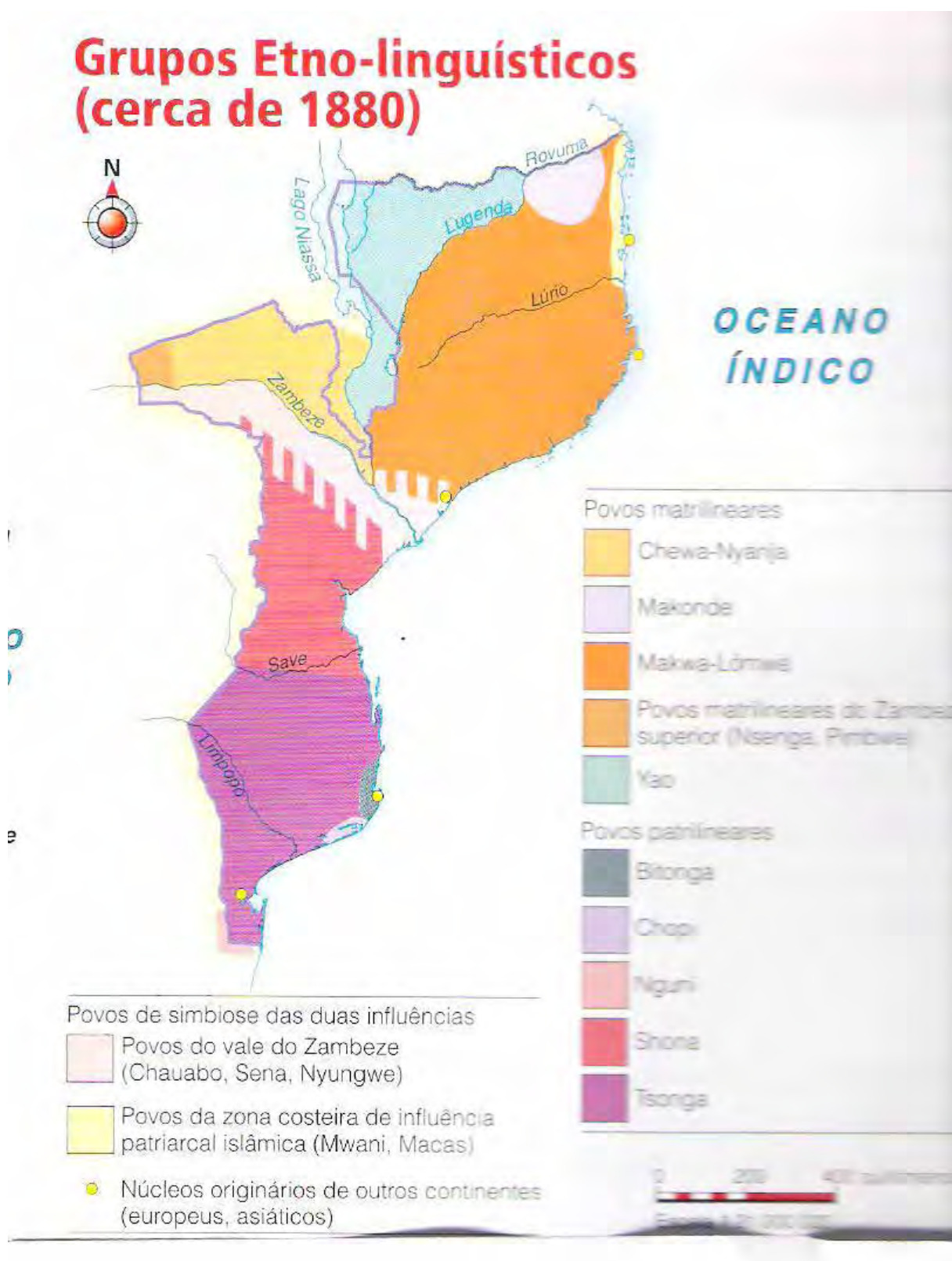
5. Mapa de uso de terra



ESCALA: **1:500000**

COMPILADO POR: SPGC_MANICA

6. Mapa Linguístico de Moçambique



Fonte: MINED (2009)

7. Questionário

Nome**Idade****Localidade**

Tem propriedade? Machamba ou tipo de terra?

Sim

Não

Tem o DUAT

Sim

Não

De quanto tempo?

Qual é a área total dessa terra? (em hectares ou metros quadrados).

Pequena(0-50he) Média (50-150he) Grande(+ de 150he)

Que tamanho dessa esta sendo cultivada.

Que uso está a fazer dessa terra neste momento?

Qual é a percentagem dessa terra/propriedade é destinada a preservação ambiental.

Como a família obteve esta terra?

Cedida por autoridades tradicionais

Cedida por autoridades formais

Arrendada - Emprestada – Ocupada - Comprada com título - Comprada sem título –
Herdada - Outra forma

Já alguma vez vendeu terra?

Sim

Não

Para quem?

Particular - Coletivo

Fonte de rendimento para sustento familiar.

Qual é a importância desse rendimento na renda familiar

Que tipo de Trabalho realiza.

Produção agrícola - Artesanato - Cooperativa - Pesca – Comércio – Estatal –
Associações - Outro

Modalidade de trabalho nessas atividades.

Tempo inteiro - Tempo extra

A produção é regular o ano todo?

Sim

Não

A produção é orgânica? Rever o termo.

Na comunidade se utilizam técnicas de processamento de produtos?

Se sim, quais?

Na comunidade existem investimentos na área de biocombustíveis? São nacionais ou estrangeiros.

Que tipo de investimentos.

Na sua avaliação estes investimentos trouxeram melhorias na comunidade

Sim, quais

Não, quais

Tem alguma relação com quem esta investindo nessa área?

Se sim que tipo relações são?

Visualização das áreas/ terras de produção de agroenergias

8. Imagens do Local de Estudo (Google earth)



Área de produção de Pinhão Manso – Gondola

Fonte: Google earth, (29/6/2011)



Área de produção de Pinhão Manso – Manica

Fonte: Google earth, (29/6/2011)



Área de produção de Pinhão Manso – Manica

Fonte: Google earth, (29/6/2011)



Área de produção de Cana de Açúcar– Sussundenga

Fonte: Google earth, (20/9/2010)



Área de produção de Cana de Açúcar– Sussundenga

Fonte: Google earth, (15/7/2011)



Área de produção de Girassol - Manaica

Fonte: Google earth, (15/7/2011)